



A CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Preciosa Chossali Muehombo

Relatório de Estágio- Instituto Profissional do Terço

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto, 2013

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO



A CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Preciosa Chossali Muehombo

**Relatório de Estágio
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação
do Mestre Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira e do
Engenheiro José Manuel Cadão Formosinho**

Porto, 2013

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

“Aqueles que se enamoram da prática sem a ciência, são como o navegador que enfrenta o navio sem Timão ou Bússola, que jamais têm certeza de onde se vai. Sempre a prática deve ser edificada sobre a boa teoria.”

Leonardo da Vinci

Resumo:

O presente relatório examina a importância da contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O atual progresso das Instituições Particulares de Solidariedade Social, dentro do terceiro setor, tem contribuído na preocupação contabilística destas entidades, tendo em conta a necessidade informativa e financeira dos seus *stakeholders*.

A contabilidade resume-se numa ferramenta de gestão indispensável para qualquer entidade que abrange a nossa sociedade. Tendo em vista a disseminação das entidades acima referidas, é necessário reforçar e exigir qualidade e transparência, relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam. Nessa perspetiva, é feita uma análise sobre a prestação da informação financeira, sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados ou de que dispõem, bem como os resultados alcançados, através das demonstrações financeiras, próprias para estas entidades.

Para uma melhor compreensão, este relatório teve como base um estágio numa Instituição Particular de Solidariedade Social, mais concretamente no Instituto Profissional do Terço, no departamento da contabilidade. O contacto com a realidade da Instituição permitiu entender melhor a estrutura organizacional e contabilística, detetar os procedimentos mais eficientes e os menos eficientes (despertando para métodos e estratégias mais adequados para uma melhor gestão) e prever a sustentabilidade dos projetos e objetivos da instituição.

Palavras – Chaves:

Contabilidade nas Entidades do Setor Não Lucrativo, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto Profissional do Terço, Fiscalidade.

Abstract:

This report examines the importance of accounting in Private Institutions of Social Solidarity (PISS).

The current progress of Private Institutions of Social Solidarity within the third sector, has contributed in accounting concern of these entities, taking into account the need of their stakeholders informative.

Accounting summarizes is an indispensable management tool for any organization that covers our society. Given the spread of the entities mentioned above, it is necessary to strengthen the quality requirements and transparency in relation to activities they undertake and the resources they use. In this perspective an analysis is made about the provision of financial information on the management of the resources entrusted to them or that they have, as well as the results achieved through the financial statements is appropriate for these entities.

For a better understanding, this report was based on a stage in a Private Institution of Social Solidarity, specifically the Professional Institute of the Rosary, in the Department of Accounting. The contact with the reality of the institution allowed to better understand the organizational structure and accounting procedures detect most efficient and the least efficient, awakening to more appropriate methods and strategies to better manage and predict the sustainability of the projects and goals of the institution.

Key-words:

Accounting in Nonprofit Sector Entities, Private Institutions of Social Solidarity, the Professional Institute of the Rosary, Taxation.

Dedicatória

Aos meus queridos pais, ambos de feliz memória, por toda a dedicação, à minha nova família Cluny, professores e amigos que me acompanharam ao longo da vida de formação e aos quais tudo devo.

Agradecimentos

Neste trilhar dos meus dois anos de mestrado em Contabilidade e Finanças no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), e minha primeira experiência de vida no estrangeiro, expresso aqui, com muita alegria e estima, as minhas palavras de agradecimento.

Agradeço a todos os professores e em particular à Doutora Ana Maria Alves Bandeira, diretora do mestrado em Contabilidade e Finanças, que desde o primeiro momento mostrou a sua disponibilidade, dedicação e apoio para qualquer dificuldade ou eventualidade da minha parte.

Agradeço ao meu professor Mestre Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira, que se disponibilizou logo que lhe foi solicitado este árduo trabalho de orientador, pelas suas palavras sábias e de ânimo por toda a compreensão e paciência e pelo seu tempo em averiguar todos os pormenores, pela confiança que depositou em mim e na realização deste relatório.

Agradeço ao Provedor do Instituto Profissional do Terço (IPT), Engenheiro José Manuel Cadão Formosinho, que prontamente me acolheu na instituição para ali fazer a minha experiência prática em Contabilidade, à Paula e ao Walter, meus orientadores na secção de Contabilidade, e a todos os colaboradores do IPT com quem convivi e obtive experiência laboral nos meses do estágio.

Agradeço à minha congregação S. José de Cluny, em particular à província de Angola, que me proporcionou esta rica experiência de estudo no estrangeiro e neste Curso, por todo o apoio material, moral e espiritual e sobretudo aquando do falecimento dos meus pais nestes dois anos.

Agradeço a todos quantos/as fazem parte da minha família, aos meus amigos, colegas da Licenciatura e do Mestrado que diretas ou indiretamente me apoiaram, dando-me forças para chegar a este momento.

Lista de abreviaturas

BADF – Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CC – Código de Contas

CIMI – Código de Imposto Municipal sobre Imóveis

CIMT – Código do Imposto Municipal sobre transmissões Onerosas de Imóveis

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIS – Código do Imposto do Selo

CISV – Código de Imposto Sobre Veículos

CIUC – Código Imposto Único de Circulação

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DF – Demonstrações Financeiras

DGSS – Direcção-Geral da Segurança Social

EBF – Estatuto de Benefícios Fiscais

EIPSS – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Eng.^a – Engenheira

Eng.^o - Engenheiro

ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

ETC – Equivalente a Tempo Completo

EUA – Estados Unidos da América

FBC – Formação Bruta de Capital

IASB – International Accounting Standard Board

ICNPO – International Classification of Non- Profit Organizations

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IPT – Instituto Profissional do Terço

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISFL – Instituições Sem Finalidade Lucrativa

LIJ – Lar de Infância e Juventude

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

ONG – Organização Não Governamental

OSE – Organizações da Economia Social

OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos

OTL – Ocupação dos Tempos Livres

PCUPA – Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa

PISS – Privat Institutions of Social Solidarity

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SIC – Standing Interpretations Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TIC – Técnicas da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Índice

Resumo:.....	iv
Introdução	1
Capítulo I Apresentação e contextualização da instituição	4
1.1 História e caracterização do Instituto Profissional do Terço.....	5
1.2 Missão do Instituto Profissional do Terço.....	8
1.2.1 Visão	8
1.2.2 Valores	8
1.3 Fundadores / Parceiros / Associados da Instituição	9
1.3.1 Fundadores:	9
1.3.2 Parcerias e protocolos do IPT com outros organismos	9
1.3.3 Associados da Instituição.	10
1.4 Quadro do pessoal	11
1.5 Valências	14
1.6 Receitas do IPT	16
Capítulo II Revisão teórica.....	17
2.1 As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Terceiro Setor.....	18
2.1.1 Caracterização do Terceiro Setor em Portugal.....	23
2.1.2 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	27
2.1.3 A Economia Social na Economia Portuguesa.	30
2.2 A Contabilidade como ferramenta essencial para todas entidades.....	31
2.2.1 A Contabilidade organizada nas Entidades do Setor Não Lucrativo.....	33
2.2.2 Aplicação da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)	36
2.3 Abordagem fiscal das IPSS	43
2.3.1 Benefícios fiscais.....	45
2.4 Análise crítica.....	48
Capítulo III Estágio no Instituto Profissional do Terço	50
3.1 Objetivos	51
3.2 Plano de trabalhos feitos no Estágio.	51
3.2.1 Observação e análise dos documentos que integram a contabilidade	51
3.2.2 Elaboração de folhas de caixa, numeração, conferência e arquivo	52
3.2.3 Reconciliação bancária.....	53

3.2.4 Classificação dos documentos e análise de balancetes mensais.....	54
3.2.5 Distribuição de custos por valências	54
3.2.6 Análise mensal de processamento de salários	55
3.2.7 Documentos que integram o Dossier Fiscal	56
3.3 A Contabilidade no Instituto Profissional do Terço	57
3.3.1 Plano de contas do IPT de acordo com as ESNL	58
3.3.2 Fases do processo contabilístico no IPT.....	58
3.3.3 Programas informáticos utilizados	61
3.3.4 Práticas de controlo interno.....	61
3.3.5 Operações de fim de exercício	62
3.3.6 Elaboração das demonstrações financeiras	65
3.4 Análise de principais indicadores de desempenho - estrutura patrimonial e solvabilidade.	68
3.5 Análise crítica.....	72
Conclusão	75
Referências bibliográficas	77
Anexos	

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Grupos de Entidades da Economia Social e suas unidades	27
Gráfico 2 - Peso Relativo das IPSS na Economia Social	28
Gráfico 3 - Entidades da Economia Social por grupos.....	29
Gráfico 4 - Emprego renumerado na Economia Social por grupo de entidades	29
Gráfico 5 - Peso do VAB e do emprego (ETC remunerado) da Economia Social e de alguns ramos de atividade na economia nacional	30
Gráfico 6 - Rácios Financeiros	70
Gráfico 7- Rácios Económicos	71

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Fachada do Instituto Profissional do Terço	5
Ilustração 2 - Delfim de Lima.....	9
Ilustração 3 - Dr. Francisco Augusto da Silva Leal.....	9
Ilustração 4 - Organograma do Instituto Profissional do Terço (2011/2014).....	12
Ilustração 5 - Fatura-recibo com a identificação da quantia a registrar na contabilidade.....	52
Ilustração 6 - Organograma da Contabilidade do IPT	58
Ilustração 7 - Processo de Encerramento de contas.....	63

Índice de Quadros

Quadro 1 - Definição internacional do Sector Não Lucrativo.....	19
Quadro 2 - Etapas da contabilidade em Portugal	32
Quadro 3 - Benefícios fiscais das pessoas singulares que concedam donativos às IPSS	46
Quadro 4 - Remuneração do funcionário x	55
Quadro 5 - Processamento do salário e encargos sociais	56
Quadro 6 - Pagamento ao pessoal, Segurança Social e do IRS	56
Quadro 7 - Contabilização de rendimentos e gastos a reconhecer	Erro! Marcador não definido.
Quadro 8 - Apuramento do resultado líquido do exercício	64
Quadro 9 - Evolução dos Rácios Financeiros.....	69
Quadro 10 - A Evolução dos Resultados da Empresa.....	71

Introdução

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) aparecem inseridas no terceiro setor, onde se enquadram todas as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL). São entidades privadas com caráter próprio e que assumem um papel de extrema relevância na sociedade, respondendo ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, produzindo bens e serviços de natureza diversa. Estas instituições surgem como um pilar, a par da sociedade, para ajudar a suprir lacunas existentes e inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade no seu todo. O número destas Instituições tem vindo a crescer em Portugal, atingindo mais de cinco mil instituições¹ em atividade, devido às necessidades de vária ordem e à crise que afeta a sociedade no mundo atual. Muitas delas têm dimensão de uma média empresa, com um número significativo de funcionários e utentes. Angariam as suas receitas em diferentes fontes: muitas vezes vindas dos próprios utentes, Segurança Social, patrocinadores, doadores, entre outras.

Estes recursos devem ser geridos de uma forma eficiente e criteriosa, o que implica naturalmente a adoção de várias metodologias e práticas modernas de gestão, para garantir a qualidade dos seus bens e serviços para satisfazer as necessidades dos seus utentes, bem como dispor de uma contabilidade que dê a possibilidade de analisar transparentemente as suas contas e orçamentos para um funcionamento adequado e obter uma informação financeira necessária para os seus utilizadores.

A Lei 2120 de 19 de Julho de 1963 instituiu as Instituições Particulares de Assistência, que eram consideradas Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa (PCUPA) e assumiam as formas de Associações de Beneficentes, Institutos de Assistência (religiosos ou não) ou Institutos de Utilidade Local (Fundações). Com a Constituição de 1976 no artigo nº 63, surge pela primeira vez o termo IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Este relatório tem como principal objetivo explicar a prática contabilística nas Instituições Particulares de Solidariedade Social no contexto atual, e em particular no Instituto Profissional do Terço (IPT), uma vez que os avanços e crescimento por parte destas entidades passaram a justificar uma maior exigência de informação, controlo e transparência na gestão dos recursos. É também objetivo do mesmo adquirir uma experiência da realidade profissional nas instituições ao aplicar os conhecimentos teóricos da Contabilidade.

¹ Conta satélite da economia Social- INE 2010. Edição 2013

Como objetivo secundário, o relatório pretende analisar e avaliar as condições de natureza estrutural organizacional (desafios que se colocam com a implementação do novo normativo) e o contributo destas para o crescimento económico do país; e ainda apresentar a instituição onde decorreu o estágio, bem como todas as tarefas e procedimentos realizados e dificuldades encontradas.

O relatório encontra-se estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo é feita uma apresentação geográfica, descrição histórica e a caracterização da instituição onde o estágio se realizou para um melhor conhecimento de todo espaço de trabalho, incluindo suas respostas sociais.

O segundo capítulo aborda os fundamentos teóricos da contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito do terceiro setor, bem como o regime contabilístico próprio das Entidades do Setor Não Lucrativo, recorrendo à informação existente sobre a contabilidade nas IPSS e inteirar-se da prestação de contas e dos orçamentos anuais às entidades competentes, e o rigor a ter no registo contabilístico.

No terceiro capítulo descrevem-se as atividades realizadas durante o estágio, e explica-se a forma como se organiza e se classifica a documentação nesta instituição, desde que chega à instituição até ao momento do arquivo, às operações de fim de exercício, o controlo interno, os programas de contabilidade e adaptação às alterações comportadas pelo normativo português.

Após esta descrição e abordagem dos resultados obtidos, apresentar-se-ão as principais conclusões deste trabalho, benefícios e conhecimentos, obtidos, e também as possíveis respostas criativas e inovadoras das IPSS, bem como as grandes dificuldades no processo contabilístico.

Uma vez que existem normativos nacionais que traduzem e regulam os procedimentos a adotar nestas organizações, assim como alguns estudos levados a cabo nesta matéria, este relatório tem como linha de orientação as normas e propostas existentes, estudos publicados feitos pelos principais organismos nacionais no âmbito das Instituições Particulares de Solidariedade Social, livros sobre IPSS, material disponível na internet, artigos periódicos e resultados da experiência prática do estágio feito numa IPSS.

Sendo assim, as diferentes etapas a seguir para elaborar este relatório são:

- Revisão da literatura relativa ao tema;
- O impacto do atual Normativo Contabilístico nas IPSS;

- Análise das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o normativo próprio das ESNL;
- Identificação das principais alterações que surgem com adoção da nova norma contabilística tendo em conta o caso prático do I.P.T
- Conclusões sobre o relatório desenvolvido.

Sendo que os dados e informações recolhidos são os que já se encontram disponíveis nas instituições e bibliografias, considera-se que a metodologia é qualitativa quanto à abordagem teórica e pesquisa da história do IPT e com uma componente quantitativa na parte do estudo das demonstrações financeiras do IPT.

Capítulo I

**Apresentação e contextualização da
instituição**

1.1 História e caracterização do Instituto Profissional do Terço

A possibilidade que é dada de apresentar a dissertação, trabalho de projeto ou estágio profissional, no quarto semestre do curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças para fim de curso, deu oportunidade para a realização do estágio como forma de contactar diretamente com a realidade contabilística das empresas. Assim, conseguiu-se ganhar experiência na área, uma vez que depois da teoria dada nas aulas fazia falta uma aplicação prática, dada a inexperiência na contabilidade e, pela ausência de estágio aquando da licenciatura em Gestão. Escolheu-se uma instituição social por opção própria, dada a inclinação e experiência no trabalho social e voluntário, e sendo provável uma oportunidade no futuro de trabalhar ou colaborar na contabilidade de uma congregação que também é uma IPSS.

Ilustração 1 - Fachada do Instituto Profissional do Terço



Fonte: <http://ipt.org.pt/>, acedido em 02/02/2013

O estágio foi realizado por um período de 6 meses (12 de Novembro a 13 de Maio de 2012/2013) no departamento de administração e contabilidade de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com o nome de Instituto Profissional do Terço, uma das antigas instituições da cidade do Porto, fundada em 1891, situado no centro histórico do

Porto, na Praça do Marquês de Pombal, número 103, pertencente à freguesia Santo Ildefonso², uma das quinze freguesias do Concelho do Porto, reunindo uma grande e importante parte da baixa desta cidade. Possui 1,28 km² de área com 9029 habitantes e uma densidade populacional de 7054 habitantes /km^{2.3} em 2011.

A freguesia tem uma elevada notoriedade, pela inclusão de muitos dos principais serviços e comércio na sua área e, ao mesmo tempo, conta com um importante conjunto de monumentos e património que enobrecem os mais de 350 anos de História da Freguesia.

É também uma zona de fácil acesso por existirem diferentes meios de transportes públicos, tais como o metro, autocarros e táxis.

O Instituto Profissional do Terço foi fundado a 24 de Novembro de 1891, com o nome de “Asilo Profissional do Terço”, como resposta social emergente no contexto da cidade do Porto que acarretava sistematicamente nas ruas crianças e adolescentes desprotegidos e em situações de abandono e miséria que frequentemente passavam pela faixa do tribunal onde o então Francisco Augusto Da Silva Leal trabalhava como Juiz Auxiliar do Segundo Distrito Criminal do Porto. Ao reconhecer a miséria e o perigo físico e moral em que estas crianças e jovens estavam expostos, este juiz associou-se ao Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade (e também comerciante de grande reputação na cidade do Porto), Doutor Delfim de Lima, para criar o “Asilo-Escola do Terço”, com o objetivo de acolher estas crianças e adolescentes e proporcionar-lhes instrução e educação para um futuro risonho. Designava-se na altura “Asilo-Escola do Terço” porque os primeiros trabalhos de acolhimento das crianças e adolescentes deram-se no primeiro andar e o rés-do-chão das instalações da Casa de Saúde da Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, situadas na Rua do Cativo (Travessa do Cimo da Vila). Pinto (1966).

Porém, ao longo do tempo, o número das crianças e as obrigações para com estas, foram aumentando, obrigando a instituição a peregrinar por vários pontos da cidade à procura de melhores condições.

Até se instalar definitivamente em 1919, nas atuais instalações, a instituição passou pelas seguintes casas:

1892 - Edifício do Largo de Santa Clara;

² Destaque informativo (Porto, dezembro de 2009) *A Base económica do Anel central do Porto*, disponível em http://www.cm-porto.pt/users/0/56/DI_BERT_AC_fe10cb55ca03341043b786b4675e53b9.pdf acedido em 03/04/2013

³ Instituto Nacional de Estatística (INE) / Fundação Francisco Manuel dos Santos/Pordata. PT

1894 - Convento de S. Bento da Avé Maria, sito na Rua das Taipas (atual estação de S. Bento);

1899 - Edifício na Rua da Rainha, atual Rua Antero de Quental;

1910 - Palácio de *Monfalin* na Rua do Triunfo, atual Rua D. Manuel II;

1919 - Edifício na Praça do Marquês de Pombal, onde ainda se encontra hoje. Foi adquirido por iniciativa de Florentino Borges, diretor interno da instituição entre 1931 a 1932, que conseguiu reunir a quantia de trezentos e cinquenta mil escudos através de quermesses autorizadas pela Câmara Municipal do Porto. (Boletim do IPT, 1966).

Este Instituto pertence ao terceiro setor no grupo das Instituições Particulares de solidariedade Social e de Educação, reconhecido como Instituição de Utilidade Pública por Decreto-Lei de 22.07.1926.

Como já referido anteriormente, tudo começou em 1891 com uma comiseração do Juiz Doutor Francisco da Silva Leal perante a miséria e os processos judiciais que levavam à precaridade das famílias e que conduziam crianças e adolescentes a mendigar pelas ruas do Porto. É a partir desta data que nasce a grande obra específica de cariz educacional na valorização humana e social das crianças.

Apesar de longos anos, e do grande desenvolvimento social, o cenário continua, isto é, o público-alvo da instituição mantém-se porque existem ainda famílias destruturadas vivendo numa precaridade de vida com comportamentos de delinquência ou marginalidade. É junto delas que o Instituto intervém efetivamente com elementos capazes de suprir lacunas perante a ausência de uma família convencional, prossequindo com o objetivo essencial de acolher, educar e formar menores do sexo masculino, dos seis aos dezoitos anos, carenciados e que se encontrem em situação de risco, sem limitação de área geográfica e de origem e que por sua vez são colocados na instituição por decisão do Tribunal de Famílias e de Menores e da Segurança Social.

1.2 Missão do Instituto Profissional do Terço

O Instituto Profissional do Terço, na sua dimensão multifuncional, tem como finalidade educar e formar com afetividade, promover o desenvolvimento integral da criança na aquisição de competências pessoais, criando neles autonomização própria e a reabilitação das instalações, para melhor serviço. (IPT)⁴.

1.2.1 Visão

Sendo um Instituto de educação, prima por princípios humanistas de cidadania na sua ação educativa, fazendo a orientação vocacional para determinar o encaminhamento para o ensino geral, profissional ou artístico de forma a prepará-los para a vida ativa, profissional e familiar, estando inteiramente aberto ao diálogo com entidades e investigadores competentes e qualificados (educadores, psicólogos, juristas, técnicos de várias áreas, médicos, entre outros) para possíveis metodologias e estratégias adequadas para a concretização dos objetivos da instituição, não obstante a preocupação pelos melhores espaços e condições de trabalho e de resposta social.

1.2.2 Valores

A situação precária das famílias e depravação dos valores na sociedade, bem como os maus tratos e rejeição dentro das famílias, levam um certo número de crianças a crescerem vazias de valores, de amor, de educação, sem autoestima, revoltadas, confusas e frias, defendendo-se da vida que tão mal as acolheu, que nada lhes deu. Alguém os trouxe à vida e os deixou entregues ao destino próprio sem nenhuma orientação. Um olhar atento de pessoas que conservam em si valores sociais e que primam pelo “ser” partilhando seus talentos e seus bens, descobre esta miséria e põe mãos à obra como o Bom Samaritano (Lucas 10,30-37).

É aqui que o IPT aparece com o seu papel. Acolhedor, educativo e afetivo para integrar e inculcar nestas crianças a ordem social, tornando-as homens de valor total na sociedade, apostando sobretudo nos seguintes itens: crescer com afetividade; autonomização e apoio continuado; princípios e práticas educativas adotadas às respostas sociais comuns aos modelos organizativos, educativos, pedagógicos e sociais; afetação de recursos para o projeto educativo; a gestão dos orçamentos, recuperação e remodelação das instalações.

⁴ <http://ipt.org.pt/Missão.html>, acedido em 03/04/ 2013

1.3 Fundadores / Parceiros / Associados da Instituição

A instituição está há 122 anos ao serviço de solidariedade social, de educação e da formação de crianças e jovens. Uma oferta sempre educativa, sempre em evolução para prestar um serviço com maior qualidade, graças aos fundadores, continuadores, parceiros e associados homens inteligentes e de grande iniciativa que abrem uma janela de esperança às crianças e jovens e asseguram a obra ontem começada.

1.3.1 Fundadores:

Ilustração 3 - Delfim de Lima



Ilustração 2 - Dr. Francisco Augusto da Silva Leal



Fonte: Boletim do IPT, 1996

1.3.2 Parcerias e protocolos do IPT com outros organismos

O IPT é uma instituição de formação educativa, como já foi dito, e nos dias que correm, constitui um grande desafio manter o seu funcionamento. Toda a obra de grande envergadura exige quantidades de recursos tanto humanos como materiais e especialmente financeiros. Neste contexto, o IPT conta em grande parte com o apoio da sociedade onde está inserida, angariando fundos mediante conferências, candidaturas a programas de financiamentos, programas de estágios "Impulso jovem", marketing de publicação de atividades, batendo às portas das empresas e de pessoas particulares para uma colaboração e apoio e protocolos (como por exemplo o protocolo com o hospital Maria Pia, onde os utentes do IPT têm acesso a consultas periódicas e exames, tudo a custo zero). Para tal, a instituição mantém-se aberta à

comunidade fazendo celebrações de protocolos com diversas entidades estatais e particulares como é o caso das seguintes entidades⁵:

- Associação dos Comerciantes do Porto;
- Associação Dom Pedro V;
- Associação Portuguesa de Apoio à Mãe Solteira (APAMS);
- Associação Portuguesa dos Farmacêuticos Hospitalares;
- Banco Alimentar, Entreaajuda;
- Cerâmica de Valadares;
- Cooperativa dos Proprietários de Farmácias (COOPROFAR);
- Direção Geral de Reinserção Social;
- Fundação Belmiro de Azevedo;
- Fundação Monte Pio;
- Hospital Especializado de Crianças, Maria Pia;
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ);
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP);
- Ordem dos Psicólogos;
- Ópticas Presidente;
- RAR (Sociedade de controle Holding, SA);
- Throttleman;
- Universidade Católica;
- Banco Alimentar Contra a Fome;
- Polícia Segurança Pública e outros.

1.3.3 Associados da Instituição.

A instituição conta com pessoas coletivas e singulares motivadas pelo espírito de solidariedade e vontade de bem-fazer. Atualmente estão 193 associados dando a sua

⁵ <http://ipt.org.pt/Parceiros.html> acedido em 26/06/ 20013

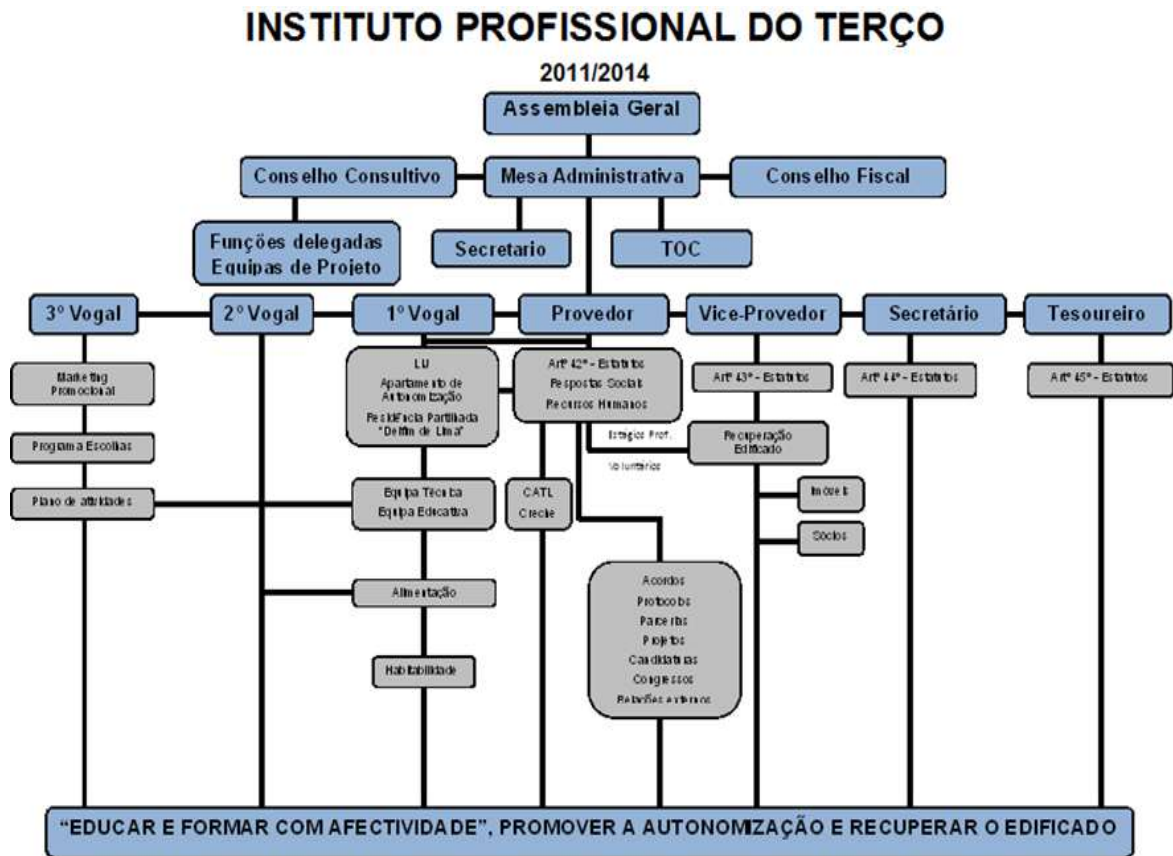
contribuição para o futuro do IPT. Nos últimos 10 anos a instituição tem despertado simpatias um pouco por todo lado e vai recebendo algum auxílio, crescendo o número dos associados, para além dos programas de financiamento do estado. (Entrevista IPT em 22 de Março de 2013)⁶.

1.4 Quadro do pessoal

Para poder desenvolver a sua atividade normal, o Instituto Profissional do Terço tem ao seu dispor 42 trabalhadores profissionais a tempo inteiro. Estes dividem-se em trabalhos específicos com as crianças e os jovens adolescentes, trabalhadores da creche, funcionários de limpeza e manutenção, bem como voluntários e estagiários vindos de várias instituições ou de cursos profissionais e profissionalizantes de entidades com os quais a instituição mantém protocolos para realização de estágios e voluntariado tais como: IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), Escola Superior de comércio Escritórios e serviços do Porto, ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), Escola Superior de Educação de Paula *Frassinetti*, Universidade Católica do Porto, UPT (Universidades Portucalense Infante D. Henrique), Hospital Central Especializado de Crianças (Maria Pia). A distribuição Hierárquica do quadro do pessoal verifica-se no organograma seguinte:

⁶ <http://associacaoovu.Wordpress.com,/2013/03/22/entrevista-ipt/> acedido em 26 /06/2013

Ilustração 4 - Organograma do Instituto Profissional do Terço (2011/2014)



INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO

Instrumentos Nobres de Administração e Gestão

2011/2014



Fonte: <http://ipt.org.pt/Organograma.html>, acessado em 05/04/2013

Corpos sociais, triénio 2012-2014

Mesa da assembleia geral

Presidente, Eng^a. Ana Luísa Cachinho Pereira Pinto

Vice-Presidente, Dr. Fernando José Pinto Seixas

1º Secretário, Jorge Paulo Ferreira Rodrigues

2º Secretário, Dr.^a Lara Manuel Tavares da Fonseca e Silva Formosinho

Mesa administrativa

Provedor, Mestre José Manuel Cadão Formosinho

Vice-Provedor, Prof. Rogério do Carmo Pereira Pinto

Secretário, Mestre Sérgio Manuel Moreira Almeida

Tesoureiro, Sr. José Maria Oliveira Leitão

1º Vogal, Dr. Daniel Ricardo da Silva Formosinho

2º Vogal, Professora Zulmira dos Anjos Cachinho P. Pinto

3º Vogal, Dr.^a Carla Cristina Pita Fernandes

1º Suplente, Diana Manuela Neves da Rocha Vilarinho

2º Suplente, Engenheiro Luís Miguel Tavares Godinho

3º Suplente, Sr. José António Costa Fonseca

Conselho fiscal

Presidente, Mestre Adalmiro Malheiro C. Andrade Pereira

Secretário, Mestre Dr. Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves

Relator, Sr. António Abílio Ferreira da Silva Soares da Costa

1º Suplente, Dr.^a Carla Alexandra F. S. Matias

2º Suplente, Sr. Simão Lousada Leite

3º Suplente, Educadora Olinda Maria Araújo Ribeiro Teixeira

Conselho consultivo

* Sr. Carlos Braga;

* Dr. Paulo Vallada;

- * Sr. José Alberto Varandas;
- * Dr.^a Margarida Formosinho;
- * Dr. João Leão;
- * Dr. Celso Silva;
- * Dr.^a Ana Dolgner;
- * Sr. Nino Gomes;
- * Arquiteto Paulo Machado;
- * Arquiteta Bruna Fonseca;
- * Sr. Ricardo Ribeiro;
- * Arquiteto António Moura;
- * Sr. Hélder Flávio.

1.5 Valências

- ✓ Lar de Infância e Juventude – LIJ: acolhimento de crianças/jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global.

- ✓ Sala de Estudo – OTL: destina-se ao 1º e ao 2º ciclo - escolas da proximidade da instituição.
 - Transporte e lanche incluído.
 - Acompanhamento por Professor Licenciado para:
 - Método de Estudo;
 - Trabalhos de casa;
 - Reforço das aprendizagens;
 - Preparação para exames e realização de campo de férias.

- ✓ Apartamento de Autonomização - Lar para jovens em transição para a vida ativa.

Permite aos jovens adultos condições de progressiva autonomia numa fase dos seus projetos de vida, na transição para a vida ativa, proporcionando a conclusão dos cursos de educação e de formação profissional, a inserção no mercado de trabalho, a procura de alojamento e o desenvolvimento de competências de organização e gestão de casa, de competências sociais, de saúde, higiene e segurança, de relações públicas, contactos com organismos públicos e privados, agências de emprego, conhecimento e envolvimento nas estruturas locais e regionais autárquicas e de participação cívica e cultural.

- ✓ Programa escolhas:
 - Promover a inclusão escolar e a educação não formal e contribuir para o acesso a oportunidades de formação profissional e emprego;
 - Promover a integração social e a participação comunitária e apoiar o empreendedorismo e a capacitação dos jovens através da educação intercultural;
 - Promover o sucesso escolar a partir da utilização das Técnicas Informação e Comunicação (TIC) e desenvolver competências ao nível da literacia digital.

- ✓ Administração e Património: Obras de reabilitação das instalações, rendas e alugueres.

- ✓ Creche

Dar apoio à família e à criança. Acolhe crianças até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

- ✓ Residência Delfim de Lima: É um projeto inovador do IPT, com o apoio do Programa INCENTIVO da Domus Social, da Câmara do Porto, que se insere na busca de apoio continuado aos jovens adultos em plena autonomia e inserção na sociedade.

1.6 Receitas do IPT

Fontes de financiamento: acordo de cooperação com o Ministério da Segurança Social na comparticipação dos projetos de educação e reabilitação das instalações do edifício sede, donativos das empresas e outras instituições, acordos com o hospital Maria Pia; apoios e donativos em numerários e em materiais vindos através do reconhecimento da qualidade do serviço prestado à sociedade, bem como, da divulgação dos resultados obtidos ou criados com esses donativos; voluntários que contribuem com o seu saber e mão-de-obra; rendas e alugueres de espaços pertencentes ao IPT; mensalidades da creche e sala de Estudo – OTL.

Capítulo II

Revisão teórica

2.1 As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Terceiro Setor.

Para melhor compreender o contexto global do estatuto jurídico das IPSS e a função a elas reservada, no quadro do estado social, achou-se melhor esclarecer e situar estas instituições no âmbito da histórica da tripartição do universo económico e social.

As IPSS constituem apenas uma categoria de organizações não lucrativas, inseridas num quadro geral, composto por associações de diversos fins, incluindo as associações mutualistas, as cooperativas, as organizações de voluntários, de prestação de serviços, de assistência social e de saúde.

O desenvolvimento destas organizações em diversos países desafiou a composição científica com o fim de proceder à sua arrumação conceitual. Donde emanam as expressões segundo Lopes (2009) como: setor voluntário, setor de economia social, setor independente, setor intermédio, setor da sociedade civil, setor privado social, setor de economia associativa, terceiro sistema, setor não lucrativo, terceiro setor, setor de organizações não-governamentais (ONG), setor sem fins lucrativos. Dependendo não só das formas e variedades que assumem, mas também dos diversos atores e grupos sociais envolvidos. A utilização destes termos serve para referir a mesma realidade que embora não sendo pública, também não é integralmente privada, no sentido tradicional do termo.

Entre o setor público e o setor privado existiria, então, um outro setor ou uma terceira força social, política e economicamente independente, que medeia as duas forças tradicionais (pública e privada) e se rege por lógicas diferentes das do Estado e das do Mercado, mas que segundo Lopes (2009), tenha a virtude de combinar o melhor de dois mundos - a eficiência e a habilidade do mundo do fazer ou da gestão com o interesse público, a responsabilidade e a planificação do Estado.

Em causa, está o enquadramento teórico-conceitual de uma realidade intermédia, certo que a sociedade civil e o Estado nem sempre auxiliam aquela ordem. As dificuldades partem do princípio organizacional e estrutural, distinto sob o ponto de vista económico-social e jurídico, pois trata-se de um setor não lucrativo mas que, por sua vez, pode existir dentro deste setor organizações que geram lucros (exemplo de algumas cooperativas). Lopes (2009)

No entanto, a expressão “terceiro setor” tem ganho terreno devido à unificação de pesquisas a nível internacional. A sua globalização, deu-se no final do século XX, assistindo-se ao crescimento de estudos, investigações, na qual se destaca o projeto iniciado pela universidade

Jonhs Hopkins nos EUA, dirigido e desenvolvido pelo Dr. Lester Salamon⁷, realizando estatísticas relativas ao terceiro setor. Esta investigação deu a conhecer melhor as especificidades do setor civil, ou setor não lucrativo, que até então era pouco explorado a nível internacional. Esta iniciativa despertou interesse dos países e alargou-se pelo mundo fora.

O estudo do projeto comparativo do setor não lucrativo de Jonhs Hopkins, designado por noção “estrutural-operativa”, vem superar algumas dificuldades em construir uma noção global, do setor não lucrativo, tendo em conta os critérios que permitissem obter resultados que sustentassem a noção de terceiro setor, válida em todos os países. O quadro que apresentamos abaixo, apresenta a classificação feita no estudo.

Quadro 1 - Definição internacional do Setor Não Lucrativo⁸

Código	Área
Grupo 1	Cultura e Recreio
Grupo 2	Instrução e Investigação científica
Grupo 3	Saúde
Grupo 4	Serviços Sociais
Grupo 5	Ambiente
Grupo 6	Promoção da Comunidade Local, Tutela de Inquilinos e desenvolvimento do património habitacional
Grupo 7	Promoção e Tutela de direitos Cívicos
Grupo 8	Intermediação Filantrópica e promoção do Voluntariado
Grupo 9	Atividade Internacional
Grupo 10	Organizações Empreendedoras, Profissionais e Sindicais

Fonte: Salamon e Anheier (1992). Adaptado

Segundo a definição “estrutural-operativa” citada por Lopes, e sugerida pelo programa ICNPO, integram o setor não lucrativo ou terceiro setor, as organizações que possuem as

⁷ Salomon e Anheier (1992; Citado por Barros e Santos, 1997)

⁸ Internacional Classification of Non- Profit Organizations (ICNPO) apresentado por Salamon e Anheier (1992; citado por Barros e Santos, 1997)

cinco condições consideradas importantes para que seja possível a comparação a nível internacional:

- ❖ A institucionalização - processo de formalização e reconhecimento legal das potenciais entidades deste setor;
- ❖ Instituições de natureza privada, distintas do Estado e das restantes coletividades públicas;
- ❖ Autonomia, ou autogoverno, para definir as suas próprias regras organizativas e tomar decisões. No entanto não exclui o controlo administrativo e jurídico externo;
- ❖ Não há distribuição de excedentes pelos membros, associados ou administradores, isto é, os resultados não podem ser objeto de distribuição, mas serão sim reinvestidos no objeto social da organização ou canalizados para a promoção do trabalho voluntário;
- ❖ Voluntariado.

Em Portugal, foram identificadas diversas instituições que se reveem nas cinco características mencionadas: associações, fundações, instituições de desenvolvimento local, misericórdias e museus. As associações, mutualistas e cooperativas, não se enquadram neste estudo comparativo por distribuírem lucros aos associados.

Neste caso, a aplicação rigorosa deste critério levaria à exclusão das cooperativas e das associações mutualistas do setor sem fins lucrativos, tendo em conta a possibilidade de distribuição de excedentes naquelas, admitida pelo artigo 73º do Código cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro⁹, e a conceção de benefícios patrimoniais aos respetivos associados nestas últimas, artigos 19, 31.º e seguintes do Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março¹⁰. Consequentemente, estas associações não poderiam ser consideradas IPSS, podendo até colocar-se algumas interrogações mesmo em relação às cooperativas de solidariedade social. Porém, nos Estados Unidos, a definição do conceito do terceiro setor ou setor não lucrativo de “Johns Hopkins” acabou por excluir as cooperativas e as mutualidades e o setor é reconhecido como categoria autónoma, quer pelo mercado, quer pelos poderes públicos, e ainda pelo mundo científico, com uma preocupação legislativa de desenvolver critérios delimitadores do setor não lucrativo. Lopes (2009).

⁹Disponível em: http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-viii-leis/pdf-viii-2/l-51-1996/downloadFile/file/L_51_1996.pdf?nocache=1182414716.72 12 – 6 2013 acedido em 02/04/2013

¹⁰Disponível em: http://www.cases.pt/O_content/mutualidades/doc/Codigo_das_associacoes_mutualistas.pdf acedido em 02/04/2013

Esta situação não se verifica na Europa continental pois a maior parte dos países não desenvolveu um conceito próprio para este setor, limitando-se, por influência anglo-americana, a adaptar a designação de setor não lucrativo. A França, por sua vez, apresenta uma exceção por ter desenvolvido e delimitado o setor da economia social, sendo que a expressão “terceiro setor” é tida como sinónimo de economia social. Este esforço revela-se no direito positivo, consagrado na designada “Carta da Economia Social”, de 1980 e da lei específica – a Lei da Economia Social de 1983, onde a dinâmica económico-social e a forma jurídica assumida das organizações são divididas em três grupos principais: cooperativas, mutualidades e associações, não estando as duas primeiras impedidas de atuar no mercado, somando-se nestas categorias, as fundações, os sindicatos, e outras organizações sem fins lucrativos.

Em Portugal, apesar de o terceiro setor se adequar em parte à tabela “Internacional Classification of Non-Profit Organization, foram feitos estudos¹¹ e sugeridas diversas designações como: “economia social”, “economia coletiva”, “economia comunitária”, “economia do terceiro setor”, “economia das atividades de objeto não-lucrativo”, “economia de interesse geral”, “economia participada”, “setor das organizações da sociedade civil”, “setor cooperativo”, entre outras, para alcançar uma área que não é pública, nem empresarial ou capitalista, constituída por cooperativas, mútuas e certos tipos de associação, como por exemplo as associações constituídas sobre a forma das IPSS.

Segundo Rui Namorado, citado por Lopes (2009: 223), a “economia social ainda não impregnou, minimamente, a prática das cooperativas, das associações e das mutualidades”.

Lopes (2009), conclui que, o fenómeno da economia social ou do terceiro setor é ainda visto, à semelhança do que acontece nos outros países, mais sob o ponto de vista das ciências económicas e sociais do que do ângulo da ciência jurídica.

Destaca-se também a nível europeu, um estudo desenvolvido pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC)¹² baseado no reconhecimento jurídico político da economia social, realizado a partir do manual da Comissão Europeia. A questão principal deste estudo prende-se com os contornos do termo “economia social”.

¹¹ Franco, R. C. (), *O setor não lucrativo português numa perspetiva comparada*, faculdade de economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Porto, disponível em:

http://www.akdn.org/publications/2008_portugal_nonprofitsector.pdf, acedido em 07/09/2013

¹² Relatório sobre a Economia Social Na União Europeia- CNES, disponível em:

<http://cnes.org.pt/index/economia> acedido em 26/08/2013

Verifica-se que as organizações sem fins lucrativos, que prestam serviços, estão integradas no termo economia social, fundindo-se com todas as organizações livres, voluntárias, criadas pela sociedade civil. Os países como Portugal, França, Itália, Espanha, Bélgica, Irlanda e Suécia, formam um grupo de países europeus, com maior aceitação do termo economia social. Estes dados resultam do primeiro questionário, cujo objetivo numa primeira fase foi investigar o nível de conhecimento do termo economia social. Na constituição espanhola e francesa, por exemplo, encontramos este termo definido.

A lei 64-A/2011, de 30 de Dezembro, aprova as grandes opções do plano 2012-2015, e no seu ponto 3.3, reforça a necessidade de implementação de medidas concretas quanto às IPSS, no sentido de fomentar e dinamizar as redes de solidariedades social, manifestando o conceito de economia social.

A análise comparativa da economia social de países pertencentes à União Europeia terminou em 2006, com um relatório elaborado pelo CIRIEC a pedido do Comité Económico e Social Europeu (CESE). Neste relatório encontramos o conceito de economia social adequado aos sistemas contabilísticos nacionais que abrange dois dos subsectores: o subsector do mercado ou empresarial (cooperativas e mutualidades) e o subsector “não mercado” (associações e fundações). Esta classificação tem como finalidade a realização de estatísticas e análises económicas, usando os sistemas contabilísticos dos diferentes países.

Tudo isto leva a crer que, mesmo ao nível europeu, o conceito de economia social ou de terceiro setor está ainda longe de atingir estabilidade e univocamente dogmático-conceitual, predominando sobretudo noções fornecidas pelas ciências económicas e sociais, adaptadas às características nacionais de cada país.

Além de haver divergências conceituais e de preferências por “terceiro setor” ou “setor de economia social”, o certo é que, na realidade, o aumento e desenvolvimento das organizações nesse âmbito não se pode negar exigindo uma definição única e universal.

2.1.1 Caracterização do Terceiro Setor em Portugal

Em Portugal a Constituição da República (1976) no artigo 82º, prevê a existência de três setores de propriedade dos meios de produção: o setor privado, o setor público e o setor cooperativo e social: a expressão “economia social, ao incluir entidades tão heterogéneas como cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações, está equiparada a este “setor cooperativo e social” que é, por assim, dizer o terceiro setor. INE (2013)

Segundo a definição operacional proposta no Relatório *The Social Economy in the European Union*¹³, (2012), a economia social é um “conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou a quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto.

A economia social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.”

Esta definição é considerada como a que melhor se adequa ao sistema de contabilidade nacional visto não ter em consideração nem critérios jurídicos, nem administrativos, centrando-se na análise do comportamento dos atores da economia social, assim como na procura de semelhanças e diferenças entre os próprios atores e entre estes e os outros agentes económicos. Tem ainda em consideração os princípios históricos, bem como os valores próprios da economia social. É, por conseguinte, uma definição que tem um amplo consenso científico e que permitiu quantificar e tornar visível, de forma homogénea e harmonizada internacionalmente, alguns agregados das entidades pertencentes à economia social (INE-Conta satélite da economia social de 2010).

Em Portugal, a heterogeneidade domina o setor da economia social, tanto em número como no tipo de atividade desenvolvidas, e as primeiras experiências com características de economia social, remontam ao século XIII, com a criação de uma bolsa de comércio, no

¹³ Relatório elaborado pelo CIRIEC (Centro Internacional de *Recherches et d'information sur l'Economie publique, Social et Coopérative*), em 2012, para o Comité Economico e Social Europeu. Citado pela conta satélite da economia social 2010-INE.

reinado de D. Dinis e das Confrarias Leigas, no reinado de D. Afonso V, com vista a socorro mútuo.¹⁴

Mas, é com a adesão de Portugal à UE que se inicia um período de integração económica, social e política tendente à aproximação dos padrões europeus e, conseqüentemente, à exposição e integração nacionais nas dinâmicas europeias da economia social/ terceiro setor.

Os grupos e entidades que integram a economia social em Portugal, de acordo com o artigo 4º do Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República, por unanimidade, em 15 de Março de 2013, são:

- ✓ Cooperativas;
- ✓ Associações Mutualistas;
- ✓ Misericórdias;
- ✓ Fundações;
- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- ✓ As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- ✓ As entidades abrangidas pelo subsector comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- ✓ Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.¹⁵

De acordo com Instituto Nacional de Estatísticas (INE), estas entidades foram agrupadas em cinco grupos: 1) Cooperativas, 2) Mutualidades, 3) Misericórdias, 4) Fundações, 5) Associações e outras Organizações da Economia Social (OES).

¹⁴ Soares. C, Fialho. J. A. S, Chau. F. e, Gageiro. J e Pestana. H, (2010) *A Economia Social e a Sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão social* disponível em:

[Http://www.poaatse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf](http://www.poaatse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf), acedido em 02/04/2013

¹⁵ Conta Satélite da economia Social 2010, edição 2013 estatísticas oficiais, acedido em 02/04/2013

2.1.1.1 Cooperativas

São pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.¹⁶

A sua presença em Portugal regista-se em meados do século XIX¹⁷. Desenvolvem atividades transversais na economia, como consumo, comercialização agrícola, crédito habitação e construção, produção operária, artesanato, pesca, cultura, serviços de ensino e solidariedade social, encontrando-se também uma multiplicidade de formas representativas do setor, desde cooperativas de produção de leite, adegas e lagares cooperativos, cooperativas de consumo ou de transportes, caixas de crédito agrícola mútuo, universidades, rádios e grupos de teatro. Em 2010 o grupo das cooperativas em Portugal, era constituído por 2.260 unidades.

2.1.1.2 Mutualidades

São Instituições Particulares de Solidariedade Social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco. Constituem fins fundamentais das associações mutualistas a concessão de benefícios de segurança social e de saúde destinados a reparar consequências da verificação de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e seus familiares e a prevenir, a verificação desses factos.¹⁸

Em Portugal, as mutualidades, abrangem fundamentalmente, atividades financeiras, saúde e bem-estar e ação social, tendo em 2010 um conjunto de 119 unidades.¹⁹

¹⁶ Código cooperativo – Lei nº 51/96, de 7 de setembro, artigo 2º.

[Http://dre.pt/pdf1s/1996/09/208A00/30183032.pdf](http://dre.pt/pdf1s/1996/09/208A00/30183032.pdf) acedido em 18/ 06/ 2013

¹⁷ I.N.E - Conta Satélite da Economia Social 2010

¹⁸ Código das Associações Mutualistas, Decreto-Lei nº. 72/90, de 3 de Março, artigo 1º, consultado em [Http://www4.seg-social.pt/documents/10152/39233/DL_72_90](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/39233/DL_72_90) acedido em 18/06/2013

¹⁹ I.N.E - Conta Satélite da Economia Social 2010

2.1.1.3 Misericórdias

São associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina moral e cristã.²⁰

A União das Santas Casas de Misericórdias Portuguesas (UMP) foi criada em 1976, no seguimento das transformações sociais que seguiram o 25 de abril. Decreto-lei nº. 618/75 De 11 de novembro de 1975. Constituída em Portugal por 381 unidades em 2010.

2.1.1.4 Fundações

Uma fundação foi considerada pela Lei nº 24/2012 de 9 de Julho como uma pessoa coletiva, sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social, sendo considerados fins de interesse social aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios. Em 2010 as fundações apresentavam 537 unidades.

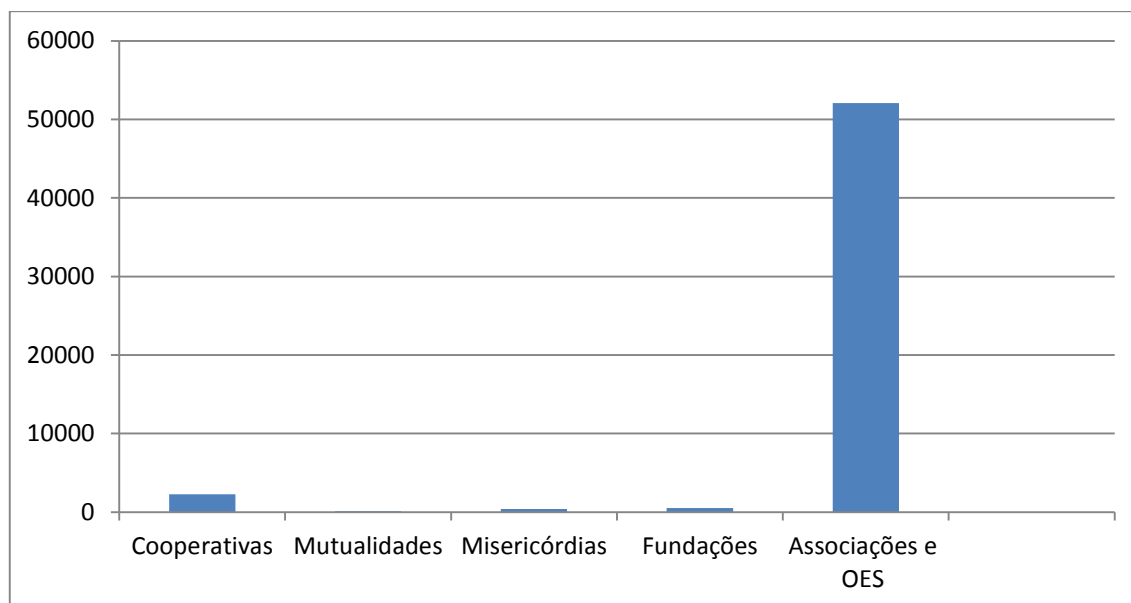
2.1.1.5 Associações e outras organizações da economia social

Enquadram-se neste grupo organizações não contempladas anteriormente, como por exemplo: associações juvenis, estudantis, casas do povo e bombeiros voluntários. Em Portugal, as associações e outras organizações da economia social, constituem o maior grupo em 2010, com 52.086 entidades.

Resumidamente pode verificar-se no gráfico abaixo os grupos de entidades da economia social e suas unidades em 2010.

²⁰ Decreto- Lei nº. 119/83, de 25 de Fevereiro, disponível em:
[Http://dre.pt/pdf1sdip/1983/02/04600/06430656.PDF](http://dre.pt/pdf1sdip/1983/02/04600/06430656.PDF), acedido em 03/04/2013

Gráfico 1 - Grupos de Entidades da Economia Social e suas unidades



Fonte: (INE - Conta satélite da economia social 2010). Adaptado.

Ao todo, e conforme os dados da Conta satélite²¹ 2010, Portugal apresenta 55.383 unidades da Economia Social.

2.1.2 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Como prescrito no Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, as IPSS são entidades constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, o apoio a criança e jovens, à família, à integração social comunitária, à proteção dos cidadãos na velhice e invalidez. É também seu propósito apoiar todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, à promoção e proteção na saúde, educação e formação profissional dos cidadãos, à resolução de problemas habitacionais das populações, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.

Elas podem ser de natureza associativa solidária e voluntária e de socorro mútuo, de natureza fundacional de solidariedade e Irmandades de Misericórdia, para além de poderem ainda revestir a natureza de uniões, federações e confederações. E também pode ser concedida a

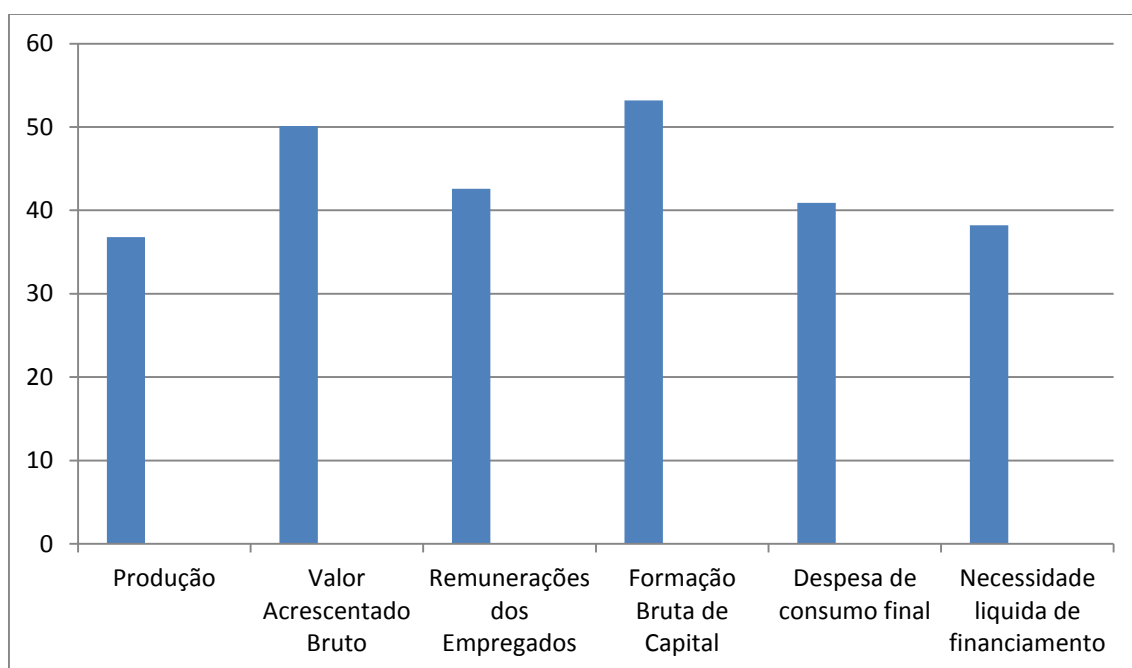
²¹ Conta satélite é um estudo específico às áreas económicas nacionais do país. Foi elaborada no âmbito do protocolo de cooperação assinado em 2011 entre o INE e a CASES. Decorre da necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características da Economia social em Portugal.

equiparação a IPSS a cooperativas²² e a casas do povo²³. Assim, todos os grupos de entidades anteriormente analisados possuem condições para ser IPSS, seja por inerência legal, como por deferimento do requerimento concedido pela Segurança Social.

Segundo as estatísticas feitas em 2010 pelo INE e CSES, as IPSS representaram 36,8% da produção, 50,1% do VAB, 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final, 53,2% da FBC e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da Economia Social.

Assim o peso relativo das IPSS na Economia social é resumidamente demonstrado no seguinte gráfico:

Gráfico 2 - Peso Relativo das IPSS na Economia Social



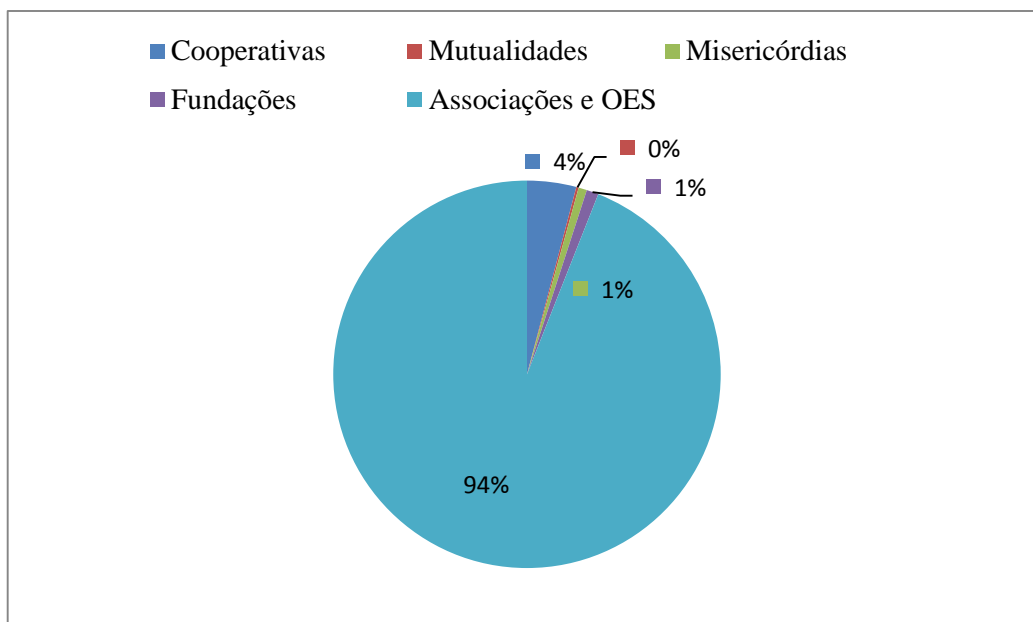
Fonte: INE - Conta satélite da economia social 2010.

²² Lei nº. 101/97 de 13 de Setembro

²³ Decreto-Lei nº 171/ 98 de 25 de Junho, e o Despacho nº. 1774/99 de 10 de Setembro.

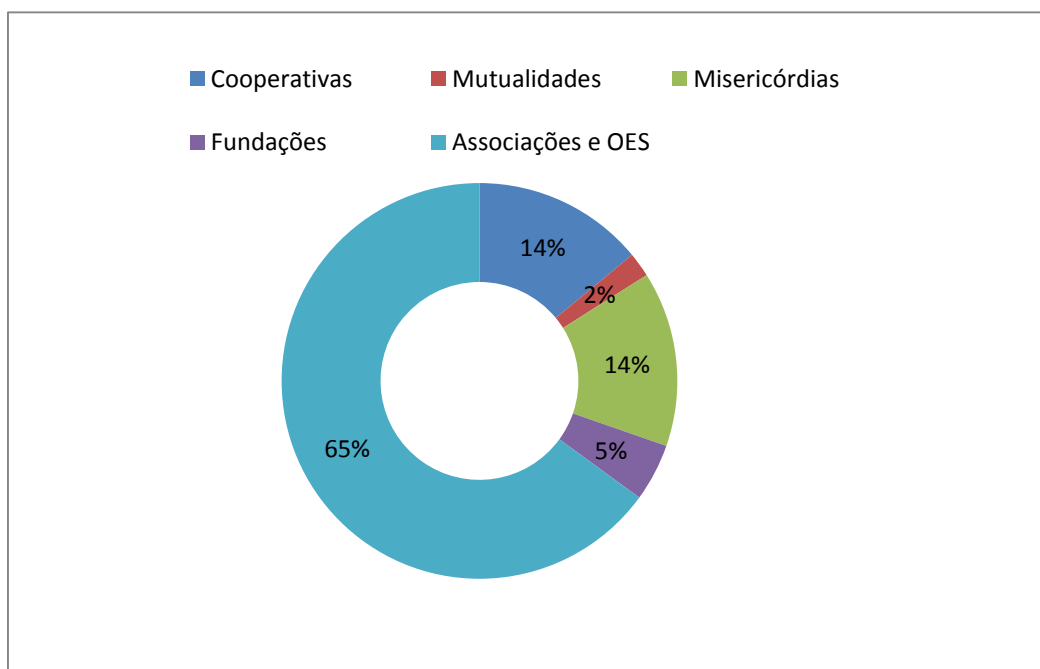
Esquematizado por grupos em termos percentuais, as entidades que integram a economia social em Portugal, são apresentadas da seguinte forma:

Gráfico 3 - Entidades da Economia Social por grupos



Fonte (INE - Conta satélite da economia social 2010, pp. 20).

Gráfico 4 - Emprego remunerado na Economia Social por grupo de entidades

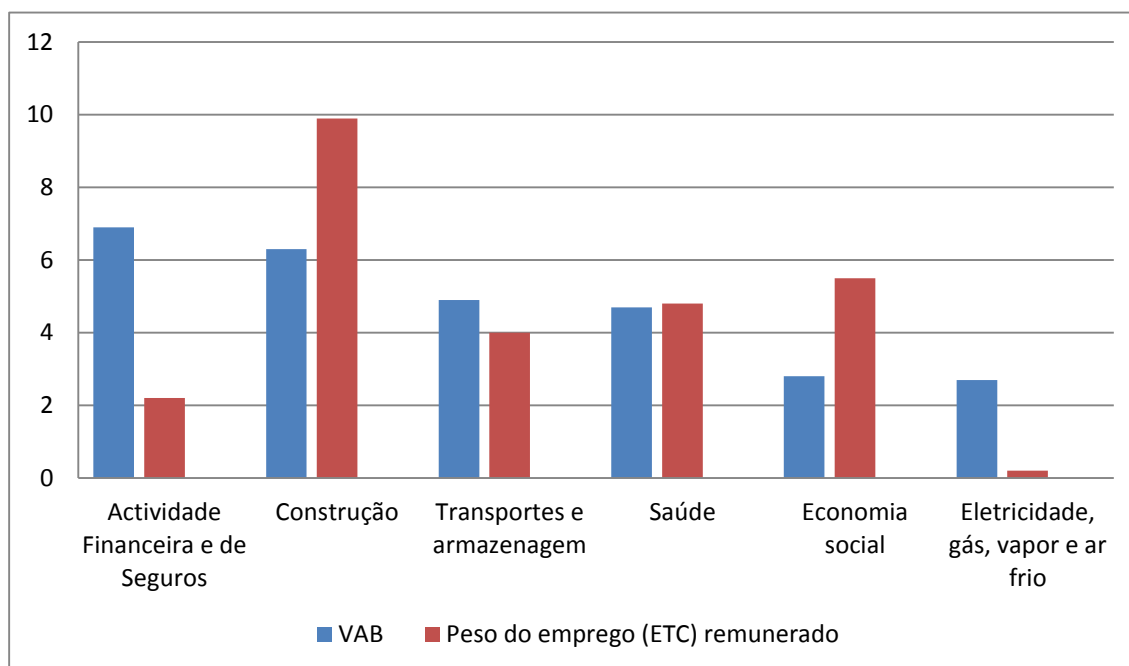


Fonte: (INE - Conta satélite da economia social 2010, pp. 20).

2.1.3 A Economia Social na Economia Portuguesa.

A Economia Social em 2010 representava 2,8% do VAB nacional, 4,6% do emprego total e 5,5% do emprego total remunerado (ETC).²⁴

Gráfico 5 - Peso do VAB e do emprego (ETC remunerado) da Economia Social e de alguns ramos de atividade na economia nacional



Fonte: (INE - Conta Satélite da economia social 2010, pp. 43.). Adaptado

Olhando para o gráfico dá-se conta da capacidade empregadora da economia social superior a ramos de atividade tradicional, acrescentando ainda algumas organizações presentes no ramo de atividade de saúde e o VAB da economia social que também registou um valor significativo.

As 55.383 unidades consideradas no âmbito da economia social de acordo com os dados de 2010 apresentados pelo INE, as associações e outras OES representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,1% do VAB, 64,9% do emprego (ETC remunerado) e 62,7% das remunerações. As cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades de economia social com maior peso relativo, em termos de número de unidades, VAB e remunerações. As mutualidades foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevada.

²⁴ Conta satélite 2010, INE-CSES, edição 2013.

2.2 A Contabilidade como ferramenta essencial para todas entidades

A contabilidade, em toda a sua história, está plenamente ligada ao desenvolvimento da humanidade. Acontece dentro de diferentes instituições tais como entidades lucrativas e não lucrativas. Segundo Freitas, (2005:17), “a informação financeira é importante na tomada de decisão bem como na necessidade de prestar contas”. E, por sua vez, o IASB (1989) relata que, o objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informação acerca da posição financeira, que satisfaça o conjunto de utilizadores.

Ludicibus (2000:29) diz que a “contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem”. Pois o homem sempre necessitou, e necessita, de recursos para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento, criando e acumulando para este fim, bens e valores desde a antiguidade. Daí a necessidade de recorrer a registos para melhor conhecer e controlar os seus bens e valores, hoje conhecido como património, e de perpetuar os factos nele ocorridos. Esta consciência e a evolução natural da sociedade deram azo ao desenvolvimento da contabilidade, indo ao encontro das necessidades mais profundas do meio empresarial, identificando a informação financeira como um elemento fundamental no processo de tomada de decisão, constituindo em si um fator determinante para o eficaz funcionamento das empresas ou das organizações.

A contabilidade pode ser vista como um sistema de informação que reúne e comunica informação económica e financeira sobre uma entidade a um conjunto diversificado de pessoas com interesses sobre essa mesma entidade, como, por exemplo, clientes e fornecedores. A maioria da informação relacionada com uma determinada empresa/instituição resulta da própria organização, nomeadamente, traduzida pelo departamento da contabilidade.

O desenvolvimento das tecnologias de informação financeira e da comunicação tem contribuído para o aperfeiçoamento do conceito de oportunidade da informação²⁵ através de uma mais rápida disponibilização da mesma. Esta informação financeira, normalizada e harmonizada, permite aos gestores/órgãos de direção a definição e acompanhamento do processo de decisão.

Traduzindo-se a contabilidade no registo e relato sobre processos e fluxos financeiros, económicos e monetários gerados dentro da entidade, e entre entidades, a elaboração de demonstrações financeiras reflete o ato de proporcionar informação sobre esses fluxos, nomeadamente sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira.

²⁵ Conceito relacionado com a tempestividade e fiabilidade da informação

Em Portugal, a contabilidade pode ser analisada em três etapas. A primeira etapa caracteriza-se pela ausência de um plano oficial de contabilidade, sendo o registo de operações, feito sem regras definidas. A segunda etapa posiciona-se na fase da implementação de um plano de contas, o POC (diretriz contabilística n.º 18).

Alguns autores, como por exemplo Berardi e Rea (2010, citado por Ferreira, 2011: 43), são de opinião que, “o processo da definição da contabilidade, como ferramenta de gestão, começou a ter importância com a aprovação do POC de 1977. Apenas a partir desta data, começaram a ser dadas as regras contabilísticas, sempre condicionadas pelo sistema legal”. A terceira etapa caracteriza-se pela introdução das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com o objetivo de fornecer informação financeira harmonizada e com conteúdo informativo mais pormenorizado. Estas alterações estruturais e qualitativas permitem uma melhor análise e tomada de decisão, acrescentando valor à empresa. Gomes e Pires (2010, citado por Ferreira, 2011:43) concluem que, “com estas características, a informação produzida e os novos procedimentos contabilísticos adotados levam à aproximação entre as empresas e os *stakeholders*”.

O Sistema de Normalização Contabilístico, publicado pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi o resultado dos trabalhos efetuados pela Comissão de Normalização Contabilística, (CNC) com o objetivo de homologação, em Portugal, das normas internacionais de contabilidade (IASB/IFRS, adotadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002. E por sua vez, e devido a particularidade do setor das ESNL, deu-se também uma fase que consta da homologação do Normativo para as ESNL, através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Assim sendo, os principais momentos da história da Contabilidade, em Portugal resumem-se no quadro abaixo:

Quadro 2 - Etapas da contabilidade em Portugal

Época	Acontecimentos
...	Ausência de um plano oficial
1977	POC /77 Dec. – Lei, n.º 47/77
1989	POC/89, Dec. – Lei n.º 410/89 revoga o 1.º POC/77 com adesão de Portugal a CE
1990	Dec. Lei n.º 78/89 adapta o PCIPSS, ajustadas as necessidades das IPSS, reflete as principais estruturas e conceitos do POC aprovado pelo Dec. Lei n.º 47/77, bem como as alterações introduzidas pela 4ª Diretiva (POC/89), com aplicação obrigatória a partir de 01/01 /1990
2010	Dec. Lei n.º 158/2009 SNC, que revoga o POC, com exceção dos planos sectoriais.
2011	Dec. Lei n.º 36-A/2011, que integra o SNC, revoga os planos setoriais baseados no POC, com obrigatoriedade em 01/01/2012, e por opção a partir de 2011

Fonte: Ferreira (2011). Adaptado

2.2.1 A Contabilidade organizada nas Entidades do Setor Não Lucrativo

Durante muitos anos as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) não tiveram grandes exigências de informação e controlo por parte dos financiadores ou utilizadores dos serviços. Estava generalizada a crença na bondade da causa, e nas boas intenções de quem fornece o bem ou presta serviços, dentro do espírito da não obrigação por parte dos fundadores ou financiadores, ou seja, os bens e serviços de qualidade inferior à desejada eram aceites como o melhor que era possível fazer-se. As organizações eram escassas de modo que não havia alternativa de escolha por parte dos utilizadores, financiadores ou doadores. E, por isso, não se levantaram vozes contra a ineficácia, qualquer que fosse a forma que esta assumisse, tendo em conta a ideia de que quem consome não paga ou paga pouco, não valorizando, por isso, o bem ou serviço que consome. Por outro lado, era difícil avaliar a qualidade do serviço prestado dada a natureza complexa dos serviços prestados nestas entidades.²⁶ Por tudo isso, não havia necessidade nem preocupação em requerer a contabilidade ou a prestação de contas. Mas, o aumento do número das Entidades Sem Fins Lucrativas (ESFL), as suas exigências e, necessidades, e a importância que elas constituem no desenvolvimento da economia nacional têm despertado a sociedade no seu geral, suscitando uma proximidade e abertura a pesquisas científicas, estudos sobre a organização interna e o controlo dos recursos a elas confiadas.

Alguns autores como Barros e Santos (1998) consideram que é a partir dos anos 80 que sobressai o crescente desenvolvimento das ESFL, provindo da constante intervenção, por parte de estudantes universitários e profissionais, dedicados ao estudo e ao aprofundamento das questões estruturais dessas entidades.

Desde então, a contabilidade tem sido alvo de inserção nas ESFL, assumido uma grande importância na organização interna, tendendo a um melhor desempenho, transparência e à consciencialização em prestar informação fidedigna aos *stakeholders* para um forte impacto na sociedade. Ela é atualmente vista como uma ferramenta vital para conectar entidades empresariais com o meio ambiente em que operam e para dar visibilidade aos recursos e atividades realizadas, permitindo a intervenção dos *stakeholders*, bem como a apreciação social política/fiscal na tomada de decisão para melhor cumprir responsabilidades.²⁷

Assim, a partir de 1980, o FASB iniciou um projeto de desenvolvimento de conceitos que se baseia na elaboração de normas contabilísticas e na apresentação das demonstrações

²⁶ Andrade. A. M e Franco. R.C (2007) *Economia do conhecimento e Organizações sem fins lucrativos*. Editora SPI Porto.

²⁷ OCDE (2003). *The non-profit sector in a churning economy, glossary*. - *O sector sem fins lucrativos na mudança da economia*, glossário.

financeiras que vão enriquecer o conjunto normativo técnico que constitui os chamados princípios contabilísticos aceites do setor das ESFL. Apesar de, até à data, não se verificar a preocupação com a contabilidade e a elaboração de normas de contabilidade aceites internacionalmente e com a contabilidade das ESFL.

Desde então, o FASB, a AAA (*American Accounting Association*- Associação Americana de Contabilidade) e o AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants* – Instituto Americano de Contabilistas Públicos e Certificados), considerados os principais organismos de estudo e investigação e de desenvolvimento normativo da contabilidade, têm centrado a sua atenção nas seguintes áreas-chave da contabilidade das entidades sem fins lucrativos: reconhecimento dos proveitos com ou sem restrições; custos comuns a diversas atividades; contribuições ou doações devidas em dinheiro ou outros ativos, contribuições em serviços prestados por voluntários; investimentos financeiros; elementos da estrutura das demonstrações financeiras e o reconhecimento das depreciações dos ativos.

Barros e Santos (1998) consideram que as diferenças entre as organizações lucrativas e as não lucrativas têm impacto bastante significativo na preparação e apresentação da informação financeira, por isso há necessidade de uma atenção na qualidade da informação financeira das entidades lucrativas e as não lucrativas.

O Decreto–Lei 78/89, de 3 de Março aprova o Plano de Contas das Instituições de Solidariedade Social, designado por PCIPSS, com o objetivo de dotar as IPSS de normas que possibilitem a apresentação das suas contas segundo conceitos e procedimentos uniformes, aceites e praticados por todos.

O PCIPSS foi inspirado em conceitos, critérios, modelos e terminologias mais adequados com a atividade lucrativa, sempre subjacente à ideia de resultado, como indicador de gestão, em alternativa à variação de fundos propostos pelos SFA n.º 4 do AICPA.

Tendo em conta as inconveniências das normas, algumas instituições, especialmente aquelas que informatizaram a contabilidade, começaram a fazer adaptações do POC à sua realidade e criaram o seu próprio plano de contas, aumentando desta forma, a diversidade de procedimentos.

O aparecimento do PCIPSS deu-se, segundo está indicado no referido diploma, devido à importância das IPSS no setor da Segurança Social, que começou por verificar-se, tanto pelo número significativo que representam, como pelo volume de fluxos financeiros envolvidos, juntando-se às necessidades sentidas pelas mesmas na modernização do sistema contabilístico de forma a permitir análises mais detalhadas sobre a sua gestão. E pela insuficiência e

inadequação das orientações contabilísticas providas da extinta Direção Geral de Assistência Social.

O PCIPSS, ajustado às necessidades das IPSS, tem como principais objetivos (tendo em conta o ponto quatro da introdução do anexo do Decreto-Lei n.º 78/89 de 3 de Março): “uniformizar conceitos; normalizar procedimentos contabilísticos; dotar as instituições de informação contabilística que tenha em conta as necessidades de gestão do sistema, possibilitando análises de custos relativas às atividades desenvolvidas; permitir a modernização do sistema; contribuir para uma mais fácil leitura das contas das IPSS por parte dos seus corpos gerentes, dos utilizadores dos seus serviços e até das entidades interessadas na ação por elas prosseguida”.

Tendo em conta as considerações técnicas, especificadas no referido diploma, o Plano de Contas foi elaborado, atendendo à especificidade do setor e à estrutura das Instituições utilizadoras.

O PCIPSS foi obrigatoriamente aplicável a partir de 1 de Janeiro de 1990 e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta que “as IPSS ficam obrigadas à aplicação do PCIPSS, à exceção dos mapas: Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes e Origem e Aplicação de Fundos, os quais são de apresentação facultativa. Contudo, a Demonstração dos Resultados Líquidos foi desdobrada em Resultados por valência e Resultados das outras atividades, devido à necessidade de conhecer os resultados provenientes das diferentes valências desenvolvidas. Por outro lado, as Instituições que têm atividades de exploração terão a possibilidade de obter os resultados de cada uma das diferentes atividades”.

Atualmente, com a adoção da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, integrante no SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as mesmas ficam a beneficiar de regras contabilísticas próprias, e revogam-se os planos de contas setoriais baseadas no POC: o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social; aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março; o Plano de Contas das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 295/95, de 17 de Novembro e o Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/98, de 27 de Março.

De acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL têm de apresentar, anualmente, as seguintes demonstrações financeiras: balanço; demonstração dos resultados por naturezas ou por

funções; demonstrações de fluxos de caixa; demonstrações de alteração nos fundos patrimoniais²⁸ (esta última, por opção ou exigência das entidades públicas financiadoras) e anexos.

De referir ainda que, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as demonstrações financeiras das entidades que apresentem contas consolidadas, e as que ultrapassem os limites referidos no artigo 262²⁹ do Código das Sociedades Comerciais, nos termos nele previsto, ficam sujeitas a certificação legal das contas.

Acresce ainda que, caso seja verificado que as vendas e outros rendimentos sejam iguais ou inferiores a 150 mil euros nos dois exercícios anteriores, as ESNL podem ficar dispensadas de aplicar as regras contabilísticas impostas pelo presente diploma (artigo 10.º do decreto-Lei n.º 36-A/2011). Contudo, ficam obrigadas à prestação de contas em regime de caixa. Este regime consiste na divulgação da seguinte informação: pagamentos e recebimentos, património fixo, e direitos e compromissos futuros (nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011).

2.2.2 Aplicação da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)

O n.º 2 e 3 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, refere que a normalização contabilística para as ESNL aplica-se a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012 ou em data posterior e permite que as instituições optem por aplicar a mesma já no exercício de 2011, a todas as entidades cuja atividade principal seja sem fins lucrativos e que não distribuam qualquer lucro económico ou financeiro direto aos seus membros ou contribuintes.

Segundo Geraldes. C, et al (2012) a diferença entre as ESNL e as entidades com fins lucrativos reside em três características:

- O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas. Em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;

²⁸ Ver em anexo a estrutura da apresentação da demonstração de fluxos de caixa e da demonstração de alterações nos fundos patrimoniais.

²⁹ Total do balanço: 1.500 000 euros; total de vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000 euros; Número de empregados em média durante o exercício: 50

- Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito “benefício”;
- Ausência de títulos de propriedade que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação.

Para além das características distintas, no caso das ESNL, é necessário atender ainda aos seguintes princípios que proporcionam informação relevante, fiável, comparável e compressível, tal como definidas no Anexo II ao Decreto - Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de Março:

— Pressuposto da continuidade: manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade da entidade cumprir os fins propostos.

— Regime de acréscimo: reconhecer os seus itens usando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), exceto na informação de fluxos de caixa. Os itens, os elementos das demonstrações financeiras no regime contabilístico de acréscimo, são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos, gastos, entre outras, desde que satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

— Consistência de apresentação das demonstrações financeiras: a apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras devem ser mantidas de um período para outro, exceto se houver alterações significativas na natureza das operações da entidade.

— Materialidade e agregação ou desagregação das quantias das rubricas nas DF: apresentar os itens materiais semelhantes na mesma classe e os dissemelhantes em classes distintas.

— Compensação: todos os ativos e passivos, rendimentos e gastos não devem ser compensados.

— Prestação da informação comparativa: a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior e o período corrente.

Sempre que existam alterações às políticas contabilísticas, as quantias reveladas devem ser explicadas quanto à sua: natureza da classificação; quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e razão para a reclassificação.

Importa ainda realçar o regime sancionatório previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 36 - A/2011, que prevê as seguintes contraordenações no regime da normalização contabilística para as ESNL:

1 - A entidade sujeita à normalização contabilística para as ESNL que não respeite qualquer das disposições constantes na norma contabilística e de relato financeiro que esteja obrigada a aplicar, distorcendo com tal prática as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas que seja, por lei, obrigada a apresentar é punida com coima de 500 euros a 10.000 euros;

2 - A entidade sujeita à normalização contabilística para as ESNL que efetue a integração de lacunas de modo diverso do previsto, distorcendo com tal prática as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas que seja, por lei, obrigada a apresentar é punida com coima de 500 euros a 15.000 euros;

3 - A entidade sujeita à normalização contabilística para as ESNL que não apresente qualquer das demonstrações financeiras que seja, por lei, obrigada a apresentar é punida com coima de 500 euros a 15.000 euros. Produto das coimas: 60% para o Estado e 40% para o CNC.

Toda esta informação é necessária para que as entidades que entregam recursos (donativos, quotas, legados), os credores, as pessoas que realizam prestações gratuitas (trabalho voluntário), o Governo e a Administração Pública, entre outros, conheçam o grau de cumprimento dos objetivos desenvolvidos, assim como o nível da capacidade da entidade cumprir os seus compromissos, o modo como os donativos são aplicados nas atividades, os programas e necessidades de recurso e dedicação por parte dos voluntários, o controlo dos fluxos, no bem-estar e no desenvolvimento económico onde o setor se insere.

2.2.2.1 Demonstrações financeiras

As ESNL, que adotem as NFRF-ESNL, são obrigadas a apresentar as demonstrações financeiras seguintes:

1. Base para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF); Anexo II do Decreto - Lei n.º 36-A/2011, de 19 de Março.

As BADF estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da mesma entidade, quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e os aspectos particulares de apresentação de transações específicas e outros acontecimentos são tratados na NCRF-ESNL (Aviso 6726-B/2011, de 14 de Março).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos e ganhos);
- e) Gastos (gastos e perdas);
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais;
- g) Fluxos de caixa.

2. Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;
- c) Demonstração dos fluxos de caixa;
- d) Anexo onde se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF – ESNL.

Algumas entidades, por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras, apresentam também uma demonstração de alterações nos fundos patrimoniais.

As entidades dispensadas de aplicar a NCRF – ESNL e que, por sua decisão, não optem pela sua aplicação, ficam obrigadas à prestação de contas em regime de caixa, contendo a seguinte informação: a) Mapas de pagamentos e recebimentos; b) Mapas de património fixo; c) Mapas de direitos e compromissos futuros.

3. Código de Contas (CC), pelo qual as ESNL têm que se reger. A portaria n.º 106/2011, de 14 de Março publica o Código de Contas relativo às especificidades das ESNL. Este código de contas tem como referência o constante do SNC, segundo a Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro, as principais alterações do CC são:

- Conta 25 – Financiamentos obtidos, foi criada a subconta 255- Instituidores e beneméritos e a 258- Outros financiadores, pode ser desdobrada de acordo com entidades financiadoras.
- Conta 26 – Acionistas/sócios, passou para fundadores, patrocinadores, doadores, associados ou membros.
- Conta 43 – Ativos fixos tangíveis, encontra-se desdobrada da seguinte maneira:
431 – Bens do domínio público; 432 – Bens do património histórico, artístico e cultural; 433 – Outros ativos fixos tangíveis.
- A classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados passou a ser denominada por fundos patrimoniais. A conta 51 – Capital passou para o nome de fundos e a 52 – Ações (quotas) próprias passou para excedentes técnicos, a 58 – Excedentes de revalorização de ativos tangíveis e intangíveis
- A conta 68 – Outros gastos e perdas passou a ter a subconta 689 - Custo com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes.
- A conta 72 é desdobrada como segue: 721 – Quotas dos utilizadores; 722 – Quotizações e joias; 723 – Promoções para captação de recursos; 724 – Rendimentos de patrocinadores e colaborações.
- Conta 75 – Trabalhos para a própria instituição passou para, subsídios, doações e legados à exploração.
- A conta 81 – Resultado líquido do período pode ser desdobrada convenientemente por projetos, valências, atividades, entre outros.

A classe 9 é uma classe livre, pode ser utilizada para proceder ao apuramento de resultados setorizados, para obter uma informação interna, necessária à gestão dos fundos.

Ao adotar pela primeira vez o SNC-ESNL, será elaborado um balanço de abertura, reconvertido de acordo com as regras do SNC-ESNL. Deverão estar subjacentes os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento e mensuração.

O processo de reconhecimento e desreconhecimento corresponde ao modo de inserção ou eliminação das rubricas do balanço, na transferência dos saldos PCIPSS para SNC-ESNL. Este ponto será desenvolvido aquando da aplicação pratica no IPT.

Apresenta-se no anexo (XI) deste relatório, o quadro das alterações mais significativas no CC para as ESNL com relação ao SNC e no anexo (VI), o quadro da comparação das contas entre o POCIPSS e o SNC-ESNL.

As demonstrações financeiras devem ser apresentadas pelo menos anualmente. Nos pontos 4.1 e 4.2 da NCRF-ESNL, é referido que a estrutura e as informações a apresentar no anexo constam do respetivo modelo publicado em portaria 105/2011, de 14 de Março.

É necessário apresentar a informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas (ativos fixos tangíveis, inventários, ativos e passivos financeiros, rédito), divulgar a informação exigida pelos capítulos desta norma que não sejam apresentadas na face do balanço (principais pressupostos relativos ao futuro) e das demonstrações dos resultados, proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço e da demonstração dos resultados, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas (exemplo de principais fontes de incerteza das estimativas).

As notas do anexo devem ser apresentadas de uma forma sistemática e cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deva efetuar, sendo que as notas 1 a 4 serão sempre explicadas e aplicadas em função do descrito na lei.

Cada item na face do balanço e da demonstração dos resultados, que tenha merecido uma nota no anexo, deve ter uma referência cruzada, que deve ser incluída nas “Notas” que constam do balanço e da demonstração dos resultados, conforme o exemplo do IPT constante no anexo (II), deste relatório.

As notas do anexo³⁰ devem ser apresentadas pela seguinte ordem:

Nota 1 — Identificação da entidade, incluindo, a natureza de atividade, nome e sede da entidade-mãe, se aplicável;

Nota 2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras;

Nota 3 — Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas;

Nota 4 — Informação desagregada dos itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados por natureza;

Nota 5 — Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;

Nota 6 — Indicação do número do pessoal cooperante, número de voluntários e de beneficiários, órgãos sociais ou qualquer outra informação que aumente a qualidade da informação contida nas demonstrações financeiras;

³⁰ Modelo do anexo das ESNL, adaptando o publicado no anexo 10 da portaria 986/2007, de 7 de setembro, com as alterações referidas na portaria 105/2011, de 14 de março acedido em 04/03/2013

Nota 7 — Divulgações exigidas por diplomas legais.

As ESNL, de acordo com a NC-ESNL, deverão proceder à superação de lacunas conforme disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL, pela ordem indicada de seguida:

* NCRF e Normas Interpretativas (NI);

* Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

* *International Accounting Standards* (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Resumidamente, o processo de prestação de contas das ESNL consiste na submissão para os órgãos competentes, e de acordo com os modelos oficiais legalmente fixados, da informação constante dos seguintes documentos: Orçamento e plano de atividades, relatório de atividades ou de gestão, demonstrações financeiras, certificação legal das contas (quando aplicável) e o parecer do órgão de fiscalização (quando exista). Araújo, Cardoso e Novais (2012).

2.2.2.2 Razões das regras contabilísticas próprias nas Entidades do Setor Não Lucrativo

Há duas razões fundamentais, pelo menos até aqui, que justificam a criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às ESNL: a primeira tem a ver com a propagação que as entidades têm vindo a conhecer e com o importante papel e peso que exercem na economia nacional, o que implica uma exigência de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, principalmente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão de recursos que lhes são confiados, bem como dos resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades. E a segunda, porque as entidades que integram o setor não lucrativo respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços. (Geraldês, *et al* 2012).

Nas ESNL, os utilizadores da informação financeira são as entidades que entregam recursos (quotas, legados, donativos), os credores, as pessoas que realizam prestações gratuitas (assistência ou trabalhos de voluntários), o Governo e a Administração pública entre outros.

Nesta conformidade, os doadores/financiadores/associados pretendem conhecer o grau de cumprimento dos objetivos desenvolvidos; os credores pretendem obter informação acerca da capacidade da entidade solver os seus compromissos. Por outro lado, os membros das ESNL pretendem conhecer o modo como os donativos e outros fundos são aplicados nas atividades, os voluntários pretendem conhecer os resultados da sua dedicação, bem como os programas realizados e as necessidades de recursos e, o Estado, na medida em que proporciona os recursos para a atividade de diversas entidades do setor não lucrativo, tem necessidade de controlar os fluxos/meios que permitam cumprir os fins sem diminuir o património; o público em geral, de entre os quais cumpre referir os contribuintes, grupos de interesse ou pressão, associações de defesa do consumidor e todos os interessados, direta ou indiretamente, no futuro da atividade da ESNL. Este grupo deve ter a possibilidade de avaliar o contributo da entidade no seu bem-estar ou no desenvolvimento económico do setor em que se insere.³¹

2.3 Abordagem fiscal das IPSS

O ano contabilístico³² é composto por um conjunto de prazos fixos e rígidos que as empresas têm que cumprir de forma a garantir o funcionamento da atividade dentro da normalidade. Nestes prazos são entregues declarações ou feitos pagamentos de impostos, taxas e afins que pelo seu caráter obrigatório, podem condicionar a organização das empresas/instituições.

As IPSS têm tratamento fiscal privilegiado, em relação a outras entidades públicas ou privadas, pelo facto de prosseguirem finalidades de utilidade pública, não obstante, este tratamento ou regime fiscal estar inserido nos diversos códigos fiscais não fugindo de igual modo a regimes de prazos fixos na prestação de contas.

Portanto, pelo artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social³³, a partir do momento em que estas estão registadas, nos termos do artigo 7.º, adquirem a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública e, sem prejuízo de outros benefícios previstos na restante legislação aplicável. Podem ser-lhes atribuídas as seguintes isenções:

- IRC (Artigo 10º, n.º 1, 2 e 3 do CIRC e da circular n.º 1/89, de 3 de Janeiro) – A isenção do IRC está condicionado à observância dos requisitos seguintes: o do exercício efetivo de atividade de utilidade pública, o de afetação de pelo menos 50% do rendimento global líquido

³¹ Marques. T.J e Armando: A.A (2011). *Sistema de Normalização contabilística*. Edição: CNIS

³² Atividades para um horizonte temporal de 12 meses, regra geral.

³³ Artigo 4.º da Portaria n.º 778/83, n.º 1 da Norma XIII do Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio, e o artigo 4.º, n.º 2, dos Estatutos.

que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, e o da inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por outra pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas. Esta concessão de isenção do IRC está dependente da apresentação de requerimento, do reconhecimento pelo ministro das Finanças, conforme os termos publicados e definidos, em Diário da república.

Em termos declarativos, liberta da obrigação do apuramento do IRC no modelo 22 as IPSS que têm isenção, livres de qualquer tributação autónoma, considerando a sua prática do exercício efetivo a título exclusivo das atividades nas quais foram reconhecidas a qualidade de utilidade pública. (artigo 117.º do código do IRC, n.º 6 e 7).

- IVA (artigo 9º e 10º do Decreto-Lei, nº 102 do CIVA) – Abrange a transmissão e as prestações de serviços, a que acresce a restituição do IVA em alguma aquisição de bens e serviços relacionadas com a construção, manutenção e conservação de imóveis, total ou parcialmente utilizados na prossecução dos fins estatutários, para além de outras isenções em matéria de contribuição autárquica, em matéria de sucessões e doações. Para tal é necessário um comprovativo da quitação para as IPSS que não estejam totalmente isentas.

No caso de algumas IPSS se dedicarem a uma diversidade de operações, fora do campo da isenção, em tais circunstâncias, deve ser aplicado o artigo 23.º do CIVA, cujos preceitos definem os métodos de dedução relativa a bens de utilização mista, método pró-rata ou da afetação real.

Quanto ao IVA suportado ao nível da importação e aquisição de bens e dos serviços efetuados pelas IPSS, o Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, concede algumas isenções de IVA às IPSS, fazendo restituir pelo Serviço de Administração do IVA o imposto suportado em algumas importações e aquisições de bens e serviços. A Lei n.º 64-A/2011, de 30/12, assegura às IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) a restituição de 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis destinados aos fins. Como exemplo do modelo a preencher para solicitar a restituição do IVA, ver o anexo (V) deste relatório.

- CIS (artigo 6.º capítulo II da Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro) – Estão previstas isenções que favorecem as IPSS e outras entidades equiparadas. As isenções referidas no artigo 6.º do Código do Imposto do Selo são aplicadas às entidades, quando o imposto do selo constitua seu encargo, como por exemplo: no registo de imóveis doados, imposto do selo dos contratos de trabalhos celebrados pelas IPSS, entre outros.

- IMT (Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro) – É previsto, nesta matéria, um regime de isenção subjetiva que dispensa, em certas condições, a tributação das aquisições, a título oneroso, de bens imóveis por certas instituições. Foi assim estabelecido nas alíneas d) e e) do artigo 6.º do Código do IMT a isenção do IMT, relativamente à aquisição, a título oneroso, de quaisquer direitos sobre imóveis destinados, direta ou indiretamente, à realização dos seus fins estatutários, por pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública e por Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades a estas equiparadas.
- IUC (Aprovado pelo Decreto- Lei n.º 22-A/2007) – A alínea b) do artigo 5º do código do Imposto Único de Circulação (CIUC) define a isenção atribuída às IPSS, mediante o despacho do diretor-geral dos impostos, após requerimentos dos interessados e devidamente documentados.
- IMI (Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro) – O legislador concedeu isenção subjetiva as entidades sem fins lucrativas, nos termos do artigo 44.º nº 1, e) e f) do EBF. Estão assim isentos de IMI os prédios ou parte dos prédios destinados à realização dos seus fins. Esta isenção aplica-se no momento em que se constitui o direito de propriedade.

O registo e reconhecimento de utilidade Pública é um passo muito importante no exercício das funções das IPSS pois, sem este, pode ser condicionado pelo exercício do direito constitucional (artigo 63 n.º 5 da CRP) e legal (artigo 4.º n.º 1 e 2 do estatuto) ao apoio público, designadamente de natureza financeira. Sem o registo, as IPSS estão impedidas de estabelecer com a administração relações contratuais de cooperação e não têm direito ao apoio público às atividades desenvolvidas. O registo funciona como uma credencial das instituições perante a Administração fiscal³⁴.

2.3.1 Benefícios fiscais

Composto por donativos, em dinheiro ou em espécie, concedidos por outras pessoas singulares ou coletivas, de natureza pública ou privada, a outras entidades públicas ou privadas, aos quais atendendo aos objetivos de interesse geral prosseguidos, a lei reconhece determinados benefícios fiscais³⁵, traduzindo-se estes benefícios na possibilidade de serem

³⁴ Artigo 4.º da Portaria n.º 778/83, n.º 1 da Norma XIII do Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio, e o artigo 4.º, n.º 2, dos Estatutos.

³⁵Artigo 2.º e 61.º do EBF da Lei n. 108/2008, de 26 de Junho.

considerados custos ou perdas do respetivo exercício para efeitos de determinação do lucro tributável ou na possibilidade dos donativos serem dedutíveis à coleta do ano a que dizem respeito, no caso de pessoas singulares. Mas, só as entidades que prosseguem finalidades sociais podem receber donativos de outras entidades fiscalmente relevantes e serem considerados como custos do exercício ou dedutíveis à coleta. Amorim, J.C. (n d).

O Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, estabelece um tratamento fiscal privilegiado para as IPSS, atribuindo benefícios fiscais de forma automática ou mediante o reconhecimento prévio por parte das autoridades competentes. São considerados automaticamente como custos ou perdas do exercício, em valor correspondente a 130%, do valor total do donativo, com o limite de 8/1000 do volume de negócios (Vendas + Prestação de serviços). Mas, caso o donativo se destine às áreas de apoio à infância, terceira idade, tratamento de toxicodependentes, doentes com sida, cancro ou diabéticos, e promoção de iniciativas à criação de oportunidades de trabalho e reinserção social, a majoração passa para 140%, do valor total (n.º 4 do artigo 62.º do EBF). A majoração é ainda elevada para 150%, quando os donativos se destinem às seguintes áreas: mulheres grávidas em situação económica difícil, apoio a mães solteiras, apoio pré-natal, adolescentes, apoio a crianças em risco ou abandonadas, apoio à criação de infraestruturas e serviços de conciliação da maternidade com a atividade profissional dos pais. (n.º 5 do artigo do EBF).

Os donativos em dinheiro atribuídos pelas pessoas singulares a uma IPSS são dedutíveis à coleta³⁶ do IRS do ano a que digam respeito, em 25 % das importâncias atribuídas, com um limite de 15% da coleta. Os donativos concedidos a igrejas, instituições religiosas, pessoas coletivas de fins não lucrativos pertencentes a confissões religiosas ou por elas instituídas, serão majorados em 130 % do seu valor (artigo 63.º n.º 2 do EBF). No exemplo a seguir mostram-se alguns benefícios fiscais das pessoas que concedem donativos as IPSS:

³⁶ Montante que resulta da aplicação da taxa de imposto ao rendimento Coletável, isto é, depois de se efetuarem as deduções específicas e os abatimentos ao total do rendimento bruto

Quadro 3 - Benefícios fiscais das pessoas singulares que concedam donativos às IPSS

Exemplo	Benefício fiscal
Donativo a uma IPSS de apoio à infância de 400€ Coleta do ano 900€	Limite: $900€ \times 15\% = 135€$ Dedução: $400€ \times 25\% = 100€$ Dedução á coleta = 100€ (não ultrapassa o limite de 15% da coleta)
Donativo a uma IPSS de à infância de 900€ Coleta do ano 1200	Limite: $1200€ \times 15\% = 180€$ Dedução: $800€ \times 25\% = 200€$ Dedução à coleta = 180€ (ultrapassa o limite de 15% da coleta)
Donativo à instituição de confissão religiosa de 100 € Coleta do ano 1800	Limite: $1800€ \times 15\% = 270$ Majoração: $100€ \times 130\% = 130€$ Dedução: $130€ \times 25\% = 32,50$ Dedução à coleta = 32,50€
Donativos de ajuda à instalação de centros de apoio à vida para mulheres grávidas de 90€ Coleta do ano 1 700	Limite: $1700 \times 15\% = 255€$ Majoração: $90€ \times 150\% = 135€$ Dedução: $135€ \times 25\% = 33,75$ Dedução à coleta = 33,75€

Fonte: elaboração própria

As entidades beneficiárias dos donativos têm como obrigação acessória a emissão de uma declaração comprovante e o registo de todas as operações a declarar à Direção Geral de Contribuições e Impostos os donativos recebidos no exercício anterior, usando o modelo oficial, até final de Fevereiro. No recibo devem constar os dados fiscais, a data, e o montante de cada donativo (artigo 66.º do EBF).

Em sede de IVA, nos termos do artigo 15.º, n.º 10 do CIVA, estão isentas do imposto as transmissões a empresas que distribuem bens a título gratuito às IPSS e a outras organizações não-governamentais sem fins lucrativos, para posterior distribuição às pessoas carenciadas. Pela disposição do artigo 8.º do EIPSS, as IPSS, depois de terem sido organizadas no registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social pelos ministérios da tutela, nos termos do artigo 7.º, adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública. No seguimento da aquisição da natureza de reconhecido interesse público, gozam imediatamente de isenções fiscais.

A Lei da Liberdade Religiosa n.º 16/2001 de 22 de Junho prevê no seu artigo 32.º n.º 4, que os sujeitos passivos de IRS possam proceder, na declaração anual de rendimentos, a uma consignação fiscal no montante correspondente a 0,5% do imposto liquidado, destinada pelo contribuinte³⁷ a uma IPSS, desde que a mesma tenha requerido o benefício fiscal. Isto significa o seguinte: um sujeito passivo que tem por exemplo de pagar 1000€ de IRS, por opção deste sujeito passivo, pode destinar 0,5% para uma IPSS que tenha requerido o benefício fiscal. Neste caso o estado recebe apenas o imposto equivalente a 995€ e a IPSS escolhida recebe um benefício fiscal de 5€.

2.4 Análise crítica

Partindo da leitura feita, reconhece-se a importância da abordagem e da investigação científica realizada em Portugal, sobre a contabilidade nas ESNL, como passo muito importante, no sentido de promover a compatibilização das instituições com outras, tanto a nível nacional como internacional.

Nota-se ainda a necessidade de um melhor enquadramento legal das instituições, pois encontra-se retratado em diversos diplomas legais, criando dificuldades na sua compreensão, diminuindo, o impacto do setor em Portugal, e no conhecimento por parte dos *stakeholders*. Há, de igual modo, necessidade de maior transparência e capacidade de prestar contas, para garantir o melhor serviço a todos beneficiários e não sendo apenas em prol de receber subsídios e donativos.

Descobre-se também uma maior preocupação em criar programas de formação académica para os gestores das entidades do setor não lucrativo para melhor responderem às exigências de gestão no setor. É de ver, por exemplo, em Portugal no portal da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade),³⁸ as atividades, que se realizam para minimizar dificuldades e responder as questões sociais, estruturais e formais das IPSS.

De acordo com o referido, em termos do relato financeiro das ESNL, calcula-se que a informação financeira estabelece um elemento determinante no processo de tomada de decisão. Pois da análise efetuada entre o antigo sistema (POC e PCIPSS) e o novo sistema (SNC-ESNL), ficou perceptível, neste último, um conjunto de regras mais rigorosas e uma maior possibilidade de facultar informação financeira com um nível de transparência elevado

³⁷ O Sujeito passivo de IRS decide diretamente onde aplicar os 0,5% do seu imposto. Esta percentagem, é retirada ao total do imposto que o estado liquida.

³⁸ http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=include&what=news_list&extension=php acedido em 23/07/2013

e uma maior comparabilidade. Este normativo permite pensar a contabilidade numa perspetiva de balanceamento em vez de uma lógica de resultados.

Como se pode constatar, o terceiro setor em Portugal é um setor de economia muito importante, mas pouco visível, devido às relações com as vertentes políticas. Considera-se ser importante integrar nos estudos académicos a nível da matéria contabilística, financeira e de gestão do terceiro setor nas escolas, como disciplinas autónomas. As referências que se fazem atualmente sobre este setor são de reconhecer, apesar de ser necessário promover uma maior visibilidade do setor.

Capítulo III

Estágio no Instituto Profissional do

Terço

3.1 Objetivos

Segundo o manual de estágios do Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra (2012), o estágio estabelece uma ponte entre: teoria e a prática e, do mesmo modo, o regulamento geral dos mestrados do ISCAP refere o seguinte: o trabalho de projeto ou estágio dos cursos de mestrado do ISCAP proporciona a aplicação dos conhecimentos e o desenvolvimento das competências adquiridas nas unidades curriculares.

Este estágio realizou-se com o propósito de estabelecer uma ligação entre os conhecimentos teóricos da contabilidade, adquiridos nas aulas no decorrer do curso, e a prática contabilística nas organizações.

Pretendeu também analisar as condições de natureza organizacional, bem como o contributo das instituições sem fins lucrativos para o crescimento económico do país, que, de acordo com a literatura analisada, pode ter ampliado a eficácia das IPSS nas respostas sociais do país em questão, facultando, assim, uma informação atual e completa com o intuito de chegar a todos interessados.

Para sustentar este objetivo, foi também analisado um conjunto de informação existente e de diversa origem e natureza (artigos, livros, internet, teses, dados de algumas instituições Particulares de Solidariedade Social, entrevistas informais), relacionado com o estudo em questão.

3.2 Plano de trabalhos feitos no Estágio.

Vamos abordar nesta parte, de forma breve e geral, o plano de trabalhos, isto é, as atividades realizadas ao longo dos seis meses de estágio as quais mais à frente, ao falar-se da contabilidade no IPT, serão mais aprofundadas. No entanto, é de referir, desde já, a inexistência de um plano estruturado das atividades, pois estas foram sendo realizadas na medida das necessidades de ajuda que os funcionários do departamento administrativo solicitavam (contabilista e tesoureira).

3.2.1 Observação e análise dos documentos que integram a contabilidade

Num primeiro momento, foi dada a explicação sobre a forma de organizar os documentos da contabilidade do IPT como segue:

Depois de dar entrada a documentação (constituída essencialmente por faturas de fornecedores, faturas de clientes, vendas a dinheiro ou prestação de serviços, notas de débito, notas de crédito, recibos, entre outros documentos) a mesma é organizada em diários: o diário de caixa, de bancos, de compras, de vendas e o de operações diversas. Dentro de cada diário, os documentos obedecem a uma ordem cronológica crescente. Estes são registados de imediato pela tesoureira numa folha do *Excel*, no *Microsoft Office* para garantir o seu controlo. Procede-se de seguida à classificação dos documentos através das regras em vigor (SNC-ESNL) e à sua inserção no sistema informático, dando abertura ao respetivo diário onde são movimentadas as contas necessárias e resultantes da prévia classificação. Após este registo, o sistema atribui a cada documento uma numeração que é transcrita para o documento, facilitando as pesquisas posteriores.

É de referir ainda a distinção das operações efetuadas durante um exercício em três tipos: Operações correntes (as que fazem parte do normal funcionamento na vida da Instituição: vendas, compras, pagamento dos salários, pagamento aos fornecedores, recebimento dos clientes, pagamentos de impostos, entre outras); operações não correntes (as que ocorrem de forma rara ao longo do exercício: exemplos de multas, doações, venda de imobilizado, obtenção de subsídios, ações, quotas); e as operações de fim de exercício (que ocorrem no final do exercício como por exemplo: acréscimo e diferimentos).

Passa-se do balancete de verificação para o balancete final e apura-se o resultado contabilístico, traduzindo em números a realidade da instituição.

3.2.2 Elaboração de folhas de caixa, numeração, conferência e arquivo

O fundo de caixa é um sistema em que o montante em caixa é fixo e suficiente para as necessidades de caixa. O montante é periodicamente atualizado e reforçado.

Numa primeira fase da organização e elaboração das folhas do caixa do IPT, são assinalados ou identificados os valores (valor total) nas faturas, recibos, declarações, cheques de reforço ou levantamento, fazendo um círculo, com uma caneta a tinta, devido à vasta

Ilustração 5 - Fatura-recibo com a identificação da quantia a registar na contabilidade.



informação que trazem estes documentos, e para facilitar o lançamento no sistema informático e evitar erros.

De seguida, tira-se cópia a todos estes documentos que deram entrada, devido à fragilidade do papel, para melhor conservação e visibilidade dos valores neles contidos, sendo os originais agrafados de seguida sobre a cópia efetuada na folha A₄, para melhor arrumação na pasta do diário. O processo prossegue inserindo no sistema informático *Excel* os dados constantes nos documentos (data, empresa/produto, número da fatura/recibo, entrada/saída, valor, número do documento). Seguidamente, são conferidos os valores, “picando” um a um para averiguar e comprovar os valores e os documentos, bem como os saldos apresentados, para detetar irregularidades e fazer correções necessárias antes da classificação destes documentos. É de referir que estas folhas são mensais, com saldo a transportar no final do mês, e são arquivadas no diário-caixa referente ao ano em curso. Criar estas folhas, e organizar o diário do caixa, foi um dos trabalhos realizados neste estágio.

3.2.3 Reconciliação bancária

O outro trabalho realizado, prende-se com os bancos, efetuando reconciliações e correções necessárias. A reconciliação bancária faz-se comparando os movimentos efetuados pelo banco e os movimentos efetuados pela instituição na sua contabilidade. Um processo que confere as entradas e saídas no razão da contabilidade, extraído do programa informático e que tem por contrapartida valores do extrato bancário. Os valores que ficarem sem compensação, quer no banco quer na contabilidade, devem ser destacados ou “picados” e verificados de modo a perceber a irregularidade e serem corrigidas as diferenças encontradas. É de referir que, muitas vezes, verifica-se um atraso, por exemplo, entre a emissão de um cheque e a sua compensação pelo banco, portando, este atraso será refletido na reconciliação que temporariamente apresentará um saldo incorreto. A reconciliação bancária deve ser feita mensalmente.

Segue-se um exemplo da reconciliação bancária do IPT para o mês de fevereiro de 2012. Os componentes de partida para a reconciliação bancária são o extrato bancário e o extrato da conta 12 retirado do programa de contabilidade, conforme o anexo (VII) e o anexo (VIII). As entradas e saídas no banco são confrontados com as entradas e saídas no razão da contabilidade, os elementos, que ficarem sem “picar”, serão aqueles que ficarão em aberto na reconciliação e que permitirão assim chegar do saldo do banco ao saldo da contabilidade. Assim, no caso em análise, após se terem “picado” as entradas e saídas no banco com as do

extrato retirado da contabilidade, ficaram em aberto no extrato da conta 12 da contabilidade, vários cheques que, apesar de já terem sido lançados pela empresa na sua contabilidade, ainda não foram levantados no banco. A soma destes cheques dá 2.969,67€. No banco também encontra-se um cheque no valor de 180,00€, que apesar de ter sido levantado, ainda não se encontra lançado na contabilidade. A diferença dos saldos é de 431,16€. O mapa de reconciliação bancária pode ser consultado no anexo (IX) deste relatório.

3.2.4 Classificação dos documentos e análise de balancetes mensais

Nesta etapa, coube verificar e analisar como se procede à classificação dos documentos de cada diário e à sua posterior introdução no sistema informático (lançamento e registo dos documentos). São movimentadas as contas a débito e a crédito com base no SNC-ESNL.

No final de cada mês é então feita a conferência dos saldos, “picando” os valores um a um, para verificar a conformidade nos lançamentos da folha do caixa da tesouraria e da folha do caixa da contabilidade.

O mesmo processo repete-se nos outros diários (Bancos, Operações diversas, Vendas e Compras).

3.2.5 Distribuição de custos por valências

O IPT no ano de 2012 desenvolveu atividades para sete valências. Visto que um determinado gasto/custo é consumido por uma ou mais valências, tal como acontece numa unidade industrial, a forma de determinação do custo de um produto pode servir de base à determinação do custo de uma valência, quando esta consumir gastos comuns a outras valências. O IPT realiza esta distribuição recorrendo aos custos dos anos anteriores e ao número de utentes em cada resposta social, afetando as valências nos custos conforme o consumo feito. Assim, para essa rubrica, o IPT vale-se da contabilidade analítica para imputar gastos e rendimentos às valências para melhor distribuição de custos, como segue no anexo (III) deste relatório.

3.2.6 Análise mensal de processamento de salários

O processamento dos salários é umas das operações correntes da instituição. Houve oportunidade de analisar como são processados os salários, e a respetiva classificação, bem como o lançamento e apuramento dos encargos.

No final de cada mês, é contabilizado o n.º de dias de trabalho efetivo, são introduzidas as alterações mensais aos valores fixos (n.º de faltas, n.º de horas extraordinárias, baixas, n.º de dias de atribuição de subsídio de almoço, diuturnidades entre outros), preparam-se os recibos (discriminando o vencimento base, as deduções, os subsídios e por fim o vencimento líquido), verifica-se a sua veracidade, são emitidos, assinados pelos empregados e pagos.

Posteriormente é processado automaticamente um mapa da Segurança Social com o resumo dos totais de remunerações dos trabalhadores dependentes num ficheiro, que é entretanto gravado num diretório e posteriormente validado e enviado à Segurança Social até ao dia 10 via internet, para ser pago entre o dia 10 e o dia 20 do mês seguinte.

A Segurança Social tem os seguintes encargos sociais, sobre remunerações: 11% de taxa social única é encargo do funcionário e 20,40% de taxa social é encargo do empregador. As retenções efetuadas são em função da situação particular do trabalhador (casado, solteiro, n.º de dependentes). E devem ser pagas mediante o envio de uma guia até ao dia 20 do mês seguinte ao qual dizem respeito. A sobretaxa de 3,5% é aplicada sobre o vencimento líquido do trabalhador, deduzido do salário mínimo nacional. É então impressa uma listagem interna para controlo e auxílio e para efeitos contabilísticos. No exemplo seguinte, podemos observar o processo salarial:

Quadro 4 - Remuneração do funcionário x

	Descrição	Taxa	Valores em euros	Abonos	Descontos
Pessoal	Vencimento		783,66 Salário hora = 5,14 Horas semana = 38		
	Diuturnidades			63,00	
	Abono p/ falhas			29,00	
	Taxa social única	11%	11,00		93,13
	IRS	10%	10,00		84,00
	Sobretaxa em sede de IRS	3,5%			6,00
	Total			875,66	183,13
	Vencimento líquido			692,53	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Processamento do salário e encargos sociais

	Conta	Descrição	Débito	Crédito
Processamento do salário	63201	Vencimento	783,66€	
	63206	Diuturnidades	63,00€	
	63212	Abonos p/falhas	29,00€	
	2451	Taxa social única		93,13 €
	2421	IRS		84,00€
	2421	Sobretaxa		6 €
	2312	Remuneração a pagar		692,53
Processamento dos encargos sociais	2451	Contribuição p/S. social		172,72
	635	Encargos sobre Rem.	172,72	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 - Pagamento ao pessoal, Segurança Social e do IRS

	Conta	Descrição	Débito	Crédito
Pagamento ao pessoal	2312	Remuneração a pagar	692,53	
	12	Deposito à ordem – Banco x		692,53
Pagamento à Segurança Social	2451	Taxa social única	265,85	
	12			265,85
Pagamento do IRS	2421	IRS	90,00	
	12	Deposito à ordem - Banco x		90,00

Fonte: Elaboração própria.

3.2.7 Documentos que integram o Dossier Fiscal

Elementos constantes do “Dossier Fiscal” estão dispostos, segundo o Anexo I da Portaria 92-A/2011, de 28 de Fevereiro. O Dossier Fiscal deve reunir os documentos elaborados pela gerência ou administração da instituição, para que este esteja sempre disponível e completo para qualquer consulta. A obrigação de ter e manter em boa ordem o Dossier Fiscal, pelos sujeitos abrangidos, tem uma duração de 10 anos, conforme o artigo 129.º e 118 n.º 2 do CIRS e do artigo 130.º do CIRC. Este processo de documentação é composto pelos seguintes documentos:

* Relatório de gestão e parecer do conselho fiscal e documento de certificação legal de contas quando legalmente exigidos;

- * Demonstrações financeiras;
- * Lista de documentos comprovativos dos créditos incobráveis;
- * Mapa, de modelo oficial, de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos;
- * Mapa, de modelo oficial, das mais-valias e menos-valias;
- * Mapas, de modelo oficial, das depreciações e amortizações;
- * Mapa, de modelo oficial, das depreciações de bens reavaliados ao longo do diploma legal;
- * Mapa, do apuramento do lucro tributável por regimes de tributação;
- * Mapa de controlo de prejuízos no regime especial de tributação de grupos de sociedades;
- * Mapa de controlo das correções fiscais decorrentes de diferenças temporais de imputação entre a contabilidade e a fiscalidade;
- * Outros documentos mencionados nos Códigos, ou em legislação complementar, que devam integrar o processo de documentação fiscal referente ao CIRS e CIVA.

Às IPSS, pela sua natureza não lucrativa, são apenas exigidas para o efeito do “Dossier Fiscal” os seguintes documentos:

- * Relatório de gestão e parecer do órgão de fiscalização, quando exista;
- * Orçamento e plano de atividades;
- * Demonstrações financeiras;
- * Certificação legal das contas, quando aplicável.

3.3 A Contabilidade no Instituto Profissional do Terço

A Contabilidade no IPT já foi feita em gabinetes externos. Presentemente, pode dizer-se autónoma, porque o IPT possui desde 2011 o departamento próprio da Contabilidade com três funcionários: um Técnico Oficial de Contas (TOC), o técnico de contabilidade e a tesoureira.

A contabilidade engloba a classificação, o registo contabilístico de caixa, bancos, faturação e diversos, elaboração de reconciliações, processamento e pagamento dos salários e honorários, elaboração das atas e relatórios de gestão, isto é, toda a informação financeira do IPT.

Existem três caixas que abrangem todas as receitas respeitantes a recebimentos de valências e as despesas de baixo valor (CTT, conservatórias, Finanças, transportes, entre outros), organizados da seguinte maneira: 111 - Caixa Internato; 112 - Caixa programa Escolhas 4ª

geração (programa de apoio ao internato); 113 - Caixa Apartamento de Autonomização. De igual modo os bancos estão distribuídos em três: banco Escolhas; banco Internato; banco Apartamento de Autonomização.

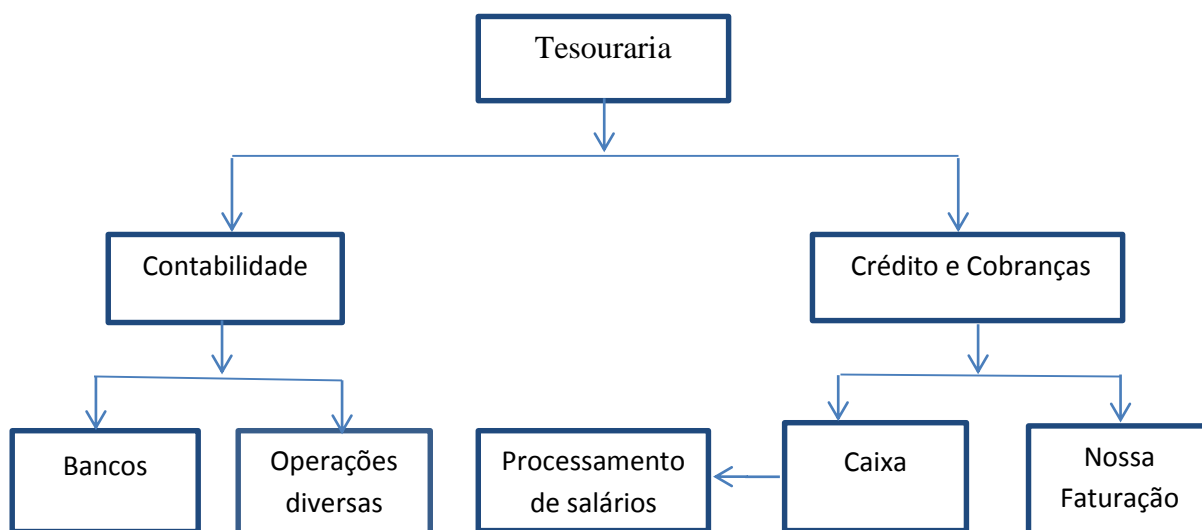
3.3.1 Plano de contas do IPT de acordo com as ESNL

O plano de contas do IPT pode ser consultado no anexo (IV) deste relatório. É adaptado à realidade da instituição segundo as suas valências.

3.3.2 Fases do processo contabilístico no IPT

Neste ponto do relatório retrata-se a prática diária da contabilidade na instituição em análise. Será feito um resumo dos principais acontecimentos de relato contabilístico.

Ilustração 6 - Organograma da Contabilidade do IPT



Fonte: Elaboração própria

1ª Fase: organização da documentação

Acredita-se que o arquivo é a tarefa base da contabilidade. Consiste na organização em pastas próprias e por ordem crescente de numeração, dos documentos de cada mês. No IPT, os documentos estão arquivados em cinco diários, sendo eles: caixa, bancos, compras, vendas e operações diversas.

O resumo dos lançamentos, o apuramento de IVA, declarações fiscais, os balancetes e outras informações de carácter significativo, estão concentrados num arquivo diferenciado.

Toda a informação contabilística, e documentos de suporte, são conservados num período de 10 anos civis subsequentes.³⁹

No ano de 2012 a numeração dos documentos começou por n.º 1 (ordem crescente) e cada diário obedecia uma numeração diferente, como segue:

- Diário de caixa começava por 1. Exemplo: 01 1001, em que os dois primeiros dígitos correspondem ao mês (neste caso Janeiro) e os outros quatro dígitos correspondem ao diário e número do documento (diário-caixa, documento número 1).

Do diário de caixa constam todo tipo de documentos que foram pagos ou recebidos em dinheiro, tais como: recibos, venda a dinheiro, recibos de portagens, outros documentos pagos em dinheiro, qualquer que seja a sua natureza. Nesta instituição, consideram-se os recebimentos todos ao caixa, independentemente do meio de pagamento (dinheiro, cheque ou transferência), como forma de facilitar a prática contabilística.

- Diário de bancos começava por 2. Exemplo: 01 2001, os dois primeiros dígitos correspondem ao mês e os outros quatro correspondem ao diário e número do documento (Janeiro, diário 2 - bancos, documento n.º 1).

No diário de bancos, encontramos os pagamentos efetuados através de cheques, de transferência ou de utilização de cartão de débito. Este diário é representado por uma variedade de acontecimentos que vão desde o pagamento a fornecedores, funcionários, ao estado, aos bancos por meio de comissões ou juros, entre outros. As entradas de dinheiro são geralmente incluídas neste diário, sem prejuízo da sua inclusão no diário de caixa. A contabilização dos depósitos é feita a débito da conta de bancos por contrapartida da conta do caixa. O controlo dos cheques é feito por meio de fotocópias destes com a respetiva finalidade.

- Diário de Compras começava por 3. (Exemplo: 01 3001- Janeiro, diário de compras documento n.º 1).

Neste diário encontram-se todas as faturas relativas a fornecedores, arquivadas por ordem alfabética (nome da empresa) e devidamente carimbados após o pagamento.

³⁹ Artigo 52.º do CIVA n.º 1

— Diário de Vendas começava por 7. (Exemplo: 01 7001- Janeiro, diário de Vendas, documento n.º 1).

No diário de vendas encontram-se arquivadas, por ordem numérica crescente, todas as faturas emitidas pela empresa.

— Diário de operações diversas começava em 8. (Exemplo: 01 8001- Janeiro, diário de Operações diversas, documento n.º 1).

Aqui, encontram-se todos os documentos relacionados com o processamento de salários e operações de correções a movimentos contabilísticos.

2.ª Fase: classificação de documentos

Nesta fase, é feita a classificação de todos documentos dos diversos diários de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março e respeitando de igual modo a imputação percentual de gastos e rendimentos às valências.

3.ª Fase: lançamentos na contabilidade, usando o programa PHC

Começando, por exemplo no mês de Janeiro, são lançados um a um no programa PHC a débito e a crédito. Trabalho que exige muita atenção e concentração, sendo repetitivo pode gerar erros, mesmo que o programa dê sinal, por exemplo quando o débito e o crédito não balanceiem.

4.ª Fase: conferência de lançamentos

É uma das fases do controlo para averiguar conformidades e inconformidades nos saldos e proceder às respetivas correções, refazendo as somas se necessário.

5.ª Fase: elaboração de documentos mensais

É a fase onde são concluídos os diários, balancetes, razão, balancete analítico e outros. Esta fase não é muito trabalhosa, se forem bem cumpridas as primeiras fases, porque o programa contabilístico assumirá automaticamente esta elaboração.

6.ª Fase: Fecho do ano (fim do exercício do ano em curso)

Nesta fase, procede-se ao encerramentos de contas com objetivo de apurar o resultado líquido do exercício, elaborar o balanço, a demonstração dos resultados e outros, que permitem traduzir o desempenho da instituição ao longo do exercício.

São feitos de igual modo, nesta fase, os relatórios de contas, de gestão, documentos fiscais e os anexos que forem necessários. No ponto 3.3.5 deste relatório, apresentam-se os passos necessários para o encerramento de contas.

3.3.3 Programas informáticos utilizados

Hoje em dia a tecnologia deu impulso às atividades do homem quase em todos os níveis, permitindo, por exemplo, tratar a informação contabilística de uma forma rápida, completa e segura, chamando automaticamente atenção aos erros, em comparação com os anteriores registos manuais em livros.

O IPT optou pelo *software* de Contabilidade PHC por ser mais direto, e de fácil utilização, e é através deste que são lançados todos os movimentos contabilísticos, originados pelos documentos contabilísticos (faturas, notas de crédito e notas de débitos, lançamentos de depósitos, recibos de prémios de seguros, entre outros) e que se obtêm automaticamente os balancetes, balanços, demonstração dos resultados, demonstração de origem e aplicação de fundos. O processamento de salários é feito através do *software* informático SAGE.

É ainda usado o programa comercial para a faturação. Todos estes programas são auxiliados por um outro programa, *Microsoft Excel*, na elaboração dos mapas.

3.3.4 Práticas de controlo interno

Para garantir eficiência, eficácia das operações e fiabilidade das informações (financeiras) em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à entidade, é necessário proceder à prática do controlo interno. Esta compreende um plano de organização onde são manifestos os métodos e medidas adotadas numa entidade, que se relaciona com a salvaguarda dos ativos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos, bem como os riscos que possam ocorrer. (Pinheiro 2010 e Petrovits *et al* 2011). E são inúmeras as práticas de controlo interno numa organização, não obstante, fornecerem apenas uma garantia razoável.

Durante o estágio as práticas mais realizadas foram:

- Organização e arquivo dos documentos (obedece a um conjunto de requisitos, como a data, o modo de pagamento e o tipo de documentação);
- Somas prévias (cada diário, obedece uma numeração, como já foi dito antes, que possibilita

a consulta posterior e o rápido detetar das incorreções nos documentos previamente arquivados). Após esta numeração, e uma vez organizado o diário, é feita uma soma antes de lançar no programa informático os documentos, possibilitando depois a conferência dos valores inseridos;

- A conferência dos lançamentos da folha do caixa, bancos e os respetivos saldos, que consiste em refazer a soma dos valores apresentados e simultaneamente verificar a validade do documento que comprova a despesa e proceder às correções necessárias;
- As reconciliações bancárias e a análise periódica dos saldos das contas dos balancetes para verificar possíveis incoerências e fazer corresponder os movimentos a débito e a crédito.
- Conferir contas de clientes e fornecedores;
- Organizar o Dossier fiscal;
- Outras práticas de controlo foram realizadas pelos funcionários da instituição.

3.3.5 Operações de fim de exercício

As operações de fim de exercício envolvem uma série de lançamentos de regularização, que permitem passagem do balancete não retificado ao balancete retificado.

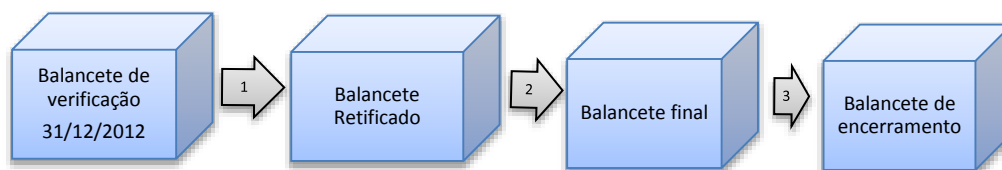
O balancete não retificado é analisado, passando por várias etapas. Efetua-se a confirmação direta dos saldos de clientes, fornecedores, e depósitos bancários. Faz-se uma análise dos acréscimos e diferimentos, gastos ou rendimentos a acrescer ao próprio exercício ou a diferir por exercícios seguintes. Por exemplo o seguro, pago na totalidade no início do contrato, é um custo que deve ser diferido para os meses seguintes de acordo com o período da apólice. No fim do exercício deve fazer-se também uma estimativa do custo de eletricidade, água, comunicações e outras despesas cuja fatura aparece apenas em Janeiro do ano seguinte, mas os gastos são referentes ao mês e ano anterior (Dezembro). Neste caso, já se está perante o acréscimo de custos. Pretende-se com isto, cumprir o princípio da especialização do exercício.

Procede-se ao cálculo de depreciações e amortizações. Apura-se o Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas. Calcula-se a estimativa do imposto e, finalmente, procede-se ao apuramento dos resultados.

Partindo do pressuposto que os saldos de clientes, fornecedores e depósitos bancários se encontrem corretos e que o princípio de especialização do exercício foi devidamente seguido,

passa-se aos passos necessários para o encerramento de contas e apuramento dos resultados, como segue na figura abaixo:

Ilustração 7 - Processo de Encerramento de contas



Fonte: Elaboração Própria adaptada⁴⁰

Legenda:

- 1- Lançamento de regularizações
- 2- Lançamento do apuramento dos resultados
- 3- Lançamento de fecho de contas

3.3.5.1- Lançamentos de Regularizações

São identificadas algumas inconsistências tais como: saldo de fornecedores e clientes a débito e a crédito (respetivamente), saldo dos meios financeiros líquidos, saldo da conta 245 (Contribuição para a Segurança Social), saldo das retenções dos funcionários dependentes, o reconhecimento dos encargos com férias, subsídio de férias e de natal, entre outros. Assim, as contas de fornecedores e clientes devem ser revistas, sempre que possível, através da confrontação com o extrato da conta corrente da instituição e devem ser lançados os documentos que estão em falta, ou proceder à sua correção, como no caso de um desconto a pronto pagamento, concedido e não contabilizado. De igual modo, o saldo da conta 12 deve estar de acordo com o saldo do banco, visível nos extratos bancários. As contas de seguros devem ser compostas por documentos referentes ao ano todo, no caso, por exemplo de um seguro de acidente de trabalho trimestral. No quadro seguinte, apresentamos exemplos de lançamentos de regularização:

⁴⁰ Esquema adaptado da seguinte página da internet: http://www.uma.pt/acardoso/C2/Esq_fim_exec.pdf acedido em 03/09/2013

Quadro 7 - Contabilização de rendimentos e gastos a reconhecer

		Conta	Descrição	Débito	Crédito
Rendimentos	No momento do recebimento do rendimento	7211	Rendimentos - Prestação de serviços		X
		11/12	Caixa /Deposito à ordem	X	
	Regularização da conta de rendimentos em 31/ 12 (na eventualidade de ainda não ter sido registado)	282	Rendimentos a reconhecer		X
		7211	Rendimentos - Prestação de serviços	X	
Gastos	No momento da realização da despesa	11/12	Caixa/Deposito à ordem		X
		6261	Gastos - Rendas e alugueres	X	
	Regularização da conta de gastos em 31/ 12 (na eventualidade de ainda não ter sido registado)	6261	Gastos - Rendas e alugueres		X
		281	Gastos a reconhecer	X	
Reposição do gasto no exercício seguinte	281	Gastos a reconhecer		X	
	6261	Gastos -Rendas e alugueres	X		

Fonte: Elaboração própria

3.3.5.2 Lançamento do apuramento dos resultados

A classe 8 destina-se a apurar o resultado líquido do período. Nesta etapa, é feita a transferência dos saldos da classe 6- Gastos e da classe 7- Rendimentos, para a conta 811- Resultado antes do imposto como segue no quadro seguinte:

Quadro 8 - Apuramento do resultado líquido do período.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
811	Resultados Antes dos Impostos		X
7	Rendimentos	X	
6...	Gastos		X
811	Resultados Antes dos Impostos	X	

Fonte: Elaboração própria

3.3.5.3 Lançamento do fecho de contas

A diferença entre os Rendimentos e Gastos é igual ao Resultado Antes dos Impostos. Este resultado será multiplicado pelas respetivas taxas de IRC e registado a crédito na conta 2413 - Impostos Sobre o Rendimento, em contrapartida do débito da conta 8121 - Imposto estimado para o período. Findo o exercício, o saldo da conta 8121 é transferido a débito para a conta

818 – Resultado Líquido, bem como o da conta 811 a crédito, sendo a diferença encontrada o valor do resultado apurado.

Após o lançamento do apuramento no diário específico, obtém-se o balancete de encerramento que permite elaborar o balanço.

3.3.6 Elaboração das demonstrações financeiras

De acordo com a estrutura do SNC-ESNL: “o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.”

O relato financeiro das IPSS prende-se com a prestação de contas, obrigatoriamente realizada de acordo com os mapas exigidos pelos órgãos competentes e de acordo com os modelos oficiais, legalmente fixados no âmbito do SNC-ESNL, artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, como segue:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por natureza ou por funções;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais (por opção ou por exigência da entidade pública financiadora);
- Demonstrações dos fluxos de caixa (por método direto);
- Anexo;
- Mapas para efeitos de controlo orçamental exigidos pelas entidades públicas financiadoras.

Para as entidades dispensadas da aplicação do SNC-ESNL, são exigidos os seguintes mapas:

- Mapa de pagamentos e recebimentos;
- Mapa do património fixo;
- Mapa de direitos e compromissos futuros;
- Mapas para efeitos de controlo orçamental exigidos pelas entidades públicas financiadoras.

Tecnicamente, as IPSS têm a particularidade da Demonstração dos resultados líquidos, desdobrada em resultados por valências e resultados de outras atividades, de forma a transparecer a origem dos resultados, prevista na classe 9 - Contabilidade analítica, com centros de proveitos, custos e resultados. No entanto, fica ao critério das instituições, a adaptação do plano, de acordo com a sua realidade. Ver anexo (I) deste relatório.

Procede-se à apresentação e análise do Balanço e da Demonstração dos Resultados para o período de 2012 efetuadas pelo IPT.

3.3.6.1 Balanço

Instituto Profissional do Terço

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31/12/2012

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	4.187.279,45	1.259.215,88
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros		0,00	0,00
		4.187.279,45	1.259.215,88
Activo Corrente			
Inventários	7	2.458,98	2.653,34
Clientes	12.1	7.640,24	9.773,23
Adiantamentos a fornecedores	12.1	5.400,00	6.507,02
Estado e outros entes públicos	14.1	22,32	288,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.1	55.116,60	39.367,24
Diferimentos		0,00	1.375,90
Outros ativos financeiros	4.1/12.1/12.2	48.056,12	113.071,77
Caixa e depósitos bancários	4.1/12.2	49.281,27	121.827,48
		167.975,53	295.064,11
Total do activo		4.355.254,98	1.554.279,99

Instituto Profissional do Terço

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31/12/2012

RUBRICAS	NOTA	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	
		2012	2011
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15.3	45.422,75	45.422,75
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	15.3	1.871,37	1.871,37
Resultados transitados	15.3	185.228,61	181.548,32
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.3	489.681,39	437.493,64
		608,67	3.680,29
Resultado líquido do período	15.3		
Total dos fundos patrimoniais		722.812,79	670.018,37
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	139.632,88	140.635,50
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14.1	5.159,90	13.224,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12.1	250.000,00	250.000,00
Diferimentos	14.2	3.068.031,74	340.441,38
Outras contas a pagar	12.1	159.617,69	140.960,71
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		3.632.442,19	894.261,62
Total do passivo		3.632.442,19	894.261,62
Total dos Fundos patrimoniais e do passivo		4.355.254,98	1.554.279,99

O Técnico Oficial Contas

A Direcção

3.3. 6. 2 Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	8	95.402,76	55.557,82
Subsídios, doações e legados à exploração	9	667.718,57	564.476,98
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	61.604,46	70.330,89
Fornecimentos e serviços externos		192.615,57	180.614,71
Gasto com pessoal	13	596.938,58	500.802,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	10	243.005,60	214.111,10
Outros gastos e perdas		34.423,35	22.032,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		120.544,97	60.365,61
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	6	97.700,84	37.222,13
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		22.844,13	23.143,48
Juros e rendimentos similares obtidos	8	0,00	1.972,53
Juros e gastos similares suportados		22.235,46	21.435,72
Resultado antes de impostos		608,67	3.680,29
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	15.3	608,67	3.680,29

3.3.6.3 Análise aos mapas contabilísticos

Balanco - de um ano (2011) para outro (2012), teve lugar um aumento do valor em ativos fixos tangíveis da instituição no total de 2.928.063,57€, devido ao investimento realizado no corrente exercício (2012), destacando, terrenos, edifícios e outras construções; equipamento básico e equipamento administrativo.

Em relação a outros ativos, não há grande coisa a realçar, uma vez que existiu pouca variação de valores.

Quanto ao passivo da instituição, é de referir que, de 2011 para 2012, se registou um aumento na ordem dos 2.727.590,36€ de diferimentos devido às indemnizações do parque de estacionamento, o que vai influenciar a liquidez da instituição.

Demonstração dos Resultados – nada a referir porque a variação dos valores entre um ano e outro difere muito pouco.

A principal conclusão a retirar da análise das demonstrações financeiras desta instituição é o resultado positivo obtido, refletindo a contenção de gastos para a sobrevivência da instituição, e o trabalho feito no sentido de obter uma imagem verdadeira e apropriada, mas que é necessário um redobrado esforço, no sentido de aplicar devidamente o que SNC preconiza.

3.4 Análise de principais indicadores de desempenho - estrutura patrimonial e solvabilidade.

Segundo Gomes e Pires (2010), os rácios colocam alertas e ajudam a tomar decisões mais acertadas, bem como permitem uma comparação com outras entidades do mesmo setor.

Para o IPT, escolheram-se os seguintes rácios pela sua pertinência:

Rácios Financeiros:

$$\text{Autonomia financeira} = \frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Ativo total}}$$

A Autonomia financeira traduz a capacidade da empresa financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Quanto maior for o resultado, maior é a probabilidade da entidade cobrir todas as suas responsabilidades.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Passivo total}}$$

O rácio da Solvabilidade traduz a capacidade que a empresa tem para solver os seus compromissos a médio e longo prazo. Quando inferior a 1, a empresa está impossibilitada de satisfazer todos os seus compromissos com meios próprios.

$$\text{Debit to Equity} = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$$

Este rácio de endividamento (*Debit to Equity*) é semelhante ao rácio de solvabilidade. Quanto mais elevado for a percentagem obtida, maior é a vulnerabilidade da empresa.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$$

O rácio do Endividamento indica a percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades desenvolvidas pela empresa. Quanto maior for o indicador, mais endividada está a empresa. Deste modo, o valor deste rácio deverá ser sempre menor que 1.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

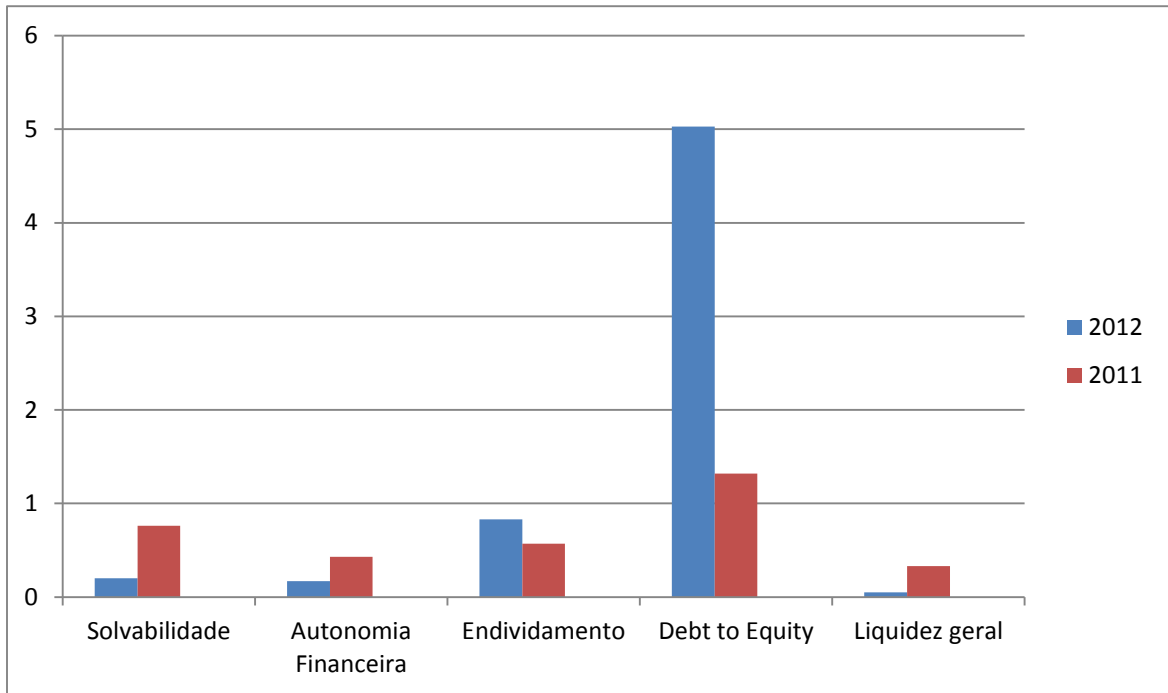
A Liquidez geral apresenta a percentagem de cobertura que os ativos correntes têm sobre o passivo corrente num curto prazo. Um valor superior a 1 traduz a boa capacidade da entidade utilizar os ativos líquidos para pagar as dívidas a curto prazo e, quando inferior, traduz o inverso. Em 2012 e 2011 os rácios do IPT apresentaram a seguinte evolução:

Quadro 9 - Evolução dos Rácios Financeiros

Descrição	2012	2011
Solvabilidade	0,2	0,76
Autonomia Financeira	0,17	0,43
Endividamento	0,83	0,57
<i>Debt to Equity Ratio</i>	5,03	1,32
Liquidez geral	0,05	0,33

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6 - Rácios Financeiros



Fonte: Elaboração própria

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade que a empresa tem para solver os seus compromissos a médio e longo prazo.

Como se pode verificar, a médio e longo prazo, a instituição está impossibilitada de satisfazer todos os seus compromissos com meios próprios, uma vez que nos anos em questão, o valor do rácio é inferior a 1, apesar de estar melhor em 2011, e mais agudizado no atual exercício de 2012.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, a instituição apresenta um valor de 0,43 em 2011, diminuindo para 0,17 em 2012. Este rácio, quer num ano quer no outro, apresenta um valor inferior a 50%, significando uma solidez com risco, não tendo capacidade para financiar o ativo através dos capitais próprios, revelando um deficiente grau de autonomia financeira.

Quanto ao rácio de endividamento, o valor demonstrado revela que a instituição não está endividada de forma excessiva, mas precisa de ter em atenção o risco de solvabilidade uma vez que a percentagem do uso do capital alheio é elevada. No entanto, esta situação justifica-se pela grande dependência do financiamento estatal.

Para o rácio *Debt to Equity*, temos a dizer que a instituição encontra-se vulnerável quanto ao seu passivo e ao fundo patrimonial. O mesmo se pode dizer do rácio de liquidez geral, que é desfavorável, isto é, o ativo corrente é insuficiente para pagar as dívidas a curto prazo, uma vez que o seu valor é muito inferior a 1.

Rácios Económicos

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) pode ser retirado da demonstração dos resultados, e o resultado operacional deduzido/acrescido dos gastos/reversões de depreciação, de amortização, das perdas/reversões de imparidade e dos aumentos/reduções de justo valor e das provisões.

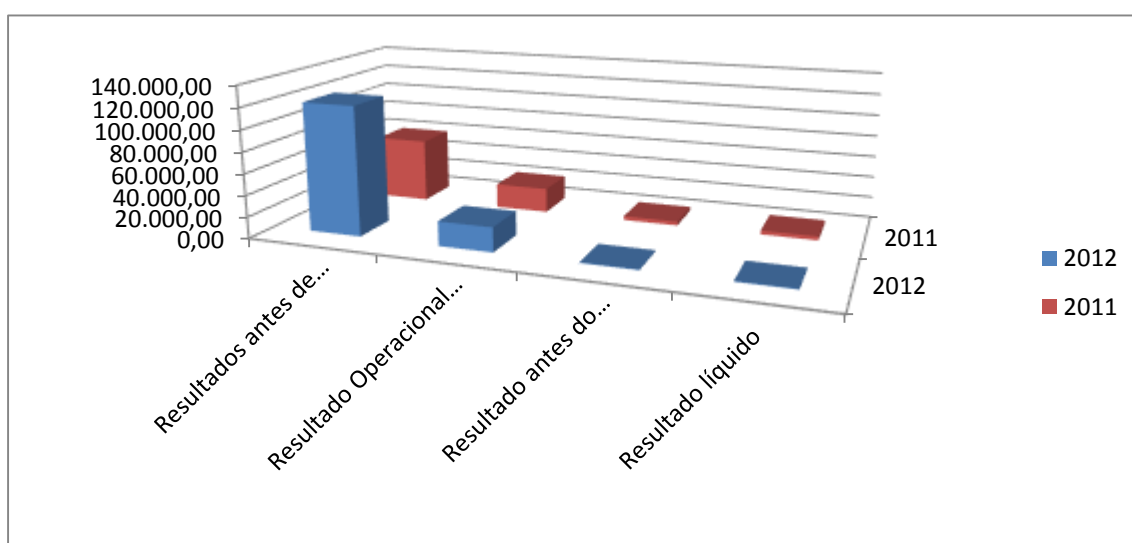
EBT (Earnings Before Interest and Taxes) é retirado diretamente da demonstração dos resultados, como podemos ver no quadro seguinte:

Quadro 10 - A Evolução dos Resultados da Instituição (valores em euros).

Descrição	2012	2011
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITA)	120.544,97	60.365,61
Resultado Operacional antes de financiamento e impostos	22.844,13	23.143,48
Resultado antes dos Impostos	608,67	3.680,29
Resultado líquido	608,67	3.680,29

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7- Rácios Económicos



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos resultados do período de 2012, analisando a Demonstração dos resultados podem extrair-se as seguintes conclusões:

- O resultado positivo, verificado em 2011 e 2012, reflete a política de contenção de gastos aplicada pelos órgãos de gestão da entidade.
- A instituição realizou no presente exercício (2012) investimentos brutos no seu ativo fixo tangível (terrenos, edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo), num valor total de 2.928.063,57€.
- Os outros rendimentos e ganhos totalizaram 243.005,60€, contra 214.111,10€ do exercício anterior.
- Outros gastos e perdas (fornecimentos e serviços externos) atingiram 192.615,57€ contra 180.614,71€ no exercício anterior. Os gastos com o pessoal totalizaram 596.938,58€, contra 500.802,68€ no exercício anterior, refletindo um aumento de 16,1%. Estes gastos aumentaram em 2012 pelo fato do funcionamento total da creche, pois no anterior período as atividades só surtiram efeitos a 1 de Fevereiro.
- Os custos com amortização do ativo fixo tangível e do ativo intangível subiram para 97.700,84€ contra 37.222,13€ no exercício anterior (aumento de 61,9%).
- Os gastos financeiros sofreram um aumento de 35,2%, representando um total de 33.096,78€ e 21.435,72€ do exercício anterior, pelo facto de recorrer ao financiamento externo.

3.5 Análise crítica

Este ponto reflete uma análise geral sobre o estágio. Um estágio curricular é uma iniciativa valiosa que as faculdades têm, por permitir aos estudantes uma aproximação à realidade profissional nas empresas.

O estágio desenvolveu-se num gabinete de contabilidade de uma IPSS, uma realidade desconhecida, pois foi a primeira experiência ao entrar em contacto com um gabinete de contabilidade. É uma necessidade sentida e desejada, uma vez que não existiu essa oportunidade durante a licenciatura. No entanto, a adaptação ao ambiente foi simples, apesar de uma certa dificuldade em lidar com os funcionários, documentos e perceber o funcionamento do departamento. A exigência do estágio esteve de acordo com as expectativas, as tarefas desempenhadas foram satisfatórias e de interesse elevado, a contribuição destas

tarefas foi importante para o desenvolvimento profissional e intelectual, contribuindo para a percepção das áreas de interesse a desenvolver futuramente, bem como das estratégias de redução de custos e aumento da eficiência dos recursos disponíveis.⁴¹

As dificuldades sentidas foram ultrapassadas à medida que entrava no contexto. O contacto valorizou e lembrou toda a formação académica e efetivamente integrada em todas as matérias dadas.

A respeito do IPT, tem-se a referir, e a engrandecer, o trabalho realizado pela mesa administrativa, na recuperação e remodelação do edifício, e as políticas implementadas para o bom funcionamento, melhor resposta e a criação de postos de trabalhos dos quais usufruem todos quantos ali colaboram trabalham e estagiam e tantos outros que doam, partilham voluntariamente o seu tempo e saber. No entanto, é notória a falta de recursos devido à crise e aos cortes nos subsídios, gerando dificuldades em manter todas as respostas a funcionar, o que levou à diminuição de algumas valências no corrente ano, passando de 7 valências em 2012 para 4 valências em 2013.

Quanto ao funcionamento do departamento, foi possível observar, a grande capacidade de concentração que exige a prática contabilística e a necessidade de pessoas competentes e formadas na área. Os funcionários deste departamento demonstraram uma grande capacidade, dedicação e vontade de trabalhar, e revelaram uma grande experiência em lidar com os documentos. Não obstante a acumulação de cargos que dificulta a agilidade dos trabalhos. É de ver que as IPSS são capazes de empregar quadros em áreas diversificadas. Notou-se também, a necessidade que o IPT tem de alguns especialistas como: arquitetos, engenheiros informáticos, contabilistas, telefonistas, expedientes diários, educadores, especialistas em marketing, psicólogos, sociólogos, auxiliar diversos, entre outros. Para se valer de alguns serviços nessas áreas, além dos funcionários efetivos, o IPT aposta nos protocolos de estágios com as universidades e instituições de ensino e voluntariado, o que dá uma certa vantagem à instituição, por não poder empregar e ter ao seu cuidado todos estes profissionais necessários ao bom funcionamento, devido aos encargos que isso implica.

Deve-se no entanto frisar que é necessário haver uma boa colaboração entre a instituição que envia o estagiário e a que o recebe pois nem sempre é fácil a integração. Nota-se, uma certa insegurança em confiar o trabalho a um estagiário, sobretudo na área da contabilidade como, por exemplo, classificar os documentos e lançá-los no *software*. Teme-se erros e perda de

⁴¹Criação de protocolos com as escolas e outras entidades para prestação de serviços, partilha de recursos humanos especializados, encaminhamento de utentes entre instituições, voluntários com experiência profissional, entre outras.

tempo, o que prejudica a aprendizagem do estagiário. Isto leva a que a instituição que recebe o estagiário, muitas vezes, não usufrua das capacidades e do tempo do indivíduo. É necessário orientar devidamente, apostar, confiar, traçar programas e incluir na organização das tarefas os trabalhos dos estagiários, para que possam ser uma mais-valia para a instituição. A empresa, ao acolher um estagiário, tem a oportunidade de beneficiar de mais um elemento e de perspectivas intelectuais novas e diferentes.

É importante também focar o papel da ética profissional e do sentir social que move os funcionários destas instituições, visto que muitos deles doam totalmente a sua vida em prol da instituição, cuidando e velando pelos seus bens, não recebendo remuneração ou benefício próprio, bem como os que têm cargos acumulados (que justificaria a admissão de mais funcionários), que eles assumem sem com isso pedirem aumento do salário.

O IPT tem como pontos fortes as relações mantidas ao longo do tempo com os antigos clientes e fornecedores bem como, os protocolos criados (e os que se vão criando com outras entidades diretamente envolvidas e que se prendem com amizade, confiança e honestidade) e também a aposta na implementação das novas tecnologias e inovação para a qualidade dos serviços prestados.

De uma forma geral, julga-se ter correspondido de forma satisfatória às expectativas criadas, os objetivos do estágio foram cumpridos, fazendo-se um balanço muito positivo do estágio, como é demonstrado na declaração feita pelo Provedor do IPT, Engenheiro José Formosinho que se encontra no anexo (X) deste relatório.

Conclusão

Com a elaboração do presente trabalho, pode concluir-se que as IPSS têm vindo a expandir-se pelo facto de desenvolverem atribuições de ação social relevantes em programas e projetos em nome do estado ou em cooperação com os serviços públicos. É notória, hoje, a importância deste setor no país, a forma como tem atuado no desenvolvimento e na resolução de algumas necessidades que afetam as famílias.

Mas, a atual crise financeira está a tornar complexa a gestão dos orçamentos das IPSS, o que as coloca em diferentes níveis de dificuldades. Conforme observado no caso prático do IPT, há muitas vezes dificuldades em suprir os encargos. Por isso, a contabilidade assume um papel preponderante no controlo do património da instituição e na sua gestão, prevendo acontecimentos futuros. No que diz respeito ao aspeto fiscal que envolve estas instituições, é de assinalar as suas obrigações mas, mais importante a retirar, são os benefícios e isenções que abrangem o terceiro setor em geral, devido ao seu carácter não lucrativo, merecendo assim, por parte da lei fiscal, uma proteção relevante e privilegiada.

Registou-se também que estas entidades foram obrigadas, desde o início do ano 2012, a adotar a NCRF-ESNL ou o regime caixa de acordo com a disposição legal. Foi um período de muitas alterações contabilísticas e fiscais, mas que, de uma maneira geral, vieram melhorar as formas de relato financeiro e procedimentos administrativos. Assistiu-se, portanto, a um clima de grandes incertezas, quer por parte de entidades, quer por parte dos Técnicos Oficiais de Contas, pois esta fase de transição foi um tema praticamente novo na dinâmica diária. No entanto, acredita-se, estarem criadas as condições normativas que permitem assegurar a informação transparente e adequada às necessidades das ESNL. Do mesmo modo, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, abre a porta para as novas perspetivas de investigação das ESNL, para o aprofundamento e desenvolvimento de estudos comparativos, a nível nacional como internacional.

A realização do presente trabalho, permitiu, não só descrever as atividades desenvolvidas no estágio, como articulá-las com os conhecimentos contabilísticos, adquiridos no mestrado. Espera-se que este trabalho tenha dado uma noção mais concreta sobre estas entidades e de modo geral ao relato financeiro e gestão com aplicação da norma ESNL. Espera-se, de igual modo, ter demonstrado como o IPT implementou a nova norma contabilística e a importância que esta tem na gerência das instituições.

É de referir também que, durante a realização deste trabalho, foi verificada a existência de poucos trabalhos no âmbito das IPSS bem como, no que diz respeito ao relato financeiro. Por

isso encontraram-se algumas dificuldades em consultar a literatura sobre este tema, pois é um tema recente e existe pouco material publicado. Referência também à limitação na língua portuguesa, a dificuldade sentida na elaboração deste relatório, a formação de frases e o poder articular a ideia para a escrita. E assim este trabalho contribuiu amplamente, conciliando os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de língua portuguesa, matemática, entre outras, que serviram indiretamente.

Quanto à parte prática, tem-se a acrescentar a grande experiência adquirida, ao entrar na realidade prática do processo contabilístico de uma instituição: a forma de dispor e tratar com cuidado os documentos, a ordem, a numeração, a arrumação das pastas que formam o arquivo, de forma a facilitar a consulta, os programas informáticos e os materiais adequados à contabilidade da instituição, isto é, a organização interna do gabinete em si, e das fases pelas quais os documentos têm de passar (desde a receção ao arquivo), para além do processo da análise, classificação e lançamento, que constitui o centro da atenção e do objetivo da existência do departamento. A habilidade e a capacidade de atenção e de resposta dos funcionários deste departamento e o uso do novo normativo SNC-ESNL (conhecimento das suas novas contas, dos conceitos e das alterações introduzidas), constituiu também uma grande influência na experiência adquirida. Em suma, dir-se-á que o estágio, e as aulas do mestrado, proporcionaram uma vasta visão da realidade contabilística na vida social e económica. Abriu de igual modo, perspectivas futuras, na implementação de estratégias, meios que possibilitem a diminuição de erros e falhas no relato financeiro e a necessidade de pessoas capacitadas e com formação sempre atualizada. Fez ver a grande influência que tem a contabilidade na vida económica de um país e a grande responsabilidade que recai sobre os contabilistas.

Em termos de perspectivas de investigação futura, considera-se ser necessário, ainda, um trabalho de investigação sobre a história da contabilidade nas IPSS, suas políticas sociais e económicas ao longo do tempo.

Outra perspectiva futura, pretende-se com a implementação do sistema contabilístico para as organizações sociais no país de origem, Angola, que facilite o relato financeiro e a prestação de contas, a começar internamente pela congregação ou instituição a que se pertence. É ainda necessário um longo trabalho e incentivo nas escolas e outros organismos públicos angolanos, no sentido de tornar o terceiro setor visível.

Referências bibliográficas

- Alves, H. (2000). *Novo testamento. Parábola do bom Samaritano*, Lucas 10, 30-37 (2.^a edição da Bíblia Sagrada). Lisboa: Difusora bíblica.
- Amorim, J.C. (2011) O regime fiscal aplicável às entidades sem fins lucrativos em Portugal em Espanha. *XVI Congresso AECA*, disponível em: http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xvicongresoaecca/cd/51j.pdf, acedido em 10/05/2013.
- Andrade, A. M & Frango, R.C., (2007). Economia do conhecimento e organizações Sem Fins Lucrativos. *Sociedade Portuguesa de Inovação*, disponível em: http://web.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/Manual_VIII.pdf, acedido em 10/05/2013.
- Antão, A., Tavares, A., & Marques J. (2011) Sistema de Normalização Contabilística. Regime da Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo. *Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)*, disponível em: Http://novo.cnis.pt/images_ok/Manual%20SNC%20-%20CNIS.pdf, acedido em 30/11/2012.
- Antão, A.A., Tavares, A., Marques, P.J., Alves, S. (2012). *Novo regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo*. Áreas Editora. Lisboa.
- Araújo, D.N., Cardoso, P & Novais, J. (2012). *Manual de Prestação de Contas nas Entidades do Setor Não Lucrativo*. Editora Vida Económica. Porto.
- Azevedo, C., Franco, R.C & Meneses, J, W (2012). *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos – o desafio da inovação social*. Porto: Editor, Imoedições - Edições periódicas e Multimédias, Lda. Porto.
- Azevedo, C., Franco, R.C., Aires, S. & Silva, S.N. (2008). *Linhas de Orientação para a qualificação organizacional*. Edição rede Europeia anti Pobreza, ISBN: 978-989-8304-04-9.
- Barata, L. (2012) *Os números do Cooperativismo em Portugal*. Braga.
- Barros, C.P. & Santos, J.C.G. (1997) *As Instituições Não Lucrativas e a Ação Social Em Portugal*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Barros, C.P.,& Santos, J.C.G. (1998). *O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social*. Lisboa: Editora Vulgata.

- Bento, R.P. (2010). *Aspetos Contabilísticos e fiscais para Entidades Sem Fins Lucrativos. IPSS e Associações*. OTOC, Formação Segmentada (SEG. 1610).
- Boletim informativo do IPT. (1994, Novembro). 104º Aniversário. *Educar é cada vez mais difícil*, pp 6.
- Boletim informativo do IPT. (1995, Novembro). 104º Aniversário, *A importância dos pais na educação dos filhos*, pp 6.
- Carvalho. S.M:J (n.d). *O Desempenho nas organizações Sem Fins Lucrativos*. Instituto superior da Maia, disponível em: <http://tinyurl.com/net8ay3>.
- Catarino, L.P.R. (2012). *O uso do orçamento como ferramenta de Gestão nas IPSS*. Tese de mestrado em Contabilidade e Auditoria. Instituto superior de Contabilidade e Administração-Universidade de Aveiro.
- Centro de Estudos do Serviço Social e Sociologia (CESSS): *Inquérito às Instituições de Solidariedade Social do Banco Alimentar Contra a Fome e Entreatajuda. Relatório preliminar e parcial*. Lisboa, Novembro (2010), disponível em <http://bancoalimentar.pt/news/view/269>, acedido em 13/12/2012.
- Drucker, P.F. (Fevereiro de 1999). *Os desafios para o século. XXI*. (J.F. Cardoso, & J. N. Rodrigues, Entrevistadores) <http://www.janelanaweb.com/manageme/drucker3.html>, acedido em 03/05/ de 2013.
- Ferreira, M.A.R.S. (2011) *A Importância do relato financeiro: caso da Santa Casa da Misericórdia*. Tese de mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Politécnico do Porto, pp 45 – 48.
- Ferreira. F.R (2006) *Fiscalidade “As Instituições do Terceiro Setor”* TOC. Fevereiro de 2006 § 71.
- Franco, R.C., Sokolowski, S.W., Hairel, E.M.N & Salamon, L.M. (2005). *The Portuguese Nonprofit Setor in Comparative Perspective The John Hopkins Comparative Nonprofit Setor Project*. Universidade Católica Portuguesa e John Hopkins University disponível em: <http://www.jhu.edu/cnp/pdf/Portugal>, acedido em 12/06/2013.
- Freire, M. L. (1995) *As Misericórdias e as IPSS em geral, na História, na Legislação, na jurisprudência e na Prática Administrativa*. Elcla editora, Porto.

- Geraldes, A., Ricon, E., Martins, R.N. & Matos S.C. (2012). *Novo Normativo Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo*. Porto: Editor PositivAgenda - Edições periódicas e Multimédias, Lda.
- Instituto Nacional de Estatística-INE, (2013), *Conta satélite da economia social 2010*, Lisboa.
- Jesus, M.A.J: (2010). *A Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: Principais Divergências e Implicações no Défice Público em Portugal*. Editora, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, L., (2009). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Editora, Almedina. Coimbra. ISBN 978-972-40-3915-2.
- Ludicibus, S & Marion, J.C. (1999). *Introdução à Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Marcelo, D.J.M (2012). *Aplicação do SNC às Entidades do Setor Não Lucrativo*. Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, pp. 17- 19.
- Martins. L.L, (2009) *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Editora Almedina. ISBN 9724039153, 9789724039152.
- Monteiro, A.S (2010). *As organizações sem fins lucrativos e as estratégias de uma organização patronal sem fins lucrativos na economia local*. Tese de Mestrado em Contabilidade. Instituto Superior de Contabilidade e administração de Lisboa.
- Pereira, S., Pereira, A & Pimenta, R (2013, 28 a 29 de Janeiro). *As práticas de gestão de recursos humanos nas Instituições Particulares de Solidariedade Social*, pp. 12 <http://www.iirh4.esce.ips.pt/>, acedido em 30/01/2013.
- Pinto, O. M., Machado, C.M., Oliveira, A. F. & Jesus, A M (1991, Novembro). 1º Centenário do Instituto Profissional do Terço, pp.28-32.
- Pinto, O.M. (1966, 24 a 27 de Novembro). Bodas de Diamante. *Asilo Profissional do Terço*, pp. 3-4.
- Rodrigues, A.C.G. e Rodrigues, F.M.M.A. (1987). *Instituições Pias (séculos XVI-XX) Em documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*. Tipografia Lousanense, Lda.
- Rosa, L.I.E (2010) *Impostos Diferidos*. Relatório de estágio de Mestrado em Gestão. Faculdade de Economia- Universidade de Coimbra, pp.19-28.

Salamon, L.M., e Anheier, H.K (1998). Social origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 9(3), 213-248.

Teixeira, A. (1996, Dezembro). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Aspetos da evolução do regime Jurídico*. Editora, Direção Geral da Ação Social. Lisboa.

Veiga, A.C.S. (2010). *A Misericórdia de Arouca. Quatro séculos de História*. Invulgar – Artes gráficas. Lisboa.

Legislação:

Aviso 6726-B/2011, de 14 de Março. Diário da República n.º 51, 2ª Série – Suplemento 1. Ministério do Estado e das Finanças. Lisboa.

Circular n.º 1/89, de 3 de Janeiro. Direção de serviços do IRS.

Constituição da República (1976) no artigo 82º Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República, por unanimidade, em 15 de Março de 2013.

Decreto – Lei 78/89, de 3 de Março. Diário da República n.º 52, Série I. Ministério do Emprego e Segurança Social. Lisboa.

Decreto- Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro (parte II) . Diário da República n.º 201/86 Série I. Ministério da Justiça.

Decreto- Lei n.º 22-A/2007 de 29 de Junho. Diário da República n.º 124, Série I. Assembleia da República.

Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social de 21 de Março de 2013. Diário da Assembleia da República n.º 68, Série I.

Decreto-Lei de 22.07.1926 Decretos nº 11.887, de 6 de Julho de 1926. Secretaria-geral Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46, série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, que prevê a restituição do IVA suportado por IPSS.

Decreto-Lei n.º 287/203, de 12 de Novembro. Diário da República n.º 262, Série I-A. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 295/95, de 17 de Novembro. Diário da República n.º 266/95, Série I-A. Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (atualizado até à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro). Diário da República n.º 277/88, Série I - 2º Suplemento. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro. Diário da República n.º 208, Série I-A. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 64/2013 de 13 de Maio. Diário da República n.º 91, Série I. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março. Diário da República n.º 52/90, Série I. Ministério do Emprego e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 74/98, de 27 de Março. Diário da República n.º 73/98, Série I-A. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 36- A/2011 de 03 de Março. Diário da República n.º 48, Suplemento, Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública (09-03-2011).

Decreto-Lei n.º. 119/83, de 25 de Fevereiro. Diário da República n.º 46, Série I. Ministério dos Assuntos Sociais- Secretaria de estado da Segurança Social.

Decreto-lei n.º. 618/75 de 11 de novembro de .Diário da República n.º 261, Série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro. Diário da República n.º 213/99, Série I-A. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro. Diário da República n.º 250, Série I, 1º Suplemento. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 24/2012 de 9 de Julho. Diário da República n.º 131, 1.ª Série. Assembleia da República. Lisboa.

Portaria 92-A/2011, de 28 de Fevereiro.- Anexo. Diário da República n.º 41, Série I, Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Portaria 986/2007, de 7 de setembro. Diário da República n.º 173, Série I. Ministério da Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro. Diário da República n.º 175 Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março Diário da República n.º 51, Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março. Diário da República n.º 51, Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Portaria n.º 778/83, n.º 1 da Norma XIII do Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio
Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. (Jornal Oficial n.º 243 de 11/09/2002).

Sites da Internet:

<http://ipt.org.pt/Missão.html> acedido em 05/04/2013

<http://tinyurl.com/nzfu3kn> acedido em 05 /02/2013

<http://tinyurl.com/oaj2zsv> acedido em 03/05/2013

<http://tinyurl.com/p42hase> acedido em 010/06/2013

<http://tinyurl.com/pb7gne4>, entrevista de 22-03-2013 acedido em 06/ 03/2013.

<http://tinyurl.com/peegekt> acedido em 03/03/ 2013

<http://tinyurl.com/pqdtzd8> acedido em 03/05/2013

<http://tinyurl.com/psro8e6> acedido em 24/04/2013

<http://tinyurl.com/qzn3nbs> acedido em 03/ 05/2013

<http://www.cnc.min-financas.pt/> acedido em 12/09/2013

<http://www.otc.pt/> acedido em 12/09/2013

Anexos

Anexo II - Anexos em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

A elaboração do seguinte anexo foi preparada segundo a realidade económica e social do IPT relativo ao ano de 2012:

Nota 1 - Identificação da entidade

O Instituto Profissional do Terço é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação, com sede na Praça Marquês do Pombal, no Porto com finalidade de apoio social para crianças e jovens, com alojamento, e atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o SNC. O Normativo SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- * Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo)
- * Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas)
- * Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL).

Até 31 de Dezembro de 2011, a empresa elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA anteriores previstos no POC, aplicável à generalidade das empresas, com devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro da empresa. Para efeitos comparativos, o balanço e a demonstração de resultados de 2011, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF-ESNL, como se vê detalhado no balanço e na demonstração de resultados seguintes:

a) Balanço de transição do POC para a NCRF-ESNL (ajustamentos e reclassificação).

Rubricas	POC	Ajustamentos e reclassificação	SNC-ESNL
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1. 259. 215, 88		1. 259. 215, 88
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundad./benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros.			
	1. 259. 215, 88		1. 259. 215, 88
Ativo corrente			
Inventários	2. 653,34		2. 653, 34
Clientes	9. 773,23		9. 773, 23
Adiantamentos a fornecedores	6. 907,02		6. 907, 02
Estado e outros entes públicos	288,13		288, 13
Fundad./Benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros.			
Outras contas a receber	39. 367,24		39. 367, 24
Diferimentos	1. 375, 29		1. 375, 29
Outros ativos financeiros	113. 071, 77		113. 071, 77
Caixa e depósitos bancários	121. 627, 48		121. 627, 48
	295. 064, 11		295. 064, 11
Total do ativo	1. 554. 279, 99		1. 554. 279, 99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	45. 422, 75		45. 422, 75

Excedentes técnicos			
Reservas	19.590,76		19.590,76
Resultados transitados	181.548,32		181.548,32
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		419.776,25	419.776,25
	246.561,83	419.776,25	666.338,08
Resultado líquido do período	3.680,29		3.680,29
Total dos fundos patrimoniais	250.242,12	419.776,25	670.018,37
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	140.635,50		140.635,50
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	12.224,03		12.224,03
Fundad./Benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros			
Financiamentos obtidos	250.000,00		250.000,00
Diferimentos	881.679,68	-541.238,30	340.441,38
Outras contas a pagar	19.498,66	121.462,05	140.960,71
Outros passivos financeiros			
	1.304.037,87	0,00	884.261,62
Total do passivo	1.304.037,87	0,00	884.261,62
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo	1.554.279,99	0,00	1.554.279,99

b) Quantias Comparativas reclassificadas

Quantias comparativas reclassificadas	Itens ou classes de itens reclassificados			Efeitos nas demonstrações financeiras					
	No ativo	No capital próprio	No passivo	Ativo	Capital próprio			Passivo	
					Resultado do período	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio		Total do capital próprio
Quantias apresentadas nas demonstrações financeiras do período 2011	1.553 991,86	250. 242,12	1. 304 037, 87	1. 553. 991,86	3 680,29	181 548,32	65 013, 51	250. 242,12	1. 304. 037,87
Quantias reclassificadas	...	419. 776,25	-541.238,3	1. 553. 991,86			419. 776,25	419. 776,25	(541.238,3)
Quantias reclassificadas	...		121. 462,05						121. 462,05
Quantias comparativas após reclassificação	1.553 991,86	670. 018,37	884. 261,62	1. 553. 991,86	3. 680,29	181. 548,32	484. 789,76	670. 018,37	884. 261,62

Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF-ESNL, entre a data de transição para as NCRF-ESNL e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores

Reconciliação entre o capital próprio de acordo com o POC e o SNC-ESNL, em 1 de Janeiro de 2011

Reconciliação dos fundos patrimoniais e do resulta do líquido	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 01/01/2011	45. 422, 75	19. 590, 76	123. 373, 84		27. 802, 98	216. 190, 33
Outras variações	0, 00	0, 00	27. 802, 98		-24 122, 69	3. 680, 29
Saldo em 31/12/2011	45. 422, 75	19. 590, 76	181. 548, 32		3. 680, 29	2. 398. 118, 27

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF-ESNL relativo ao mesmo período

Reconciliação do resultado líquido do acordo com o POC e o SNC-ESNL em 31 de Dezembro de 2011

Reconciliação do resultado líquido do período	31 -12 2011:
POC	3.680, 29€
SNC-ESNL	3.680, 29€

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, reexpressa de acordo com o SNC-ESNL.

Rendimentos e Gastos		POC	Ajustamentos e reclassificação	SNS-ESNL
Vendas e serviços prestados	+	55. 557, 82		55. 557, 82
Subsídios à exploração	+	564. 476, 98		564. 476, 98
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	70. 330, 89		70. 330, 89
Fornecimentos e serviços externos	-	180. 614, 71		180. 614, 71
Gasto com pessoal	-	500. 802, 68		500. 802, 68
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/redução)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	214. 111, 10		214. 111, 10
Outros gastos e perdas	-	22. 032, 01		22. 032, 01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	=	60. 365,61		60. 365,61
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-/+	37. 222, 13		37. 222, 13
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis				

(perdas/reversões)	-/+		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	=	23.143,48	23.143,48
Juros e rendimentos similares obtidos	+	1.972,53	1.972,53
Juros e gastos similares suportados	-	21.435,72	21.435,72
Resultado antes de impostos	=	3.680,29	3.680,29
Imposto sobre rendimento do período	-/+		
Resultado líquido do período	=	3.680,29	3.680,29

Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram:

3. 1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3. 1. 2 Continuidade

As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, o que revela a operação da entidade no futuro, assumindo a continuidade da prestação de serviços e dos objetivos a que se propõem, não existindo necessidade de liquidar as atividades.

3. 1. 3 Consistência da apresentação

As demonstrações financeiras apresentam-se consistentes de um período para outro, quer a nível de apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Apesar da transição do POCIPSS para SNC-ESNL, não existiram alterações significativas na natureza, pelo que se encontram identificadas e justificadas neste anexo. A informação é, desta forma, fiável e mais relevante para os utentes.

3. 1. 4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas do anexo.

3. 1. 5 Compensação

O facto de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não se encontram compensados, oferecendo uma imagem verdadeira e apropriada dos resultados da entidade.

3. 1. 6 Informação comparativa

Toda a informação comparativa encontra-se divulgada nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeita o princípio da continuidade da entidade. Foram feitas as alterações das políticas contabilísticas, por causa da passagem do sistema PCIPSS para o novo sistema NCRF-ESNL. As quantias comparativas afetadas pela reclassificação estão devidamente divulgadas, tendo em conta a natureza da reclassificação, a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada.

3. 2 Políticas de reconhecimento e mensuração

3. 2. 1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 (data da transição para a NCRF-ESNL), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas pelas taxas máximas aceites fiscalmente como custos.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes das vendas ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3. 2. 2 Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos estão registados como gastos do período.

3. 2. 3 Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

3. 2. 4 Instrumentos Financeiros

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal, não há dívidas de e a terceiros originariamente expressas em moeda estrangeira.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rúbrica caixa, e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3. 2. 5 Periodização

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rúbricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

3. 2. 6 Rédito

Mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Nota 4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2011 e 2012

Meios financeiros líquidos, constantes do balanço	2012		2011	
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso
Caixa	2. 506, 17		3. 493, 81	
Depósitos à ordem	22. 275, 10		27. 633, 67	
Outros depósitos bancários	24. 500, 00		90. 500, 00	
Outros equivalentes de caixa	48. 056, 12		113. 071, 77	
Total	97. 337, 39		234. 699, 25	

Nota 5 - Propriedades de investimento

A conta 42, propriedade de investimento e apresenta-se da seguinte forma:

Quantias escrituradas, mensuradas pelo método do custo	2012				2011		
	Edifícios e outras construções	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Totais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do ano	Quantias brutas escrituradas	1. 484. 297, 80		1.484. 297, 80	1. 484. 297, 80		1.484. 297, 80
	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	(1. 484. 297, 80)		(1. 484. 297, 80)	(1. 484. 297, 80)		(1.484. 297, 80)
	Quantias líquidas escrituradas						
Adições	Por aquisição						
	Por dispêndio subsequente						
	Por intermédio de concentrações empresariais						
	Subtotais						
No fim do ano	Quantias brutas escrituradas	1. 484 297, 80		1. 484. 297, 80	1. 484. 297, 80		1. 484. 297, 80
	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	(1. 484 297, 80)		(1. 484. 297, 80)	(1. 484. 297, 80)		(1. 484. 297, 80)
	Quantias líquidas escrituradas	1. 484 297, 80			1. 484. 297, 80		

Nota 6 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelas taxas máximas aceites fiscalmente como custos pelo método de depreciação constante, como segue:

- Edifícios e outras construções, 50 anos de vida útil, taxa de depreciação de 2,00%

- Equipamento básico, 6 anos de vida útil, taxa de depreciação de 16,66%.
- Equipamento de transporte, 4 anos de vida útil, taxa de depreciação de 25,00%.
- Equipamento administrativo, 5 anos de vida útil, taxa de depreciação 20,00%
- Outros ativos fixos tangíveis, 6 anos de vida útil, taxa de 16,66%.

No quadro seguinte estão desenvolvidas as quantias escrituradas, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, com as respectivas adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade, suas reversões e outras alterações:

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
31/12/2011	Quantias brutas escrituradas	6.673,58	1.834.215,12	213.343,47	77.354,22	84.383,79	18.073,54	409.066,40	2.643.110,12
	Depreciações e perdas por imparidades		(1.058.155,00)	(171.006,13)	(61.392,89)	(75.664,68)	(17.675,54)		(1.383.894,24)
	Quantias líquidas escrituradas	6.673,58	776.060,12	42.337,34	15.961,33	8.719,11	398,00	409.066,40	1.259.215,88
Adições			3.020.312,37	4.934,50		517,54			3.025.764,41
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para ativos não correntes detidos para a venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(76.898,90)	(13.150,12)	(5.165,43)	(2.486,39)			(97.700,84)
Perdas por imparidades									
31/12/2012	Quantias brutas escrituradas	6.673,58	4.854.527,49	218.277,97	77.354,22	84.901,33	18.073,54	409.066,40	5.668.874,53
	Depreciações e perdas por		(1.135.053,00)	(184.156,20)	(66.558,32)	(78.151,07)	(17.675,54)		(1.481.595,00)

	imparidades acumuladas		90)	5)			4)		8)
	Quantias líquidas escrituradas	6.673,5 8	3.719.473,5 9	34.121,72	10.795,90	6.750,26	398,00	409.066, 40	4.187.279,4 5

Nota 7- Inventários

Matérias-primas subsidiadas e de consumo

As matérias-primas e subsidiárias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os inventários da entidade detalhavam-se da seguinte maneira:

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias consumidas			2012			2011			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.	Inventários no início do período	+		2.653,34	2.653,34		8.341,62	8.341,62	
	Compras	Compras	+		61.437,67	61.437,67		64.642,61	64.642,61
		Devoluções de compras	-		27,57	27,57			
		Descontos e abatimentos	-						
		=			64.063,44	64.063,44		72.934,23	72.934,23
	Reclassificações e regularizações	+/-							
	Inventários no fim do período	-		2.458,98	2.458,98		2.653,34	2.653,34	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=		61.604,46	61.604,46		70.330,89	70.330,89		
Perdas em inventários	+								
Ofertas e amostras de inventários	+								
Perdas por imparidades	+								
Totais	=		61.604,46	61.604,46		70.330,89	70.330,89		

Nota 8 - Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período de 2012	Período de 011
	R�ditos reconhecidos no período	R�ditos reconhecidos no período
Vendas de bens		
Presta�o de serviços	95.402,76	55.557,82
Juros	-	1.972,53
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Totais	95.402,76	53.530,35

Nota 9 - Subsídios ao governo e outros apoios.

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstra�o dos resultados e no balanço			Período 2012	Período 2011
			Demonstra�o dos resultados	Demonstra�o dos resultados
			Reconhecidas como subsídio � explora�o	Reconhecidas como subsídio � explora�o
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Estado	57.316,35	393.419,30
		Outros	92.402,22	171.057,68
	Subsídios relacionados com rendimentos	-		
		-		
Reembolsáveis	-			
	-			
Totais			667.718,57	564.476,98

Nota 10 - Outros rendimentos e ganhos

Quantias dos rendimentos e ganhos reconhecidos no período	Período 2012	Período 2011
	Rendimentos reconhecidos no período	Rendimentos reconhecidos no período
Rendas recebidas	209.477,96	153.185,23
Correções relativas a períodos anteriores.	11.633,86	3.601,37
Outros	4.289,56	58.083,23
Totais	225.401,38	214.869,83

Nota 11 - Acontecimentos Após a data do balanço

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço, que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Nota 12 - Instrumentos financeiros

12.1 Clientes e Utentes/ Adiantamento a fornecedores/ Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores/ Associados/ Membros/ Outras contas a receber e a pagar/ Pessoal/ Outros ativos financeiros/ financiamentos obtidos

No período de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava-se com a seguinte decomposição:

Reconciliação entre quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2012	Período 2011
		Quantias brutas	Quantias brutas
Ativos financeiros	Clientes e utentes	7.640,24	9.773,23
	Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		
	Outras contas a receber	55.116,60	39.367,24
	Outros ativos financeiros	48.056,12	113.071,77
	Adiantamentos a fornecedores	5.400,00	6.907,02

	...	116.212,96	169.119,26
Passivos financeiros	Fornecedores	139.632,86	140.635,50
	Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		
	Outras contas a pagar	169.617,69	140.960,71
	Financiamentos obtidos	250.000,00	250.000,00
		559.250,55	531.596,21

Nota: a empresa não registou perdas por imparidade e, neste contexto, as quantias brutas são iguais às quantias líquidas. Facto da não apresentação da rubrica “perdas por imparidade” e “quantias líquidas”.

12.2 Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica no período de 2012 e 2011 apresentava-se da seguinte maneira:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31/12/2012	332/12/2011
		Quantias disponíveis param uso	Quantias disponíveis para uso
Caixa	Numerário	2.506,17	3.493,81
	...		
	Subtotais	2.506,17	3.493,81
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	22.275,10	27.633,67
	Outros depósitos bancários	24.500,00	90.500,00
	...		
	Subtotais	46.775,10	118.133,67
Outros equivalentes de caixa	Outros instrumentos financeiros	48.056,12	113.071,77
Totais		97.337,39	234.699,25

Nota 13 - Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Remuneração ao pessoal	2012	2011
Remunerações certas	464.483,35	378.801,77
Remunerações adicionais	18.684,88	23.693,85
Encargos sociais	97.853,31	80.431,48
*Outros gastos com o pessoal	15.917,04	17.875,58
Totais	596.938,58	500.802,68

* Inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho e indemnizações por despedimento.

Nota 14 - Outras informações

14. 1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Imposto sobre o rendimento	22,32	288,13
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Total do ativo	22,32	288,13
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.618,82	1.785,39
Contribuição para a segurança social	3.541,08	10.438,64
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Total do passivo	5.159,90	12.224,03

14.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de diferimentos apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Ativos		1.375,90
Gastos a reconhecer		
Seguros		
Total do ativo	0,00	1.375,90
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	13.413,12	26.346,36
Painhas parque sa	2.758.734,04	0,00
Quotizações	100,00	325,00
Creche Gil	1.539,54	4.214,35
Utentes OTL	245,04	0,00
Contrato estação shopping	294.000,00	300.000,00
CATL	0,00	3.662,50
IEFP		5.893,17
Total do passivo	3.068.031,74	340.441,38

15.3 Fundos patrimoniais

Esta rubrica em 2012 e 2011 apresentava a seguinte decomposição

Descrição do fundo patrimonial	31/12/2012	31/12/2011
Fundos	45.422,75	45.422,75
Reservas	1.871,37	1.871,37
Resultados transitados	185.228,61	185.228,61
Outras variações nos fundos patrimoniais	489.681,39	437.495,64
Resultado líquido do período	608,67	3.680,29
Total	772.812,79	670.018,37

Anexo III - Mapa da imputação percentual dos custos e proveitos às valências

IMPUTAÇÃO PERCENTUAL DOS CUSTOS E PROVEITOS ÀS VALENCIAS EM 2013						
» NOTAS: O Plano SERE + será integrado no LIJ » As Valências para 2013, serão apenas as seguintes: LIJ, Apart.Autonomização, Creche Administ.e Património » As rubricas Sala de Estudo OTL, Campos de Férias, Centro de Recursos, V Congresso, Estágios Profissionais não afecto às respostas sociais-IEFP, Donativos, Quotas de associados, programas de apoio resultantes de candidaturas aprovadas.						
Descrição	Conta	Adm.e Património	Internato	Creche	Apart.Autonomização	OBS:
» Géneros Alimentares (LIJ)	312113		Internato(LIJ) - 100%			100%
» Géneros Alimentares (CRECHE)	312114			Creche - 100%		100%
» Combustíveis	624211	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 50%			Percentagem
» Electricidade	624111	Adm.e Pat. - 25%	Internato(LIJ) - 50%	Creche - 25%		Percentagem
» Electricidade (Apart.Autonomização)	624111*				Apart. Aut.100%	100%
» Água	624311	Adm.e Pat. - 25%	Internato(LIJ) - 50%	Creche - 25%		Percentagem
» Água(Apart.Autonomização)	624311*				Apart. Aut.100%	100%
» Gás	624411		Internato(LIJ) - 100%			100%
» Gás Natural (Delfim de Lima)	624411*	Adm.e Pat. - 100%				100%
» Ferramentas, e Utens.Desg.Rápido	6231112*	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 50%			Percentagem
» Conservação e Reparação	622611	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 50%			Percentagem
» Conservação e Reparação	622611*		Internato(LIJ) - 100%			100%
» Trabalhos Especializados	6221112	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 50%			Percentagem
» Material de Escritório	623311*	Adm.e Pat. - 100%	Internato(LIJ) - 100%	Creche - 100%		Percentagem
»Material Didatico	6231111		Internato(LIJ) - 90%	Creche - 10%		Percentagem
»Material Didatico(OTL/Sala Estudo)	6231111*	Adm.e Pat. - 100%				100%
» Despesas Sala de Estudo-OTL		Adm.e Pat. - 100%				100%
» Despesas Campo de Ferias		Adm.e Pat. - 100%				100%
» Despesas V Congresso		Adm.e Pat. - 100%				100%
»Alimentação de Utentes(Delfim Lima)	626811	Adm.e Pat. - 100%	Internato(LIJ) - 100%		Apart. Aut.100%	100%
» Comunicação - Correios	62622	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 40%	Creche - 10%		Percentagem
» Comunicação - Telefone/Fax	62625	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 40%	Creche - 10%		Percentagem
» Comunicação - TV+Net+Voz	62624	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 40%	Creche - 10%		Percentagem
» Comunicação - TV+Net+Voz(Apart.Aut.)	62624*				Apart. Aut.100%	100%
» Comunicação - Telemóvel	62621	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 40%	Creche - 10%		Percentagem
» Comunicação - Telemóvel	62621*		Internato(LIJ) - 100%			100%
» Comunicação - Internet	62623	Adm.e Pat. - 50%	Internato(LIJ) - 40%	Creche - 10%		Percentagem
» Limpeza Higiene e Conforto	626711	Adm.e Pat. - 25%	Internato(LIJ) - 50%	Creche - 25%		Percentagem
» Limpeza Higiene e Conforto	626711*				Apart. Aut.100%	100%
» Contencioso e Notariado	62651	Adm.e Pat. - 100%				100%
» Publicidade e Propaganda	622211	Adm.e Pat. - 100%				100%
» Vigilância e Segurança	622311	Adm.e Pat. - 100%				100%
» Rep.de Edifícios Arrendados	622612	Adm.e Pat. - 100%				100%

Descrição	Conta	Adm e Patrimônio	Internato	Creche	Appt Autonomiação	OBS
» Condomínio de Loja	626819	Adm e Pat. - 100%				100%
» Jornais e Revistas	6236	Adm e Pat. - 100%				100%
» Contencioso e Notariado	62651	Adm e Pat. - 100%				100%
» Serviços Prestados	626816	Adm e Pat. - 50%	Internato(LII) - 50%			Porcentagem
» Seguros-Ac Trabalho	63612	Adm e Pat. - 5%	Internato(LII) - 50%	Creche - 45%		Porcentagem
» Seguros-Multi Riscos	6263112	Adm e Pat. - 50%	Internato(LII) - 25%	Creche - 25%		Porcentagem
» Seguros-Viaturas	6263111	Internato(LII) - 50%	Internato(LII) - 50%			Porcentagem
» Seguros-Ac Pessoais	6263116		Internato(LII) - 50%	Creche - 50%		Porcentagem
» Transportes - Via Verde	625111	Adm e Pat. - 100%				100%
» Transportes Utentes	625111*		Internato(LII) - 100%			100%
» Honorários	622411		Internato(LII) - 100%			100%
» Honorários(Advogados)	622411	Adm e Pat. - 100%				100%
» CREDIto E ALUGUERES	61611	ADM E PAT. 50	INTERNATO(LII) 50			
» Quotas de Sócios	72211	Adm e Pat. - 100%				100%
» Correções Relat a Periodos Anteriores	7881	Adm e Pat. - 100%				100%
» Donativos	7531	Adm e Pat. - 100%				
» Plano DOM/Sere*	7513		Internato(LII) - 100%			
» Juros Obtidos	7911	Adm e Pat. - 100%				
» Abono de Família	72158		Internato(LII) - 100%			

Anexo V - Modelo de restituição de IVA

 <p>finanças DIREÇÃO GERAL DOS IMPOSTOS</p> <p>Direção de Serviços de Atendimento</p>	<p>RESTITUIÇÃO DE IVA ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES EQUIPARADAS</p>	<p>DECLARAÇÃO (*)</p> <p>A entidade requerente é uma instituição particular de solidariedade que tem a atividade principal <u>Associação</u></p> <p>de prestação de bens e serviços, de cujo imposto pede a restituição: <u>Elementos - Alojamento - Subsídios</u></p> <p><u>Porto</u> <u>01/15</u></p> <p>o <u>ANACRISTINA VENÂNCIO</u> Diretora Adjunta</p>																												
		<p>Número do Pedido: 130003640</p> <p>Data de receção do pedido: 2013/01/07</p> <p>NIF: 500898298</p> <p>NOME: INSTITUTO PROFISSIONAL DO TÊXTO</p>																												
<p>RELAÇÃO DAS FACTURAS E DOCUMENTOS EQUIVALENTES ANEXOS AO PEDIDO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Número de Factura ou Documento</th> <th>Data</th> <th>NIF do Fornecedor</th> <th>Código do Bem ou Serviço</th> <th>Bem ou Serviço Importado</th> <th>Valor do IVA</th> <th>Valor Total da Factura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>201001248</td> <td>2012/10/30</td> <td>505855793</td> <td>252</td> <td>Não</td> <td>373,98</td> <td>2.000,00</td> </tr> <tr> <td>537</td> <td>2012/11/26</td> <td>504481369</td> <td>202</td> <td>Não</td> <td>404,80</td> <td>2.184,80</td> </tr> <tr> <td colspan="5">Somos</td> <td>778,78</td> <td>4.184,80</td> </tr> </tbody> </table>			Número de Factura ou Documento	Data	NIF do Fornecedor	Código do Bem ou Serviço	Bem ou Serviço Importado	Valor do IVA	Valor Total da Factura	201001248	2012/10/30	505855793	252	Não	373,98	2.000,00	537	2012/11/26	504481369	202	Não	404,80	2.184,80	Somos					778,78	4.184,80
Número de Factura ou Documento	Data	NIF do Fornecedor	Código do Bem ou Serviço	Bem ou Serviço Importado	Valor do IVA	Valor Total da Factura																								
201001248	2012/10/30	505855793	252	Não	373,98	2.000,00																								
537	2012/11/26	504481369	202	Não	404,80	2.184,80																								
Somos					778,78	4.184,80																								

(*) Esta declaração deve ser assinada por quem exerce autoridade directa sobre a entidade requerente. A assinatura deve ser autenticada com selo branco ou cromo.

Anexo VI - Quadro comparativo entre o POICIPSS e o ESNL

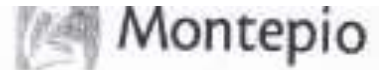
POICIPSS	NCRF-ESNL
Classe 1 - Disponibilidades	Classe 1 - Meios Financeiros Líquidos
11 Caixa	11 Caixa
12 Depósitos à ordem	12 Depósitos à ordem
13 Depósitos a prazo	13 Outros depósitos bancários
14 Outros depósitos bancários	14 Instrumentos financeiros
15 Títulos negociáveis	
18 Outras aplicações de tesouraria	
19 Provisões para aplicações de tesouraria	
Classe 2 - Terceiros	Classe 2 - Contas a Receber e a Pagar
21 Clientes e Utentes	21 Clientes e Utentes
22 Fornecedores	22 Fornecedores
23 Empréstimos obtidos	23 Pessoal
24 Setor Público Administrativo	24 Estado e Outros Entes Público
	25 Financiamentos obtidos
26 Outros devedores e credores	26 Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros
27 Acréscimos e diferimentos	27 Outra contas a receber e a pagar
28 Provisões para cobranças duvidosas	28 Diferimentos
29 Provisões para riscos e encargos	29 Provisões
Classe 3 - Existências	Classe 3 - Inventários e Ativos Biológicos
31 Compras	31 Compras
32 Mercadorias	32 Mercadorias
33 Produtos acabados e intermédios	33 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	34 Produtos acabados e intermédios
35 Produtos e trabalhos em curso	35 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36 Produtos e trabalhos em curso
37 Adiantamentos por conta de compras	37 Ativos biológicos
38 Regularizações de existências	38 Reclassificação e regularização de inventários e ativos

39 Provisão para depreciação de existências	biológicos 39 Adiantamentos por conta de compras
Classe 4 - Imobilizações Corpóreas	Classe 4 - Investimentos
41 Investimentos financeiros 42 Imobilizações corpóreas 43 Imobilizações incorpóreas 44 Imobilizações em curso 48 Amortizações acumuladas 49 Provisão para investimento financeiros	.41 Investimentos financeiros 42 Propriedades de investimento 43 Ativos fixos tangíveis 44 Ativos intangíveis 45 Investimentos em curso 46 Ativos não correntes detidos para venda
Classe 5 – Fundo Social, Reservas e resultados Transitados	Classe 5 - Fundos Patrimoniais
51 Fundo social 55 Reservas de reavaliação 56 Reservas estatutárias 57 Reservas especiais 59 Resultados transitados	51 Fundos 52 Excedentes técnicos 55 Reservas 56 Resultados transitados 57 Ajustamentos em ativos financeiros 58 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis 59 Outras variações nos fundos patrimoniais
Classe 6 - Custos e Perdas	Classe 6 - Gastos
61 Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas 62 Fornecimentos e serviços externos 63 Impostos 64 Custos com pessoal 65 Benefícios processados e outros custos operacionais 66 Amortizações 67 Provisões 68 Custos e perdas financeiros	61 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 62 Fornecimentos e serviços externos 63 Gasto com pessoal 64 Gastos de depreciação e de amortização 65 Perdas por imparidade 66 Perdas por reduções de justo valor 67 Provisões do período 68 Outros gastos e perdas 69 Gastos e perdas de financiamento

69 Custos e perdas extraordinárias	
Classe 7 - Proveitos e Ganhos	Classe 7 - Rendimentos
71 Vendas	71 Vendas
72 Prestações de serviços	72 Prestações de serviços
73 Proveitos suplementares	73 Variação nos inventários da produção
74 Participações e subsídios à exploração	74 Trabalhos para a própria entidade
75 Trabalhos para a própria instituição	75 Subsídios, doações e legados à exploração
76 Outros proveitos suplementares	76 Reversões
78 Proveitos e ganhos financeiros	77 Ganhos por aumentos de justo valor
79 Proveitos e ganhos extraordinários	78 Outros rendimentos e ganhos
Classe 8 - Resultados	Classe 8 - Resultados
81 Resultados Operacionais	81 Resultado líquido do período
82 Resultados financeiros	...
83 (Resultados correntes)	
84 Resultados transitados	
88 Resultado líquido do exercício	
Classe 9 - Contabilidade Analítica	Classe 9 - Livre
96 Custos das valências e de outras atividades	
97 Proveitos das valências e de outras atividades	
99 Resultados da Contabilidade Analítica	

Anexo VII - Extrato bancário

EXTRATO INTEGRADO



127 0001073070 01 /4

INSTITUTO PROFISSIONAL TERÇO
PRAÇA MARQUES POMBALE 100
4000-091 PORTO

09-Data de : 2013-02-28

Nr. Ext.: 2/2013

Cliente : 107370 - INSTITUTO PROFISSIONAL TERÇO
União Bester : 127 - PORTA-MARQUÊS

Período : 2013-02-01 a 2013-02-28

(Nº Identif. Bancária) : 8036 8127 88180909711 80
(BAN (NIB Internacional)) : PT30 8036 0127 88180909711 80

SIC (Cód. Identif. Bancária) : MPTPTPL
Moeda: EUR - EURO

MENSAGEM

INVESTA NO FUTURO DA SUA EMPRESA.
MONTEPIO FINANCIAMENTO EMPRESAS
SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO QUE LHE PERMITEM CRESCER.
SAIBA MAIS EM WWW.MONTEPIO.PT

Utilizações em Pragação:

Informamos que a partir do próximo dia 1 de abril, o preço da titulação será atualizado.

- Comissão por incorporação de reservas - 0,2% (mínimo de 0 EUR).
- Comissão de resgate de preferência por título - 0,2% (mínimo de 1,0 EUR).

(todas as comissões acresce o valor de imposto do Selo).

Para mais informações visita um dos nossos Balcões ou ligas 800 20 20 20 (atendimento personalizado das 07h00 à 21h00)

RESUMO

CAÇÕES	Saldo Disponível	Saldo Contabilístico	Moeda
Depósitos à Ordem	5.050,00+	5.050,00+	EUR
Depósitos a Prazo e de Poupança	111.630,00+	111.588,00+	EUR
RESPONSABILIDADES		Saldo	Moeda
Crédito ao Investimento		250.608,00+	EUR

DEPÓSITO À ORDEM - MOVIMENTOS - 127.10.000071-1 - CONTA DUPLA

MOEDA: EUR

T. MOVIM.	DT. VALOR	DESCRIÇÃO	MONTANTE	SALDO MÓDIA
			Saldo Inicial	0.630,00+ EUR
02-01	02-01	TR-SUSANA MARIA F REVES FORMOS	40,00+	0.670,00+
02-01	02-01	CHG.COMP.LIBDA 87618004	101,21+	0.771,21+
02-01	02-01	CHG.COMP.LIBDA 87618007	100,00+	0.871,21+
02-01	02-01	CHG.COMP.LIBDA 87618007	550,07+	1.421,28+
02-01	02-01	TCI CR SANIA SILVA	40,00+	1.461,28+
02-01	02-01	LEV. CHEQUE 87618001	724,62+	2.185,90+
02-01	02-01	TRF. DE D. PRAZO 127-15. 803147-3	090,00+	2.275,90+
02-02	01-31	FG. EXI 14 PORTAGENS E PARQUES	0,40+	2.276,30+
02-02	02-02	CDRA.IMP.RÉC.TM0127 DE 200249 1	047,72+	2.324,02+
02-02	02-02	TRF. DE D. PRAZO 127-15. 803147-3	008,00+	2.332,02+
02-04	02-04	TR-ISA PORTUGAL S. SOCIEDADE U	2.004,20+	4.336,22+
02-04	02-04	TR-ANA RITA E C VILHENA CAMPOS	119,83+	4.456,05+
02-04	02-04	TR-ORLANDO JOSE BASTOS MARQUES	103,08+	4.559,13+
02-04	02-04	TR-PINGO OCEO PAGAMENTOS COBRE	4.509,07+	9.068,20+
02-04	02-04	CHG.COMP.LIBDA 87618008	100,00+	9.168,20+

02-04-2013 11:00 02/107370-4



INSTITUTO PROFISSIONAL TERÇO
PRAÇA MARQUES POMBALE 103
4000-391 PORTO

123 0001077010 01 / 1

Cliente : 1071920 - INSTITUTO PROFISSIONAL TERÇO

Nr. Ext: 2/2013

DEPÓSITO À ORDEM - MOVIMENTOS - 127.10.000071-1 - CONTA DUPLA

MOEDA: EUR

DT. MOVIM.	DT. VALOR	DESCRIÇÃO	MONTANTE	SALDO MOEDA
02-18	02-18	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	2.300,00+	5.085,72+
02-20	02-20	TR-MARIA ROSARIO GONCALVES F	432,16+	5.517,88+
02-20	02-20	CHG. COMP. LISSOA 07818809	1.347,41-	4.170,47+
02-20	02-20	PAG. NET24 SDC 156380345788307	2.404,78+	1.765,69+
02-20	02-20	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	2.300,00+	4.065,69+
02-21	02-21	CHG. COMP. LISSOA 07818809	168,24-	3.897,45+
02-21	02-21	CHG. COMP. LISSOA 07818810	484,48-	3.412,97+
02-21	02-21	SDC-36030647895-18CERRELA DEME	882,72-	1.730,25+
02-21	02-21	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	2.300,00+	5.030,25+
02-22	02-22	CHG. COMP. LISSOA 07818812	170,18-	4.860,07+
02-22	02-22	CHG. COMP. LISSOA 07818803	645,80-	4.214,27+
02-22	02-22	ENTRADA VALORES P/ COBRANÇA	530,80+	4.745,07+
02-22	02-22	ENTRADA VALORES P/ COBRANÇA	278,70+	5.023,77+
02-22	02-22	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	1.800,00+	6.823,77+
02-23	02-23	PG. EXV 18 PORTAFOLIOS E PARQUES	9,90-	6.813,87+
02-23	02-23	CHG. COMP. LISSOA 07818809	17,47-	6.796,40+
02-23	02-23	PAG. NET24 SEGURO 331413809	451,88-	6.344,52+
02-23	02-23	PAG. NET24 COBRANÇA 740220127	244,18-	6.100,34+
02-23	02-23	PAG. NET24 COBRANÇA 392024883	60,00-	6.040,34+
02-23	02-23	PAG. NET24 GÁS 316081170	129,70-	5.910,64+
02-23	02-23	PAG. NET24 COBRANÇA 344563237	64,23-	5.846,41+
1-25	02-25	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	500,00+	6.346,41+
2-20	02-20	TR-18FSS TESSURARIA UNICA	40.181,50+	46.527,91+
3-20	02-20	SDC-08180302307-SCHINDLER VA	141,12-	46.386,79+
02-20	02-20	TR- ORLANDO JOSE BASTOS MARQUES	46.000,00+	92.386,79+
02-20	02-20	CHG. COMP. LISSOA 07818811	254,30-	92.132,49+
02-20	02-20	LEV. CHEQUE 07818817	218,56-	91.913,93+
02-20	02-20	LEV. CHEQUE 07818814	409,14-	91.504,79+
02-20	02-20	LEV. CHEQUE 07818821	421,89-	91.082,90+
02-20	02-20	PSC-ORDENADO INST. PROF. TERÇO	101,04-	90.981,86+
02-20	02-20	PSC-ORDENADO INST. PROF. TERÇO	4.770,75-	86.211,11+
02-20	02-20	PSC-DBS. ENCARG. INST. PROF. TERÇO	3,12-	86.207,99+
02-20	02-20	PSC-ORDENADO INST. PROF. TERÇO	150,00-	86.057,99+
02-20	02-20	TRF. DE D. PRAZO 127-10.000147-0	20.500,00+	106.557,99+
			Saldo Final	5.050,00+ EUR

DEPÓSITO À ORDEM - COMISSÕES

DT. MOVIM.	DT. VALOR	DT. INÍCIO	DATA FIM	DESCRIÇÃO	MONTANTE	IMPOSTO	MOEDA
2013-02-14	2013-02-14			0% COMISSÃO S/ TRF. CTA/STA	0,35+	0,00+	EUR
Total Comissões					0,35+	0,00+	EUR

1071920 - INSTITUTO PROFISSIONAL TERÇO - Nº. Ext: 2/2013 - Extrato Integrado - DEPÓSITO À ORDEM - MOVIMENTOS - 127.10.000071-1 - CONTA DUPLA - MOEDA: EUR

Anexo VIII - Extrato da contabilidade

Instituto Profissional do Terço

Extracto entre as datas 28.02.2013 e 28.02.2013 em Euros

2013

Data	Ditrio	N.º L.	Documento	Descrição	Debito	Credito	Saldo
1221				Montepio -711			
		Saldo inicial / Transporte de conta		1221	495.477,90	495.006,02	471,08 CR
28.02.2013	Bancos	22001	Pag Diversos	Pag Seg Social		10.851,51	10.190,43 CR
28.02.2013	Bancos	22002	Diversos	Despesas Bancarias		0,35	10.190,78 CR
28.02.2013	Bancos	22002	Diversos	Despesas Bancarias		0,01	10.190,79 CR
28.02.2013	Bancos	22003	Pag Diversos	RS - Fevereiro		2.454,76	12.645,55 CR
28.02.2013	Bancos	22004	NI Pag Fact	NI Pag Fact EDP		85,60	12.731,15 CR
28.02.2013	Bancos	22005	NI Pag Fact	NI Pag Fact EDP		219,49	12.950,64 CR
28.02.2013	Bancos	22006	NI Pag Fact	NI Pag Fact Bancaria		1.852,72	14.803,36 CR
28.02.2013	Bancos	22007	NI Pag Fact	NI Pag Fact EDP		5,40	14.808,76 CR
28.02.2013	Bancos	22008	NI Pag Fact	NI Pag Fact Endesa		203,52	15.012,28 CR
28.02.2013	Bancos	22009	NI Pag Fact	NI Pag Fact EDP Gas		129,70	15.141,98 CR
28.02.2013	Bancos	22010	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		456,51	15.598,49 CR
28.02.2013	Bancos	22011	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		10,55	15.609,04 CR
28.02.2013	Bancos	22012	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		66,25	15.675,29 CR
28.02.2013	Bancos	22013	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		8,68	15.721,50 CR
28.02.2013	Bancos	22014	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		12,10	15.733,60 CR
28.02.2013	Bancos	22015	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		344,15	16.077,75 CR
28.02.2013	Bancos	22016	NI Pag Fact	NI Pag Fact Agua		64,23	16.142,01 CR
28.02.2013	Bancos	22017	NI Pag Fact	NI Pag Fact		33,41	16.175,42 CR
28.02.2013	Bancos	22018	NI Pag Fact	NI Pag Fact		49,75	16.225,17 CR
28.02.2013	Bancos	22019	NI Pag Fact	NI Pag Seg Ac Trabalho		39,46	16.264,63 CR
28.02.2013	Bancos	22020	NI Pag Fact	NI Pag Seg Ac Pessoal		8,78	16.273,41 CR
28.02.2013	Bancos	22021	NI Pag Fact	NI Pag Seg Multi-Risco		451,69	16.725,10 CR
28.02.2013	Bancos	22022	NI Pag Fact	NI Pag Fact ZON TV		289,05	17.014,15 CR
28.02.2013	Bancos	22023	NI Pag Fact	NI Pag Fact ZON TV		27,48	17.041,63 CR
28.02.2013	Bancos	22024	NI Pag Fact	NI Pag Fact TMN		112,47	17.154,10 CR
28.02.2013	Bancos	22025	NI Pag Fact	NI Pag Fact PT		33,17	17.187,27 CR
28.02.2013	Bancos	22026	NI Pag Fact	CHQ.8608		106,24	17.293,51 CR
28.02.2013	Bancos	22027	NI Pag Fact	CHQ.8614	7114	578,10	17.871,61 CR
28.02.2013	Bancos	22028	NI Pag Fact	CHQ.8607		117,47	18.029,08 CR
28.02.2013	Bancos	22029	NI Pag Fact	CHQ.8612	774	176,18	18.205,26 CR
28.02.2013	Bancos	22030	NI Pag Fact	CHQ.8610		1.484,46	19.689,72 CR
28.02.2013	Bancos	22031	NI Pag Fact	CHQ.8611		264,90	19.954,62 CR
28.02.2013	Bancos	22032	NI Pag Fact	CHQ.8605		1.347,41	21.302,03 CR
28.02.2013	Bancos	22033	NI Pag Fact	CHQ.8603		843,00	22.145,03 CR
28.02.2013	Bancos	22034	NI Pag Fact	CHQ.8606		599,70	22.744,73 CR
28.02.2013	Bancos	22035	NI Pag Fact	NI Pag Fact	354842953	141,72	22.886,45 CR
28.02.2013	Bancos	22036	Pag Diversos	Pag Rendos		100,00	22.986,45 CR
28.02.2013	Bancos	22037	Pag Diversos	Pag Taxa de Serviço		210,18	23.196,63 CR
28.02.2013	Bancos	22038	Pag Diversos	Pag Custos Processos		367,20	23.563,83 CR
28.02.2013	Bancos	22039	Pag Diversos	Pag Taxa de Justiça		408,00	23.971,83 CR
28.02.2013	Bancos	22040	NI Pag Fact	Translencia		91,52	24.063,35 CR
28.02.2013	Bancos	22041	NI Pag Fact	CHQ.8607		2.164,80	26.228,15 CR
28.02.2013	Bancos	22042	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 083		4.508,87	21.679,28 CR
28.02.2013	Bancos	22043	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 097		118,93	21.560,35 CR
28.02.2013	Bancos	22044	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 093		2.564,39	18.995,96 CR
28.02.2013	Bancos	22045	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 096		40,47	18.955,49 CR
28.02.2013	Bancos	22046	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 094		57,99	18.897,50 CR
28.02.2013	Bancos	22047	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 081		2.364,12	16.533,38 CR
28.02.2013	Bancos	22048	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 084		121,30	16.412,08 CR
28.02.2013	Bancos	22049	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 081		1.074,62	15.337,46 CR
28.02.2013	Bancos	22050	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 147		40,00	15.297,46 CR
28.02.2013	Bancos	22051	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 107		40,00	15.257,46 CR
28.02.2013	Bancos	22052	VI Pag Fact	VI Pag Fact nº 119		55,00	15.202,46 CR
SALDO FINAL / TRANSPORTE					507.492,83	522.666,03	15.173,20 CR

Instituto Profissional do Terço

Extracto entre as datas 28.02.2013 e 28.02.2013 em Euros

2013

Data	Diário	N.º/L.	Documento	Descrição	Débito	Crédito	Saldo
1221 Montepio -711							
28.02.2013	Bancos	22053	WPag.Fact	135 WPag.Fact nº 135	180,00 ✓		14.903,20 CR
28.02.2013	Bancos	22054	WPag.Fact	120 WPag.Fact nº 120	220,00 ✓		14.773,20 CR
28.02.2013	Bancos	22055	WPag.Fact	136 WPag.Fact nº 136	220,00 ✓		14.553,20 CR
28.02.2013	Bancos	22056	WPag.Fact	128 WPag.Fact nº 128	170,00 ✓		14.383,20 CR
28.02.2013	Bancos	22057	WPag.Fact	138 WPag.Fact nº 138	175,00 ✓		14.208,20 CR
28.02.2013	Bancos	22058	WPag.Fact	142 WPag.Fact nº 142	195,00 ✓		14.013,20 CR
28.02.2013	Bancos	22059	WPag.Fact	118 WPag.Fact nº 118	220,00 ✓		13.793,20 CR
28.02.2013	Bancos	22060	WPag.Fact	110 WPag.Fact nº 110	130,50 ✓		13.662,70 CR
28.02.2013	Bancos	22061	WPag.Fact	101 WPag.Fact nº 101	95,00 ✓		13.567,70 CR
28.02.2013	Bancos	22062	WPag.Fact	121 WPag.Fact nº 121	185,00 ✓		13.412,70 CR
28.02.2013	Bancos	22063	WPag.Fact	116 WPag.Fact nº 116	95,00 ✓		13.357,70 CR
28.02.2013	Bancos	22064	WPag.Fact	129 WPag.Fact nº 129	110,00 ✓		13.247,70 CR
28.02.2013	Bancos	22065	WPag.Fact	004 WPag.Fact nº 004	632,19 ✓		12.615,51 CR
28.02.2013	Bancos	22066	Recibo Donativo-463	Donativos nº 463	500,00 ✓		12.115,51 CR
28.02.2013	Bancos	22067	Diversos	IPSS-Cooperação	40.181,50 ✓		27.871,99 DB
28.02.2013	Bancos	22068	Diversos	F.S.Social - Porto	30.681,24 ✓		56.563,23 DB
28.02.2013	Bancos	22069	Diversos	Transferencia	2.045,99 ✓		58.609,22 DB
28.02.2013	Bancos	22070	Diversos	Transferencia		30.681,24 ✓	29.928,98 DB
28.02.2013	Bancos	22081	Pag Diversos	Pag Honorarios		150,00 ✓	29.778,98 DB
28.02.2013	Bancos	22082	Pag Diversos	Pag Honorarios		250,00 ✓	29.528,98 DB
28.02.2013	Bancos	22083	Pag Diversos	Pag CHQ.8618		400,34 ✓	29.128,64 DB
28.02.2013	Bancos	22084	Pag Diversos	Pag CHQ.8620		517,27 ✓	28.611,37 DB
28.02.2013	Bancos	22086	Pag Diversos	Pag CHQ.8619		491,21 ✓	28.120,16 DB
28.02.2013	Bancos	22086	Pag Diversos	Pag CHQ.8617		719,56 ✓	27.400,60 DB
28.02.2013	Bancos	22087	Pag Diversos	Pag CHQ.8621		421,83 ✓	26.978,77 DB
28.02.2013	Bancos	22088	Pag Diversos	Pag CHQ.8616		719,56 ✓	26.259,21 DB
28.02.2013	Bancos	22088	Pag Diversos	Pag CHQ.8618		541,61 ✓	25.717,60 DB
28.02.2013	Bancos	22090	Pag Diversos	Pag Salarios-Ferivens		18.922,29 ✓	6.795,31 DB
28.02.2013	Bancos	22091	Pag Diversos	Pag Via Verde		25,40 ✓	6.569,91 DB
28.02.2013	Bancos	22092	Diversos	Transferencia	500,00 ✓		7.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22093	Diversos	Transferencia	20.500,00 ✓		27.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22094	Diversos	Transferencia	500,00 ✓		28.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22095	Diversos	Transferencia	2.500,00 ✓		30.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22096	Diversos	Transferencia	3.500,00 ✓		34.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22097	Diversos	Transferencia	12.000,00 ✓		46.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22098	Diversos	Transferencia	1.000,00 ✓		47.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22099	Diversos	Transferencia	3.500,00 ✓		50.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22100	Diversos	Transferencia	1.000,00 ✓		51.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22101	Diversos	Transferencia	2.000,00 ✓		53.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22102	Diversos	Transferencia		40.000,00 ✓	13.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22103	Diversos	Transferencia	500,00 ✓		13.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22104	Diversos	Transferencia	3.000,00 ✓		10.101,83 DB
28.02.2013	Bancos	22105	Diversos	Transferencia	500,00 ✓		9.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22106	Diversos	Transferencia	7.000,00 ✓		2.601,83 DB
28.02.2013	Bancos	22110	Diversos	Despesas Bancarias		28,32 ✓	2.573,51 DB
28.02.2013	Bancos	22110	Diversos	Juros de Deposito	117,25 ✓		2.690,76 DB
28.02.2013	Bancos	22111	Diversos	Juros de Empréstimo		847,12 ✓	1.842,67 DB
28.02.2013	Bancos	22112	Diversos	Despesas Bancarias		1,00 ✓	1.841,67 DB
28.02.2013	Bancos	22112	Diversos	Despesas Bancarias		0,04 ✓	1.841,63 DB
28.02.2013	Bancos	22113	Diversos	Transf p/Utentes	24,50 ✓		1.866,13 DB
28.02.2013	Bancos	22114	Diversos	Deposito	102,72 ✓		1.968,85 DB
28.02.2013	Bancos	22115	Diversos	Deposito	279,70 ✓		2.248,55 DB
28.02.2013	Bancos	22116	Diversos	Deposito	100,00 ✓		2.348,55 DB
28.02.2013	Bancos	22117	Diversos	Despesas Bancarias		3,12 ✓	2.345,43 DB
SALDO FINAL / TRANSPORTE					630.882,11	628.547,02	2.345,05 DB

Anexo IX – Reconciliação Bancária

EMPRESA: INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO
 BANCO: MONTEPIO CONTA Nº 12710000071-1
 DATA: 29/02/2013



RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

N.º Lanc.	Data Valor	Descrição	Montante	Observações	N.º Lanc.	Data Valor	Descrição	Montante	Observações
MOVIMENTOS REGISTRADOS NA EMPRESA					MOVIMENTOS REGISTRADOS NO BANCO				
1. Nós debitamos e o Banco não creditou					3. O Banco creditou e nós não debitamos				
					28-02-2013		TR-Oriando Jose Bastos Marques	180,00	Março
Total 1			0,00 €		Total 3			180,00 €	
2. Nós creditamos e o Banco não debitou					4. O Banco debitou e nós não creditamos				
22034	28-02-2013	CHQ. 8606	599,70 €	Março					
22084	28-02-2013	Pag. CHQ. 8620	517,27 €	Março					
22085	28-02-2013	Pag. CHQ. 8619	491,21 €	Março					
22088	28-02-2013	Pag. CHQ. 8616	719,88 €	Março					
22089	28-02-2013	Pag. CHQ. 8615	641,61 €	Março					
Total 2			2.969,67 €		Total 4			0,00 €	
Saldo Real (A+1-2)			2.080,93 €	-431,16	Saldo Real (B+3-4)			2.512,09 €	

Anexo X – Opinião do IPT sobre o estágio

INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO

PARECER SOBRE ESTÁGIO

ORIENTADOR: Mestre Adm./Eng. José Formosinho, Provedor

ESTAGIÁRIA: Preciosa Chossali Muehombo

CURSO: Mestrado em Contabilidade e Finanças

A estagiária executou tarefas adequadas ao curso, tendo progressivamente assumido maiores responsabilidades no domínio das atividades administrativas e de contabilidade no setor da Secretaria, nomeadamente:

- Elaboração de folhas de caixa, numeração, conferência e arquivo;
- Conferição de extratos bancários, conciliações bancárias e arquivo;
- Numeração de documentos de caixa, de documentos dos bancos e documentos das operações;
- Análise da classificação de documentos da contabilidade;
- Análise de balancetes mensais;
- Distribuição de custos por valências;
- Análise mensal de processamento de salários;
- Arquivo de correspondência geral.

A estagiária demonstrou sempre o maior perfeccionismo e empenhamento nas tarefas realizadas, tendo atingido um muito bom nível de desempenho. Efetivamente o interesse manifestado, a indagação das situações passíveis de outro tratamento contabilístico e a procura de registos mais adequados a uma contabilidade como a adotada pelas IPSS's, relevam de uma aposta no rigor e na transparência dos procedimentos contabilísticos. Refira-se ainda a assiduidade, o cumprimento de horários, a discrição na execução das tarefas e a estrita atenção dada às mesmas como atitudes de profissionalismo que muito nos apraz registar.

13.07.18

O Orientador:



The image shows a handwritten signature in blue ink over a circular blue stamp. The stamp contains the text 'INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO' around the perimeter and '1300-351 PORTO' in the center.

Anexo XI – Alterações significativas no Código de Contas das ESNL

Código de contas específico para as entidades do Sector Não Lucrativo	
Conta	Descrição
21	Clientes e utentes
2117	Clientes e utentes c/c-utentes
2127	Clientes e utentes- títulos a receber- utentes
218	Adiantamentos de clientes
219	Perdas por imparidades acumuladas
25	Financiamentos obtidos
255	Instituidores (empréstimos de fundadores e beneméritos)
258	Outros financiadores
26	Fundadores/ patrocinadores/doadores/associados/membros
261	Fundadores/ associados/membros -em curso
262	Doadores
263	Patrocinadores
264	Quotas
265	Resultados disponíveis
266	Financiamentos concedidos-fundador/ doador
268	Outras operações
2681	Beneficiário das mutualidades- Prestações a pagar
2682	Beneficiário das mutualidades-capitalis vencidos a paga
2683	Beneficiário das mutualidades-rendas vitalícias a pagar

2685	Beneficiário das mutualidades- melhoria de benefícios
2686	Beneficiário das mutualidades- Subvenções
269	Perdas por imparidade acumulada
298	Provisões específicas do sector
431	Bens do domínio público
4319	Perdas por imparidades acumuladas
432	Bens do património histórico, artístico e cultural
4321	Bens imóveis
4322	Arquivos
4323	Bibliotecas
4324	Museus
4325	Bens móveis
4329	Perdas por imparidades acumuladas
433	Outros ativos fixos tangíveis
4331	Terrenos
4332	Edifícios
4338	Depreciações acumuladas
4339	Perdas por imparidades acumuladas
44	Ativos Intangíveis
441	Bens do domínio público
442	Outros ativos intangíveis
4421	Goodwill
4428	Amortizações acumuladas
4429	Perdas por imparidades acumuladas
45	Investimento em curso
455	Adiantamentos por conta do património histórico, artístico e cultural

459	Perdas por imparidades acumuladas
51	Fundos
52	Excedentes técnicos
55	Reservas
551	Reservas legais
552	Outras reservas
59	Outras variações nos fundos patrimoniais
593	Subsídios
594	Doações
61	Custo das mercadorias vendidas e matéria consumida
614	Materiais de consumo
6141	Material desportivo
6142	Medicamentos e artigos de saúde
6143	Material de representação e propaganda
6144	...
67	Provisões do período
678	Provisões específicas do sector
68	Outros gastos e perdas
689	Custos com apoios financeiros, concedidos a associados ou utentes
6891	Subsídios, donativos, bolsas de estudo
6893	Capitais vencidos de - associados das mutualidades
6894	Prestações de regimes profissionais complementares
6895	Rendas vitalícias-associados das mutualidades
6896	Prestações pecuniárias de cuidados de saúde
6898	Outros custos inerentes a associados
71	Vendas

715	Materiais de consumo
7151	Material desportivo
7152	Medicamentos e artigos de saúde
7153	Material de representação e propaganda
72	Prestações de serviços
721	Quotas dos utilizadores
722	Quotizações e joias
723	Promoções para captação de recursos
724	Rendimentos de patrocinadores e colaboração
75	Subsídios, doações e legados à exploração
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos
752	Subsídios de outras entidades
753	Doações e heranças
754	Legados
76	Reversões
763	De provisões
7638	Específicos
81	Resultado líquido do exercício
811	Resultado antes do imposto
812	Imposto sobre o rendimento do período
8121	Imposto estimado para o período
8122	Imposto diferido
818	Resultado líquido
9	Classe livre